

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1989 — República, 100 Anos — N° 39

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO**

DIRETORIA — 1989/1991

Presidente:

Alberto Stange Júnior

1º Vice Presidente:

Renato José Costa Pacheco

2º Vice Presidente:

Orlando Moraes

3º Vice Presidente:

Sebastião Augusto Valle Guimarães

Secretário Geral:

Miguel Depes Tallon

Secretário Adjunto:

Ivo Amâncio Oliveira

Tesoureiro:

Nilo Martins da Cunha

Tesoureiro Adjunto:

José Higino de Oliveira

Encarregada da Biblioteca:

Léa Brígida de Alvarenga Rosa

Oradores:

José Garajau da Silva e Francisco Schwarz

Direção do Museu da Imagem e do Som e Casa Elmo Elton:

Francisco Schwarz

A Revista é publicação periódica, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo e sob os auspícios do Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. Banco de Desenvolvimento do E.S. (BANDES).

Distribuição gratuita às escolas do Estado.

Os interessados em aquisição de números avulsos deverão dirigir-se à

CAIXA POSTAL 1561 — VITÓRIA (ES) — 29.000

I N D I C E

SECÇÃO ESPECIAL

República, 100 anos.	pág. 11
Hélio Athayde - Canudos e a consolidação da República.	pág. 11
Christiano Ferreira Fraga - Clubes Republicanos.....	pág. 33
Joaquim Pires de Amorim - Ensaio sobre a República.....	pág. 41
J. Xavier do Valle - Cachoeiro de Itapemirim e a República ...	pág. 55
Newton Braga - O 1º Clube Republicano no E. Santo.....	pág. 63

ESTUDOS E ENSAIOS

José Higino de Oliveira - A conspiração dos alfaiates	pág. 67
Waldemar Mendes de Andrade - O centenário de Vicente Caetano	pág. 73
Oracy Nogueira - O "Estatuto de puritate sanguinis" e o racismo brasileiro	pág. 81

DISCURSOS DE RECEPÇÃO E POSSE

Ricardo Brunow Costa.....	pág. 112
Nilo Martins da Cunha (saudação).....	pág. 120
Hélio Gualberto Vasconcelos.....	pág. 124
Yvone Amorim.....	pág. 134

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Tropas e Tropeiros no E. Santo - Resenha por Levy Rocha...	pág. 141
Noticiário (2º semestre de 1988 e 1º semestre de 1989).....	pág. 145

BOLETIM D'A REPUBLICA

Está constituída a REPUBLICA FEDER-
AL BRAZILEIRA!!

Acham-se a frente do governo provisório :

— Quintino Bocaiuva — Deodoro — Benjamim Constant —

Foi preso o ministro Ouro-Preto sob a
guarda do 1.º e 10.º de infantaria. Foram des-
tituídos hontem, as 12 da noite, os presidentes de
Minas e S. Paulo. O telegrapho está sob a di-
recção do Tenente Vinhaes.

VIVA A DEMOCRACIA!

VIVA O EXERCITO!

Consta que o Coronel Cardoso Junior convoca
para hoje, ao 12 dia uma reunião militar.

SECÇÃO ESPECIAL — REPÚBLICA, 100 ANOS

CANUDOS E A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

Hélio Athayde *

É, hoje, ponto de vista incontroverso, que a caída do Gabinete Zacarias, em 1868, redundou em consequências desastrosas para a estabilidade do regime monárquico, no Brasil

“Este fato - a queda dos liberais chefiados por Zacarias - é decisivo para o prestígio das instituições em nosso país”, observou Oliveira Viana em sua obra “O Ocaso do Império”.

Pode-se dizer - assinalou, ainda, o ilustre sociólogo patricio - que o grande processo de desintegração do sistema monárquico data daí - e isto pela maneira singular por que se operou a modificação da situação parlamentar, em perfeito contraste com as idéias dominantes no ambiente político do mundo.

É bom lembrar, não obstante se tratar de homem culto e honrado, a personalidade de Zacarias harmonizava-se mais - segundo conceito que dele foi feito - com a de um chefe de clã do que propriamente de estadista.

Durante os 50 anos da dinastia bragantina, no Brasil, D. Pedro II nada mais fez do que assistir, melancolicamente, às constantes subidas e descidas de Gabinetes, baldos de espírito partidário, e a politicagem desenfreada dos seus ministros, arcando com a responsabilidade dos erros por eles cometidos, e absorvendo as críticas pelos desmandos praticados pelos seus auxiliares de governo, já que todos os males que ocorriam, no país, eram atribuídos ao Poder Pessoal do Imperador, como o serão, mais tarde, aos presidentes da República.

Usando o Poder Moderador, o velho monarca procurava auscultar o povo brasileiro, através das mudanças de gabinete; porém, para a sua consecução, os meios de que dispunham eram falhos, em razão das condições culturais em que vivia a população brasileira

* Conferências pronunciada, no IHGES, no dia 17/05/89, no Ciclo Comemorativo do Centenário da República

de então, composta, predominantemente, de analfabetos, a que devemos acrescentar a falta de programas e espírito partidário das instituições políticas vigentes.

Somem-se, aos fatos acima apontados, as disparidades dos núcleos populacionais espalhados pelo vasto território nacional, e ter-se-à o quadro em que o evanescente regime monárquico se debatia, apesar do espírito democrático do Imperador, mais voltado para o exemplar desempenho do funcionamento do parlamentarismo inglês, modelarmente exercitado pelos partidos "Whig" e "Tory".

Teoricamente, o processo de ouvir a opinião pública, através do sistema em voga, era, sem dúvida, o mais democrático; porém, na realidade, inexequível.

"Não se podia engenhar nada mais perfeito, como sistema de democracia representativa", assinalou o autor de "Evolução do Povo Brasileiro". "O regime parlamentar - acentuou, a seguir - é um mecanismo justo, exato, maleabilíssimo, sorte de aparelho de precisão, maravilhosamente apto a indicar, como observou Nabuco, não só as horas, mas mesmo os minutos da "Opinião".

Os homens, que foram chamados a dirigir os 36 gabinetes, durante o período monárquico, nem sempre eram merecedores da confiança da Câmara dos Deputados; obedeciam, entretanto, aos desígnios do soberano, que fazia prevalecer o seu "Poder Moderador", já que não acreditava na representatividade dos partidos Liberal e Conservador, a ponto de perguntar a Paraná: "Mas, Sr. Honório, onde estão os nossos partidos?"

O desabafo de Zacarias, a propósito, na sessão de 18 de junho de 1870, citado por Oliveira Viana, é significativo: "O conservador não respeita o liberal; o liberal não respeita o conservador; o conservador flagela o liberal; o liberal flagela o conservador - e o resultado é que a Coroa tem em má conta um e outro".

Há, ainda, a considerar a fraude eleitoral, processo escuso muito em voga pelos que detinham o poder, havendo mesmo quem a defendesse, ostensivamente, como a figura respeitável de Antônio Carlos de Andrada e Silva, que afirmava: "O governo, expressão de um partido, tem o direito de intervir no processo eleitoral".

Pairando acima dos partidos, o velho dinasta acabava por fazer prevalecer a sua autoridade, vista, na época, pelos que lhe faziam oposição, como indisfarçadamente autocrática.

"Pronunciara-se já - afirma Euclides da Cunha no belo capítulo "Da Independência à Republica", do seu livro "À Margem da

História" - em todos os tons uma palavra, "imperialismo", que a pouco e pouco ia imprimindo um traço cesariano no platônico "Poder Moderador", e forjando a extravagância de uma autocracia constitucional"

O desbordar da autoridade, como, então, vinha exercendo o Monarca, causou apreensões aos políticos mais sensatos.

"O Conselheiro Nabuco - lembra, ainda, o autor de "Contrastes e Confrontos", na obra acima citada - enfeixando num plano superior todos os desânimos, e todas as revoltas da nacionalidade traída, abalara o Senado com um sorites formidável, condensando em frase, que é um prodígio de síntese, toda a política do tempo: O poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Aí está o sistema representativo do nosso país".

"O parlamentarismo, pelo qual os nossos ministros se davam ares ingleses - assinala Leôncio Basbaum, em sua obra "História Sincera da República" - não estava consignado na Constituição (1824) nem no Ato Adicional de 1834. Somente em 1847 se criava, por decreto, o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, que recebia do Imperador o direito e a ampla liberdade de escolher seus colaboradores no Ministério. O Imperador podia demitir o Presidente do Conselho sempre que lhe aprouvesse. Também as Câmaras podiam demitir o Ministro, por voto de desconfiança, "mas este tinha o direito, de acordo com o Imperador, de dissolver as Câmaras e convocar novas eleições, as quais, lembremos de passagem, lhe dava sempre maioria". Observou Basbaum, a seguir: "O sistema parlamentar vingou e logo se incorporou aos nossos costumes políticos. Principalmente porque permitia aos dois partidos tradicionais revezarem-se no poder."

Como na Inglaterra, nós tínhamos, também, os partidos Liberal e Conservador, remanescentes dos antigos partidos constituídos por liberais e regressistas, aos quais viria juntar-se, mais tarde, com o Manifesto de 1870, e após a Convenção Republicana de Itu, em 1873, o Partido Republicano, oriundo do "Partido Liberal Radical, composto de dissidentes do Partido Liberal".

Organizado o Partido Republicano, ele, que, no manifesto de 1870, não ferira de frente a questão do trabalho servil, relegando o assunto à esfera das Províncias, iria, entretanto, em razão disso, beneficiar-se com o movimento a favor da abolição da escavatura, revigorado, desde 1879, não só pela propaganda da Imprensa, mas, sobretudo, pela palavra de Joaquim Nabuco, e dos jovens idealistas liderados por Castro Alves e coadjuvados pelos representantes da raça negra, José do Patrocínio, André Rebouças e Luiz Gama.

Contraopondo a estes, Cotegipe vaticinava que a liberdade pretendida geraria séria crise econômica no país.

Entre os estremados, havia os que procuravam encontrar "uma ponte", que permitisse "atravessar do trabalho escravo para o trabalho livre", entre os quais se encontrava o Barão de Mauá.

Falando da prudência dessa inolvidável figura, que sacudiu o Império com as suas iniciativas arrojadas, Eudes de Barros, no seu trabalho "A Associação Comercial no Império e na República", observa: "O próprio Mauá, que era um propagandista convicto das vantagens do trabalho livre e da mão-de-obra imigratória; que, em 1867, na proposta para a construção do porto de Recife, inserira a cláusula, segundo a qual sua Companhia obrigava-se "a não possuir escravos e não empregar nas obras senão pessoas livres"; o próprio Mauá escrevia: "Cumprir lançar uma ponte que nos permita atravessar do trabalho escravo para o trabalho livre, sem fazer estremecer até os seus fundamentos, os elementos da produção que existem, até que outros que se criam possam dar frutos".

Sabe-se que, em consequência da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel, se criou, no Brasil, sério descontentamento no seio da aristocracia rural, atenuado, contudo, no sul do país, pela substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra do imigrante europeu.

Grande fora, sem dúvida, o impacto sofrido pela nossa economia na época Imperial, toda ela voltada para a política dos Barões do café, que exploravam o braço servil, como o será, mais tarde, na República, a dos "Coroneis" na exploração da propriedade rural.

Ao movimento, para a extinção da escravatura, viria associar-se outro: o do Federalismo, velha aspiração de muitos brasileiros, desde a Colônia de que são manifestações - algumas até com anseios separatistas - "A Confederação do Equador", "A Cabanagem", "A Sabinada", "A Balaiada", "A Farroupilha" e "A Praieira".

O antigo ideal de destruir o poder centralizador - que vinha de Pedro I, passando pela Regência e teve, em Pedro II, um pertinaz defensor na escolha dos Presidentes de Província - reacenderia a sua chama no segundo Reinado, já agora defendido por figuras como Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, este partidário da monarquia federalista, e Rui Barbosa, ainda indeciso, a proclamar em tom apotegmático: "A Federação, com ou sem a Monarquia".

A implantação do regime republicano, no Brasil, foi assim, o resultado da confluência de vários fatores, uns de maior importância



A 10 de novembro de 1889, o Major Solon, seguido de um piquete de cavalaria, foi ao Palácio do Governo Provisório a Dom Pedro II, pela qual o soberano era informado de sua deposição, que fora proclamada na véspera: aproveitando-se das circunstâncias favoráveis, Benjamin Constant, após derrubar o Ministério Ouro Preto, se decidisse a mudar o regime, os ministros, que se encontravam presos, o imperador, chegando de Petrópolis, não pôde mais controlar a situação. Então, no dia 15 de novembro, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, foi proclamada a República e extinta a monarquia no país. O Brasil tornou-se a República dos Estados Unidos do Brasil.

e, outros, de somenos, que, entretanto, acabariam por engrossar a corrente dos insatisfeitos do já conturbado momento político nacional, pela recém - instituída Lei Aurea.

É bom recordar, com base nos dados coligidos por Cândido Teixeira, e citados por Oliveira Viana, que a propaganda republicana, do ponto de vista geográfico, em 1889, era relativamente pequena, feita através de 74 jornais, muitos dos quais sem maior expressão, como órgãos de imprensa.

Os números indicam que, São Paulo, onde a divulgação foi mais intensa, possuía 21 jornais; Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, 33, onze por Província; Rio, Pernambuco e Santa Catarina, 9, três cada uma; Amazonas, Paraíba e Sergipe, 6, dois cada uma; e, com 1, Espírito Santo, Alagoas, Bahia, Maranhão e Mato Grosso.

A quantidade de "Clubes Republicanos", em todo o país, era de 237, vindo a província do Espírito Santo em 7º lugar, logo após Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio e Santa Catarina.

A propaganda republicana, em nossa Província, dada a sua dimensão territorial, relativamente às outras unidades do Império, foi expressiva, dela não se devendo esquecer nomes como Bernardo Horta, Afonso Cláudio, Joaquim Pires de Amorim e Antônio Gomes Aguirre, cabendo a Cachoeiro de Itapemirim "a primeira manifestação coletiva do republicanismo no Espírito Santo", como assinalou o historiador capixaba Joaquim Pires de Amorim.

Afogava-se o país, nessa época, na discussão dos que defendiam a República, a Federação, e, conseqüentemente, a descentralização, quando ocorreram os incidentes oriundos das questões Religiosa e Militares: a primeira, suscitada pelo conflito entre a Igreja Católica e a Maçonária, com a interferência do Estado, julgada indébita pelo bispo D. Vital Maria de Oliveira, e, as segundas, que vinham desde a guerra do Paraguai, com o episódio ocorrido entre Caxias, comandante das nossas tropas, no teatro da luta, e o Gabinete Zacarias, bem como, logo após, o Exército se negar a capturar negros fugitivos, e que se tornariam mais tensas com as medidas adotadas, de ordem disciplinar, pelos ministros da Guerra Alfredo Chaves e Franco Sá, ambos civis.

Quando na chefia da pasta da Guerra, Alfredo Chaves mandara prender o coronel Cunha Matos, em razão de desentendimento entre este e o deputado Simplício Resende; caberia, mais tarde, ao ministro Franco Sá, pelo mesmo motivo, mandar prender, também,

o coronel Sena Madureira, a quem o Marechal Deodoro, então comandante das forças militares no Rio Grande do Sul, dera o seu apoio, como desafronta.

Ocorreria, ainda, o caso da prisão do oficial de Marinha Leite Lobo, reformado, que participara do conflito entre soldados da Polícia e 17º batalhão do Exército, então em São Paulo, cujo desfecho ocasionou, além da descida de Cotegipe do poder, a demissão do chefe de Polícia e remoção da unidade do Exército.

Junta-se, aos fatos sucintamente indicados acima, a pregação dos positivistas, encabeçada por Benjamim Constant, Teixeira Mendes e Miguel Lemos, e teremos uma visão dos acontecimentos que envolviam a figura respeitável do dinasta do Segundo Reinado.

As coisas, às vezes, ocorrem de maneira paradoxal na vida dos povos; todavia, aqui, elas são mais freqüentes: um gabinete conservador, chefiado por João Alfredo, vota a abolição da escravatura, e, um outro, liberal, chefiado por Ouro Preto, figura austera e digna, porém, politicamente, inábil, faria ruir o arcabouço do Império, justamente pelo desentendimento entre ele e o marechal Deodoro da Fonseca, ocasionado pela indicação do nome de Gaspar Silveira Martins, para dirigir o novo Gabinete, a contragosto deste, de quem era desafeto.

O Grande tribuno gaúcho, que tempos depois se notabilizaria como chefe do movimento federalista do sul, e que, como ministro da Fazenda, em 1878, viria enriquecer o nosso léxico, com um neologismo, hoje muito em voga, o diminutivo antropônimo gasparinho ou gasparino, estava ausente do país, quando foi indicado para o espinhoso cargo.

Luiz Edmundo, em "Recordações do Rio Antigo", lembra, a propósito, que, a queda do Império, teve, como uma das principais causas, o boato lançado pelo major Solon Ribeiro, ao anoitecer de 14 de novembro, de que Deodoro, Benjamim Constant e ele, seriam presos.

Mas, o movimento que eclodiria em 15 de novembro, tivera, anteriormente, a sua data marcada para o dia dez, do mesmo mês.

Assinala Medeiros e Albuquerque, em suas "Memórias", a importância que teve, para a vitória republicana, a figura de Benjamim Constant, o Fundador da República sem, entretanto, olvidar o vulto de Silva Jardim, que, corajosamente, e de maneira acintosa, acompanhou o Conde D'eu, ao Norte, este fazendo propaganda da Monarquia, e, ele, da República.

“Positivamente - recorda o autor da letra do Hino da República, inspirado na Marselhesa e feito a pedido de Silva Jardim, com música de Leopoldo Miguez - a verdade, para os que viram os fatos de perto, é essa: sem Benjamim Constant talvez não se tivesse feito a República em 15 de novembro; mas, sem Silva Jardim, com certeza, nem se teria cogitado disso. Era ele que trazia diante de todos os espíritos a solução republicana como necessária, inevitável e próxima”.

Depois de revelar que a revolução deveria estalar em 10 de novembro, e recordar que os republicanos estavam descontentes com Quintino Bocaiuva, por ter este escrito um artigo achando justa a Polícia proibir vivas à República, bem como pela sua complacência em defender uma candidatura não republicana - a do banqueiro Mayrink contra um republicano - Medeiros informa que tivera um encontro com Aristides Lobo, de quem recebera a incumbência de ir a São Paulo, a fim de transmitir a Campos Sales uma importante mensagem, para a qual era exigida muita discrição, tendo em vista que ele, Quintino e Solon Ribeiro, e, sobretudo, Benjamim Constant estavam sendo vigiados.

Uma vez na capital paulista, juntamente com Francisco José da Silveira Lobo, o festejado memorialista de “Quando eu era vivo” dirigiu-se à casa de Campos Sales, a fim de desincumbir-se de sua missão.

“Quando soube do que se tratava - Campos Sales, que, segundo Medeiros, nunca foi um prodígio de coragem - ficou positivamente aterrado”.

E prossegue o autor dos nossos primeiros projetos de Direitos Autorais e Acidentes do Trabalho: “Para isso, contribui, sobretudo, o ter notado a semelhança física que, nessa época, eu tinha com um dos numerosos retratos de Tiradentes - exatamente um retrato em que Tiradentes está com a corda de enforcado ao pescoço. . . Quando Campos Sales olhou para o quadro, que estava em seu gabinete, e para mim, fazendo claramente a comparação entre nós, ficou pálido. Francisco José e eu saímos sorrindo da casa do chefe republicano. Positivamente - arremata Medeiros - Campos Sales não pode ter dormido naquela noite, aterrado com visões de forcas, esquartejamentos, e de outras punições terríveis de revolucionários.

A missão, para a qual fora credenciado por Aristides Lobo, era para transmitir a Campos Sales a notícia da adesão do general Floriano Peixoto à causa republicana, contanto que não fosse para derrubar o Ministério.

As confabulações, entre os que lutavam pela queda do Império, prosseguiram ativas, e o Imperador, cujo estado de saúde, agravado pelo diabetes, não era bom, se encontrava em Petrópolis, em descanso, pois nos dias que precederam ao 15 de novembro fizera, várias vezes, de trem, o trajeto Rio-Petrópolis e vice-versa, inclusive uma viagem de descida à Metrópole, a fim de participar da festa aos chilenos, acontecimento social, belamente fixado na tela, pelo pintor Aurélio de Figueiredo, no célebre quadro "O Baile da Ilha Fiscal".

O velho monarca não gozou, entretanto, o ócio tão almejado: interrompeu-o um telegrama recebido, logo pela manhã de 15 de novembro, enviado pelo visconde de Ouro Preto, pedindo exoneração da chefia do Ministério, que ocupava, e colocando sua majestade a par do que estava ocorrendo na capital do Império.

D. Pedro II, diante do que acabara de ser informado resolve, no mesmo dia, retornar ao Rio, aonde chega à estação de São Francisco Xavier às 13 horas, depois de partir de Petrópolis às 11, e a primeira providência, ao desembarcar, fora exigir a presença do marechal Deodoro, cujo estado de saúde merecia cuidados, por se achar acometido de forte dispnéia.

Luiz Edmundo, nas suas reminiscências, nos mostra, com riqueza de detalhes, os derradeiros momentos em que fora implantada a República.

"Às 5 horas da tarde - relembra o memorialista de "O Rio de Janeiro do meu Tempo" - o Imperador nada ainda sabe do governo do país. Espera Deodoro. E Deodoro não vem - Ele porém, terá de vir! Mandem de novo à casa dele. . . Antes das 6 horas da tarde, aparece nas salas do Paço da cidade a "Gazeta da Tarde". Escondem-na, porém, do Imperador. Por que? Há um trecho dessa folha vespertina que conta, sem rebuços, o que se passa então: - A partir de hoje, 15 de novembro de 1889 pode-se considerar finda a monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da liberdade. Foi o Exército quem operou esta magna transformação: assim como a 7 de abril de 1831 ele firmou a monarquia constitucional, acabando com o despotismo do primeiro imperador, hoje proclamou no meio da maior tranquilidade e com solenidade realmente imponente, outra forma de governo. Assim desaparece a única monarquia que existia na América, e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria a seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos, e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a Democracia! Viva a liberdade!".

A propósito da agonia do velho regime, que se esteava na Marinha de Guerra, na Guarda-Nacional e nos mercenários, como salientou João Cruz da Costa, na sua "Pequena História da República", Medeiros e Albuquerque, cuja participação no movimento republicano foi notória, dá-nos, em suas "Memórias", um depoimento altamente elucidativo, no que se refere ao grau de incerteza, então reinante, entre os que lutavam pela queda do velho soberano.

" Às 2 horas de 15 de novembro - conta o autor do primeiro trabalho sobre testes no Brasil - eu almoçava, com Aristides Lobo e outros amigos, no Hotel Globo, na rua 1º de março. Há, todos o conhecem, um quadro célebre em que o marechal Deodoro, Benjamim e Quintino, a cavalo, e várias pessoas do povo, entre as quais Aristides Lobo, a pé, que precedem a um batalhão e proclamam a República. As coisas não se passaram, assim, tão heroicamente às 2 horas da tarde, Aristides Lobo ainda não considerava o movimento terminado. No campo de Sant'Ana, em frente ao quartel-general, quem decidiu da direção do movimento foi a mocidade da Escola Militar, rompendo em aclamações de "Viva a República"! Deodoro, zangado, mandou um emissário pedir que se calassem, mas os rapazes não fizeram caso".

É oportuno salientar que a Escola Militar era um foco de propagandistas da República, o que não ocorreu com a Escola Naval, onde a disseminação dos ideais do novo regime era diminuta.

A Monarquia esboroou-se em 15 de novembro de 1889 - dirá, mais tarde, Aristides Lobo que o "povo assistiu àquilo bestilizados" - justamente quando se achava à frente do gabinete Liberal, a figura respeitável de Ouro Preto, "homem de brio e de imensa coragem, que o seu dever sempre soube cumprir, altivamente, até ao fim", como lembrou Luiz Edmundo.

O autor de "O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis" relatou, no seu livro citado, anteriormente, o instante do encontro entre general Deodoro e Ouro Preto, na sala em que este presidia à última reunião do Ministério.

"Aqui me encontro em nome do Exército e do povo de meu país para por termo a essa campanha indecorosa de perseguições que há muito vivem os senhores deste gabinete desencadeando contra nós, declara o chefe da revolução. - A paciência dos perseguidos esgotou-se. E aqui estão eles para reivindicar direitos que o Brasil lhes deve".

"Os ministros de sua Majestade, - assinalou Luiz Edmundo - silenciosos e tranqüilos, ouviam, sem protesto, a tirada magnífica

do Marechal que, apenas, ofegava um pouco, como que a subjugar os surtos da sua obstinada dispnêia, para, dentro de alguns segundos, prosseguir: - E tanto assim é, Srs. do Gabinete, que se diz liberal (porém, de cuja liberalidade não conhecem os que vivem servindo honesta e devotadamente o Brasil), que não encontrareis, de norte a sul do país, um homem só, vestindo farda, que venha colocar-se de outro lado que seja o lado que tomamos, que é o lado do desagravo, da Razão, da Justiça! Para as vossas casas, Srs. Ministros do atual gabinete. E, depois de parar, um momento, num gesto de quem alarga a gola do uniforme, respirando melhor: - Isto é, dois, dentre os senhores, ficam - este homem que ora tenho diante de mim, de olhar ameaçador a covo, teimoso, como poucos, teimosíssimo (mas não tão teimoso como eu), que é o Sr. Visconde de Ouro Preto e o Sr. Cândido de Oliveira, ministro da Justiça. Irão ambos deportados para a Europa! Quando acaba de falar, fala, por sua vez, Ouro Preto, num tom de réplica, com a voz pausada e calma. Procura contestar, diminuir ou desfazer as duas acusações que lhe são feitas, a ele e ao seu governo. Apartes inflamados procuram interrompê-lo, no momento. Mas o Ministro continua aumentando o diapasão da voz, insistindo no seu breve discurso. Entre outras coisas diz: - "Não é só nos campos de batalha, Sr. general, que um homem serve a sua pátria e faz por ela sacrifícios". Nesse momento, cruzam-se, ainda, mais fortes e violentos os apartes. Contudo, ele termina desta forma: - "Como vencedor, pode o Sr. Deodoro fazer de mim o que quiser. Submeto-me à força".

Na noite de 15 de novembro, afinal, antes de embarcar para o exílio, D. Pedro II - ele que havia perdido, por fim, "a consciência do monarca, por se achar semelhante aos seus", como lembrou o historiador e jurisconsulto italiano Giuglielmo Ferrero, citado por João Ribeiro na sua "História do Brasil" - ao tomar conhecimento da Proclamação da República, observa desencantado e triste, que o ato seria a sua aposentadoria como, de fato, o fora, não obstante ter recusado o subsídio de 5.000 contos, que o governo lhe concedera, a ele que se jactava, afirmando ser o funcionário número 1, deste país.

"O Império de D. Pedro II - lembrou, acertadamente, José Mario Bello, na sua "História da República" - prestara ao Brasil o incomparável serviço de completar-lhe a estrutura jurídica e ensinar-lhe o comum respeito à lei Consolidou a unidade nacional com sacrifícios menores do que, por ventura poderia ter feito a República, sucedendo à Regência".

Se não foi a mais operosa das administrações que o país já teve, deve-se, entretanto, creditá-la, a par da honestidade e seriedade com que o monarca geriu a coisa pública, como uma das mais eficientes, levando-se em conta que, no seu período de governo,

ocorreu a Guerra do Paraguai, dispendiosíssima para os já debilitados cofres da nação; mesmo assim, ao ser deposto, o Brasil possuía, além de 10.504 quilômetros de estradas de ferro, - número bem superior ao de qualquer país da América do Sul - 18.000 quilômetros de linhas telegráficas, ligando a Corte às Províncias, sem contar o aumento considerável de tonelagem da nossa marinha Mercante.

Ao assumir a chefia do Governo Provisório, o marechal Deodoro da Fonseca tratou logo de baixar o seu primeiro ato, declarando o Brasil uma República Federativa, e constituiu, logo, o seu Ministério, colocando Rui Barbosa na pasta da Fazenda, a fim de sanear as finanças do país; mas, ao contrário do que se esperava, o futuro mestre de "Réplica" iria cometer erros à frente do seu Ministério, que redundariam no "Crack" da Bolsa e no que se chamou "O Encilhamento", cujo malefício ao povo brasileiro foi magistralmente descrito por Alfredo E. Taunay, em obra a que deu este nome.

Após alguns meses à frente do Governo Provisório, o marechal Deodoro resolve candidatar-se à presidência da República, e consegue eleger-se, um dia depois da aprovação da nova Constituição, pelo Congresso, em 25 de fevereiro de 1891, por escassa margem de votos sobre Prudente de Moraes, tendo como Vice o general Floriano Peixoto, que concorrera pela chapa da oposição.

A carta magna, que irá reger os destinos da nova República, como observou João de Scantiburgo, em seu magnífico trabalho "O Poder Moderador", era um monumento de liberalismo; introduzira em nação unitária o federalismo, levando-o a extremos, que não se conheciam no seu modelo de origem, os Estados Unidos. O que existia, na realidade, era um conjunto de Estados teoricamente autônomos, ligados pelos vínculos da competência constitucional da União ao poder federal".

Eleito Presidente, o marechal Deodoro dá início a uma forte hostilidade aos que lhe fazem oposição, acarretando, com isso, acaloradas controvérsias entre o Executivo e o Legislativo, que culminariam com a decisão de dissolver o Congresso, o que fez desencadear um movimento, chefiado pelo general Floriano Peixoto, objetivando depô-lo.

Perdido o apoio político, o Presidente renunciou o cargo em 23/11/1891, e, logo após, o general Floriano Peixoto, Vice-Presidente - que fora no Império ajudante geral do Exército, no Gabinete Ouro Preto e ministro da Guerra, no Governo Provisório, em substituição a Benjamim Constant - assume a presidência da República; revoga, em seguida, o ato do seu antecessor, que mandava fechar o Congresso, e demite os presidentes de Províncias, fiéis a Deodoro.

Em meio à agitação política, que se instala no país, o general Floriano Peixoto, com mão de ferro, sufoca as revoltas das fortalezas da Lage e de Santa Cruz, e desterra os seus opositores para a Amazônia.

De 1893 a 1895, enfrenta e debela a Revolução Federalista do Sul, chefiada por Silveira Martins, onde uma luta feroz, cheia de incompreensões e ódio, talou os territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em porfias que se tornaram memoráveis, entre federalistas e republicanos, estes com o apoio de Júlio de Castilhos e as simpatias de Floriano Peixoto.

O conflito armado, que durou 36 meses, em que muitos sonharam com a restauração monárquica, teve, como epílogo doloroso, o sacrifício, sob todos os aspectos, lamentável, do Barão do Serro Azul - o Mauá paranaense - e de seus companheiros de infortúnio, jogados, alguns ainda com vida, nos despenhadeiros da serra do Itupava, no quilometro 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá.

O inditoso acontecimento, que está narrado, com riqueza de detalhes, pelo escritor Túlio Vargas, no seu livro "a última viagem do Barão do Serro Azul", será sempre lembrado por quem viaje ao longo da bela e, hoje, turística via férrea, ao deparar, em uma de suas margens, com uma cruz, simbolizando o local onde ocorreu o triste e deplorável episódio da nossa história política.

A título de esclarecimento, por se tratar de pessoa ligada à magistratura e à administração do Espírito Santo, o barão do Serro Azul - Ildefonso Pereira Correia, era irmão de Francisco Ferreira Correia, ex-juiz de Direito da Comarca de Itapemirim e ex-presidente da Província do Espírito Santo, cargo que ocupou em 1871.

Justo é, porém, que se registre, não só as forças legalistas cometeram atos de barbaridade, como as do general Quadros, no Paraná e as do coronel Moreira Cesar, em Santa Catarina, as federalistas não distoaram das dos seus adversários, haja vista o que ocorreu com a tomada de Quaraí, por um dos subordinados do general Silva Tavares, no combate do Rio Negro, a ponto de o historiador José Maria Bello assinalar: "O bárbaro trucidamento de prisioneiros marca em Rio Negro o mais cruel episódio da guerra civil".

Floriano Peixoto, que viria, mais tarde, ser cognominado "O Consolidador da República", derrotou, ainda, uma insurreição na marinha de guerra, conhecida como Revolta da Armada, chefiada pelo almirante Custodio José de Mello, ex-ministro da Marinha, e apoiada pelo almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval e denodado monarquista.

Recorde-se, ainda, que, com a queda do Império, começou a aflorar um clima de rivalidades entre o Exército e a Marinha, que muito dificultou o apaziguamento dos espíritos naquele difícil quadra da vida nacional.

A figura austera e impenetrável do marechal Floriano Peixoto, que gozou da admiração de Raul Pompéia, o autor de "O Ateneu", tem merecido dos historiadores comentários pretendendo decifrar-lhe as atitudes e os atos à frente do governo.

O autor de "Os Sertões", ao traçar-lhe o perfil, nas suas belas páginas "O Marechal de Ferro" e "A Esfinge" em seu livro "Contrastes e Confrontos", fez, entre outras considerações, estas: "O herói que foi um enigma para os seus contemporâneos pela circunstância claríssima de ser um excêntrico entre eles, será para a posteridade um problema insolúvel pela inóxia completa de atos que justifiquem, tão elevado renome.

É um dos raros casos de grande homem que não subiu, pelo condensar, no âmbito estreito da vida pessoal, as energias dispersas de um povo. Na nossa transição acelerada para o novo regime, ele não foi uma resultante de forças, foi uma componente nova e inesperada que torceu por algum tempo os nossos destinos. E prossegue: "Assim considerado, é expressivo. Traduz de modo admirável, ao invés da sua robustez, a nossa fraqueza. O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas: cresceu, prodigiosamente, à medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional. . Subiu, sem se elevar - porque se lhe operara em torno uma depressão profunda. Destacou-se à frente de um país, sem avançar - porque era o Brasil quem recuava, abandonando o traçado superior das suas tradições". . .

Depois de alguns comentários sobre as atividades do seu biografado, na vida pública do país, Euclides da Cunha observa: "E foi assim - esquivo, indiferente e impassível - que ele penetrou na História".

Não logrando sair vitorioso nas eleições de 1891, Prudente de Moraes viria, entretanto, ser o primeiro Presidente, em 1894, eleito pelo voto popular.

É nessa qualidade, de primeiro Presidente Civil e ex-presidente da Constituinte, que - como assinalou Olimpio de Sousa Andrade, em sua "História e Interpretação de "Os Sertões" - "encontrou o país, ainda preso à influência de velhos líderes monarquistas, combatidos em todos os terrenos por republicanos exaltados, florianistas e antiflorianistas, estes por sua vez cindidos em duas alas, uma

que não admitia apelos a qualquer espécie de homem providencial e outra batendo-se por outro “homem forte”, que substituísse o Marechal de Ferro”.

No seu período de governo, Prudente de Moraes procurou atenuar os ressentimentos dos federalistas; reatou relações diplomáticas com Portugal, rompidas desde 1893 por Floriano Peixoto; retomou, para o Brasil, a Ilha de Trindade, mediante acordo com a Inglaterra; e enfrentou, além de séria crise econômica, a revolução de Canudos, tida, por muitos, como de restauração monárquica.

Muito criticado pelos seus atos de benevolência, a ponto de granjear dos seus coevos a alcunha de Prudente de Mais, teve, como seu Vice, Manoel Vitorino Pereira, médico baiano e grande orador, que procurou, sem sucesso, impedir o seu retorno ao governo, depois de afastado da presidência de 10/11/1896 a 4/3/1897, por questão de saúde.

Na sua interinidade, Manoel Vitorino dera sinal de que viera para ficar: modificou o ministério, inclusive os titulares da Guerra e da Marinha.

Os florianistas, jacobinistas, e descontentes com a política de Prudente de Moraes, apoiam-no, e ele se vê de tal forma envolvido nos acontecimentos políticos, que acaba por se incompatibilizar com o seu companheiro de governo, e, aí, ele se torna, como assinalou José Maria Bello o “símbolo vivo da exaltação republicana contra os reacionários de toda a ordem, que se abrigariam à sombra austera de Prudente de Moraes. . .”

Eis, em sucinto retrospecto, a situação política do país, quando eclodiu a revolução chefiada por Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro.

A tragédia de Canudos teve a sua origem num “incidente desvalioso”, como disse Euclides da Cunha, ao se referir à questão da madeira encomendada na cidade de Juazeiro, na Bahia, pelo Conselheiro, para a construção de uma Igreja no arraial por ele fundado.

Sintetisemos o “incidente desvalioso, a que se refere o autor de “Os Sertões”.

Corre a notícia de que o Peregrino iria, pessoalmente, escolher o madeirame contratado; nasce, daí, entretanto, um boato, dando versão diferente: assegura-se que o pessoal do Conselheiro iria invadir a cidade e saqueá-la, ao que o Juiz da Comarca de Juazeiro, Dr. Arlindo Leoni, temeroso, pede ao governador Luiz Viana providências,

no sentido de conter possíveis invasores, mas o chefe do executivo baiano responde-lhe negativamente, dizendo que, por simples boato, não mandaria a força solicitada. O Juiz passa, então, novo telegrama alarmante ao governador, e este resolve atendê-lo, ordenando a ida de cem soldados, sob o comando do tenente Pires Ferreira, a fim de garantirem a ordem; ocorre, em seguida, um choque entre a força enviada e os seguidores de Antônio Conselheiro, com a vitória dos comandados deste. Ao fracasso da 1ª Expedição, seguir-se-á o da 2ª, comandada pelo major Febrônio de Brito, culminando com o da 3ª, sob o comando do coronel Moreira César, bravo oficial que se notabilizara nas campanhas militares no sul do país, em quem os republicanos procuravam ver a reencarnação da figura do marechal Floriano Peixoto.

A propósito da origem desse conflito armado, onde perderam a vida seguramente vinte e cinco mil brasileiros, havendo entre os contendores, de ambas as partes, provas de coragem e estoicismo, o Prof. Luiz Viana Filho, que, como o seu pai, virá a ser, mais tarde, governador da Bahia, ao prefaciar o livro do professor Ataliba Nogueira, "Antônio Conselheiro e Canudos", afirma que, "realmente, Canudos foi fruto do pavor de Arlindo Leoni, que, durante toda a sua vida, se fez notado pelo medo excessivo de várias coisas, inclusive do mar. Tanto que meu pai, para puni-lo, por causa de Canudos, o transferiu para uma comarca no sul do Estado, apenas acescível pelo mar, o que fez que ele deixasse a magistratura".

A humilhante derrota da 3ª Expedição, além de ocasionar sérias apreensões às autoridades que governavam o país, tendo em vista que se tratava de uma força aguerrida e experimentada nas lutas do sul, tanto mais que era comandada pelo bravo oficial Moreira Cesar, estarreceu a população brasileira.

"O desastre da 3ª Expedição - dirá mais tarde o general Tristão de Alencar Araripe - constituiu para toda a Nação grande catástrofe. Parecia estarem em sério perigo as instituições. O País inteiro vibrava de indignação e pasmo. O Exército, por todas as suas guarnições, considerou essa derrota como grande afronta à sua honra e pundonor".

Considerável parte da população brasileira se achava, e certo, imbuída da certeza de que Canudos era um movimento de restauração monárquica, ponto de vista, aliás, esposado até por Euclides da Cunha, desde quando escreveu, para o "Estado de São Paulo", dois artigos sobre a "Nossa Vendéia, e pouco antes do término da luta, já pensando em escrever "Os Sertões, onde defenderia a tese de que o conflito travado no sertão baiano, era consequência do choque de duas civilizações: a do litoral e a do interior do país.

O próprio comandante da 4ª Expedição, gal. Artur Oscar de Andrade Guimarães, não destoava do consenso geral de que a honra da República estava em perigo.

Escrevi em "Atualidade de Euclides: "Convidado para comandar a 4ª Expedição, o gal Artur Oscar aceitou a dura e penosa missão, e, através do telégrafo, sintetizou o que pensava acerca dos acontecimentos, com as seguintes palavras: "Todas as grandes idéias têm os seus mártires; nós estamos voltados ao sacrifício de que não fugimos para legar à geração futura uma república honrada".

A República, recém-implantada, parecia pouco estável para se opor a um vesânico, lá do longínquo sertão baiano, que, simplesmente, se defendia e não tomava a iniciativa de perseguir o inimigo, além das cercanias do arraial, o que teria sido fatal para os atacantes, e até para o governo do Estado.

Encolhida em seu reduto, a população de Canudos obstinava-se na defesa da sua cidadela, sem procurar abrir o seu movimento para o território do Estado, e mesmo do país, já que assoalhava que a luta era pela restauração monárquica.

As vitórias dos jagunços reduziam-se à própria defesa, para mostrar à "fraqueza do governo", que eles, ali, eram inbatíveis - e só.

Sob este aspecto, muito mais ousada fora a revolução federalista, cujas forças talaram o solo gaúcho, catarinense e do Paraná, chegando as tropas de Gumerindo Saraiva a ocupar Curitiba, o que deu ao bravo Caudilho razões para sonhar com a marcha sobre São Paulo.

Deu-se tanta importância à 4ª Expedição militar que, o então ministro da guerra, marechal Machado Bittencourt, resolvera ir, pessoalmente, para a Bahia, onde em verdadeiro trabalho de logística, reparelhou e dotou as forças de material bélico, víveres, transporte e serviço de saúde; mesmo assim, quase que ela tivera o destino das anteriores, se não fora o socorro do bravo general Cláudio do Amaral Savaget ao general Artur Oscar, comandante-em-chefe das forças federais, compostas de unidades do Exército, na sua maioria procedentes do sul do país, além de contingentes das polícias da Bahia, São Paulo, Pará e Amazonas, não se registrando a presença das do Espírito Santo e outros Estados.

O governo, como se sabe, venceu, mas "Canudos não se rendeu, como disse Euclides da Cunha, em "Os Sertões.

O ódio ainda perdurava entre florianistas e prudentistas, eis que, na chegada das tropas vitoriosas, com a presença do Presidente da República, que fora, pessoalmente recebê-las, no Cais da Praça XV do Rio de Janeiro - cai, morto, vítima do ansejo do Exército, de nome Marcelino Bispo, o marechal Machado Bittencourt, quando este se antepusera ao criminoso, cujo propósito era de assassinar Prudente de Moraes.

A ocorrência - com dizem, atualmente, os nossos repórteres de Polícia - ao em vez de acirrar os ânimos das partes, politicamente antagônicas, teve efeito contrário, por que encontrou, na disposição do Presidente, uma obstinada vontade de apaziguar os espíritos mais exaltados, tanto que, já no dia do sepultamento do seu valente e leal auxiliar, aonde compareceria, pessoalmente, recebeu estrondosa manifestação de apreço do povo carioca.

O fato é que, em consequência dessa tragédia, e das mortes de Saldanha da Gama, em combate, no sul do país, e a de Floriano Peixoto, em uma fazenda no interior do Estado do Rio de Janeiro, Prudente de Moraes viria alcançar, já devidamente prestigiado pelo povo brasileiro, e no último ano do seu governo, a paz tão almejada.

Passará, então, o poder, ao seu sucessor, Campos Sales, a quem caberá, não obstante enfrentar, em sua administração, invulgar impopularidade, impor e executar um rigoroso plano financeiro, a cargo do seu corajoso ministro da fazenda, Joaquim Murtinho.

Proposto, ao final do quadriênio de Prudente de Moraes, um pedido de "funding loan", que fora encaminhado aos Rothchilds, banqueiros ingleses, caberá a Campos Sales, já eleito seu substituto, ultimar a transação financeira.

A Campos Sales é atribuída, com justiça, a glória de ter restaurada a economia do país e elevado conceito do Brasil no âmbito internacional.

Em uma das suas "Mensagens Presidenciais", encontramos o lema do seu governo, que foi: "esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que os outros países e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições que nós.

Sob a égide da Constituição de 1891, sucederam-se os vários presidentes: uns bem mais eficientes, outros mais autoritários, até que com a revolução de 1930, com a queda da Velha República, deixou de vigorar a 2ª Carta Magna do nosso país, desde a sua independência.

Depois dela, viriam outras: a de 1934, 1937, 1946, 1967, com a redação definitiva em 1969, e, por último, a 1988, nitidamente do sistema parlamentarista, mas, estruxulamente, regida pelo de presidencialista.

Ao ser proclamada a República, Benjamim Constant sugeriu que o novo regime fosse submetido a um plebiscito nacional; não lhe deram, entretanto, a devida atenção. Contudo, passam-se os anos e, já agora, com um século decorrido, a história comprova que o grande positivista tinha razão.

O legislador brasileiro, ao elaborar a nossa atual Constituição, foi inspirado, ao fazer constar do seu texto - com o intuito de auscultar a opinião pública, quanto a forma e ao sistema de governo, que deverão reger os destinos da nação - o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina: "No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) que devem vigorar no país".

Ocorre-nos, aqui, lembrar, com outras palavras, o que disse, certa vez, o ex-ministro das Relações Exteriores da França, Georges Bidaut, ao deixar o nosso país, onde vivera exilado, na cidade de Campinas, por discordar da política de De Gaulle, na Argélia: discute-se muito sobre formas abstratas de governo, mas foi, no Brasil, que senti a verdadeira democracia, porque ela é da índole do seu povo.

Decorrido quase um século de vida republicana, os brasileiros ainda questionam a sua forma e o seu sistema de governo, vergados sob o imenso peso de um "complexo de culpa coletivo", que parece continuar rondando os seus espíritos, como lembrou Pedro Nava.

É que, segundo suas palavras, no prefácio do livro "O Rio Antigo do fotógrafo Marc Ferrer", de Gilberto Ferrer: "Dizem que habita o fundo de todos os brasileiros um complexo especial, e do parricídio - perante a figura do Imperador Pedro II., O tratamento dado a esse bom velho, a um doente, a quem amava a sua terra e o seu povo - com sua derrubada do poder e sua expulsão noturna de cambulhada com a família - ficou como um peso de arroubas dentro da alma dos nacionais, desde que informados dessa groseria".

Sras. e Srs.

Já ressoa, das coxilhas do sul, o grito dos novos defensores da velha República de Piratini; já se discute, em meio a uma das crises econômico-financeiras mais sérias da história política do país, a instituição do parlamentarismo, para o próximo período governamental, bem como já se arregimentam os descentralistas, os presidencialistas, e, até, os monarquistas, e, assim, tudo vai recomeçar, como na repetição de um filme cinematográfico, cujos protagonistas seriam outros. . .

Múltiplos, sem dúvida, nos seus aspectos, os fatos vão-se repetindo, e, como o Sísifo da mitologia grega, continuamos, eternamente, indo e vindo, numa ânsia de expiar uma sina, nos caminhos indefinidos da nossa história. . .



CLUBES REPUBLICANOS

Christiano Ferreira Fraga

Sob o governo de Pedro II o regime parlamentar brasileiro, se não primou por grandes arrancadas de progresso material, foi contudo uma verdadeira democracia. A tal ponto que o presidente da Venezuela, ao ter notícia da queda da monarquia brasileira chegou a dizer: "Se ha acabado la única república que existia en América: el Imperio del Brasil". A tal ponto que nunca hostilizou os mais agressivos pronunciamentos da propaganda republicana, transbordantes desde o manifesto de 1870, firmado por civis e militares, diatribes vociferadas no parlamento e na imprensa pelas colunas dos diários **República e Globo** com a pena de Salvador de Mendonça, nos artigos de Quintino Bocayuva **no País** e nos de Ruy Barbosa pelo **Diário de Notícias**. Se fôsse hoje, os autores do tal manifesto estariam na grade com muita justiça.

Ruy exagerava por jactancia quando pintava como heróis os conspiradores republicanos, dizendo que em caso de fracasso morreriam na fôrça. Mas a verdade é que se atreviam a tanto porque confiados na tolerância do monarca cuja índole democrática encarava como progresso político a fundação do partido republicano em 1870.

Esse partido recebia orientações estrangeiras, de Gambetta e Castelar: carta de Gambetta e delegado de Castelar especialista em conspirações e manobras ocultas. E à frente do partido encontravam-se homens como Quintino Bocayuva, Lafayette Rodrigues Pereira, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça, Rangel Pestana, Campos Salles, Américo Brasiliense, - que deviam ter descortino bastante para organizar e dirigir um partido.

Cerca de 28 anos após a proclamação da República o estadista espiritosantense Muniz Freire, proferia no Senado veemente discurso, de que o historiador Oliveira Lima, no seu livro **O Império Brasileiro** transcreveu o seguinte trecho:

"O Império desmoronou-se, o poder pessoal do monarca foi destruído e em seu lugar surgiu essa vegetação daninha de poderes pessoais muito mais intoleráveis. . . Em resumo: o poder pessoal

do Impérador, aliás muito atenuado depois da lei de 9 de janeiro de 1881, consistia em mudar os governos e as situações sem outro critério que o seu. Era um arbítrio que tinha o objetivo impessoal de manter na governança as diferentes competências separadas umas das outras pelas arregimentações partidárias e de permitir que cada uma delas pudesse gozar por sua vez das honras, vantagens e responsabilidades da direção política. Fazia ofício de balança para o equilíbrio dessas forças e procurava tê-las satisfeitas, vigiando-se mutuamente e competindo no serviço da pátria. O objetivo do poder pessoal que hoje domina em toda a parte é de garantir aos seus detentores, suas famílias, seus parentes e sequazes o emprêgo que fornece o ganha-pão ou a posição que dá o prestígio à sombra do qual aumentam os bens se fazem as fortunas. . . O Brasil político pode ser considerado um agregado de ventres”.

Não é forma de govêrno que traz o progresso, mas o modo laborioso, esclarecido e honrado de governar. Os países de melhor política administrativa são cinco monarquias: Suécia, Noruega, Dinamarca, Bélgica e Holanda, e para ombrear com estas, apenas uma república a Suíça.

Conquanto progredisse o movimento da propaganda republicana, o que apressou a proclamação da República foi a fúria dos senhores de engenho e dos grandes fazendeiros de café, enraivecidos pela completa perda dos escravos com a lei de 13 de Maio de 1888. E contra tal perda já vinham clamando desde a lei do ventre livre de 28 de setembro de 1871. A República não lhes devolveria os escravos mas era um meio de se vingarem da liberdade do imperador. Foi uma vingança longamente premeditada.

Leia-se em Teixeira de Oliveira (**Hist. do Est. do ES Rio, 1951**), a propósito das pregações republicanas, p. 373:

“A propaganda da nova idéia muito se beneficiou aqui, como nas demais províncias - com o despeito que a abolição da escravatura provocara entre os fazendeiros. Contando, portanto com o apoio dos verdadeiros chefes das municipalidades - os proprietários rurais - foi fácil aos republicanos a pregação de seu evangelho e a formação de núcleos por todas as localidades da Província”.

Pedro II abominava a escravidão e desde 1850 declarava que preferia abdicar a manter-se à frente de um império repellido pela humanidade. Continuar governando um país explorador da escravatura foi para ele um suplício, que amargou sob a pressão dos latifundiários.

A vingança dos poderosos escravistas, transfigurada pela eloquência das propagandistas republicanos, brilhava aos olhos da nação como alvorada maravilhosa.

A 17 de novembro de 1889 dois dias depois da proclamação da República, Aristides Lobo escrevia, num artigo para o **Diário de São Paulo**, que o povo assistiu bestificado à proclamação da República. Depois procurou mascarar a verdade declarada.

Mas a pujança oratória da propaganda eletrizava as províncias de norte a sul e o Espírito Santo teve também os seus republicanos históricos e dos mais decididos segundo os testemunhos registrados.

Aqui foi Affonso Cláudio o primeiro a declarar pela imprensa, em 1883, o seu credo republicano, empolgado e sinceramente decidido pela publicidade propagandista da Corte agitada desde 1870, com a fundação do partido republicano, publicidade prosseguida e multiplicada em livros, panfletos, artigos de jornal discursos e comícios. Voltando mais tarde ao Espírito Santo, Affonso Cláudio dedicou-se à propaganda no norte da província e em Vitória.

Em 1887 Cachoeiro do Itapemirim tornou-se o mais ardoso centro da propaganda espiritosantense. Ali fundou-se então o primeiro Clube Republicano, com a participação dos mais esclarecidos dos propugnadores: - Dr. Joaquim Pires Amorim (Presidente), Dr. Antônio Aguirre (Secretário), João Loyola (Subsecretário), Henrique Wanderley (Tesoureiro), Leopoldo Rocha, Joaquim Ayres, Rafael di Martino, Julião de Oliveira, Francisco H. dos Santos, Diogo Amorim, Antônio Ursino Toscano, José Manoel Rodrigues, João Izidoro Bicalho, Longo Batista Pereira, Bernardo Horta.

O Clube Cachoeirano adotou o manifesto de 3 de dezembro de 1870 e concluía em sua reunião de 23 de maio de 1887:

“Os seus associados não farão transações políticas com as facções monárquicas nos comícios populares e (o Clube) será o dirigente dos destinos do partido republicano no 2º distrito eleitoral desta província, que é de esperar logre grande progresso com a propaganda que vai iniciar”.

Os clubistas davam provas de coragem cívica, pois se não estavam sujeitos a qualquer penalidade legal, tinham de arrostar as represálias dos partidos locais - conservador e liberal - cujos chefes poderosos lutavam pela própria estabilidade ameaçada. É assim admirável que conseguissem ainda tantas adesões e seguidores imediatos, pois outros clubes brotaram quase ao mesmo tempo: em

Vitória, Vila de Itapemirim, Itabapoana, Alegre, Calçado, Rio Pardo, Muqui, Anchieta, Alfredo Chaves, Castelo, Santa Isabel, São Mateus - e de todos consta o registro dos diretórios e associados e de sua atuação no campo político agitado da época.

No interior novos jornais aparecem com o objetivo primordial de propagar os ideais republicanos e nos jornais já existentes era esse o assunto de maior importância. No momento temos à vista o fac simile da primeira página do periódico "A Tribuna", órgão republicano publicado na cidade de Anchieta pelo Dr. José Horácio Costa figura da maior projeção nos meios jurídicos e políticos e para quem a oposição foi sempre a arena predileta. Por ocasião da propaganda republicana percorreu toda a província, fazendo conferências, organizando clubes, animando comícios. Em Cachoeiro do Itapemirim, "O Cachoeirano" foi outro órgão da propaganda republicana no Espírito Santo.

Nem todos estes propagandistas estariam claramente convictos das vantagens que poderia trazer o novo regime mas a disposição de se atirarem de corpo e alma na campanha para ele pessoalmente perigosa e de resultados imprevisíveis, o propósito de lutarem pela mudança da situação, demonstram desassombros de atitude e entusiasmos reformadores. Vários deles, ocupantes de cargo público, exoneraram-se antecipadamente.

Foram lutadores cuja hombridade serve de modelo para as gerações seguintes - modelos especialmente para os que se movem pela esfera política por onde se pavoneiam e sobem tantos aproveitadores.

Na comemoração deste Quinze de Novembro, alinhavamos esta ligeira palestra com o fito de chamar atenção para prosseguir no desenvolvimento do capítulo histórico da propaganda republicana no Espírito Santo, cujos personagens são exemplos de integridade de denodo combativo. Os universitários de história, política e sociologia empregarão bem o tempo investigando fatos e episódios desse período, rastreando arquivos e coleções particulares além dos trabalhos mais acessíveis já publicados

Entre estes últimos apontamos os seguintes (sendo os dois primeiros publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, número 12, de novembro de 1939):

Mário Freire, **A República no Espírito Santo**

Amâncio Pereira, **A propaganda republicana**

Amâncio Pereira, **Homens e Coisas Espírito-Santenses**
(Vitória, 1914)

Affonso Cláudio, **História da Propaganda Republicana no Espírito Santo** (livro ainda inédito e cuja publicação deve ser pleiteada)

Alvimar Silva, **Vitória no Período do Brasil-Império (1949)**

Judith Freitas de Almeida Mello, **Affonso Cláudio** ensaio biográfico
(Ed. Pongetti, Rio, 1959)

José Teixeira de Oliveira, **História do Estado do Espírito Santo**
(Rio, 1951)

Luiz Serafim Derenzi, **Biografia de uma Ilha** (Ed. Pongetti, Rio 1965)

Maria Stella de Novaes, **A Escravidão e a Abolição no Espírito Santo** (Vitória 1963)

Oliveira Lima, **O Império Brasileiro** (Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo 1927)

Também nos arquivos das Prefeituras Municipais, uma busca paciente poderá ser compensada com o achado de alguns subsídios para esse tema, até que seja possível integrá-lo com a devida amplitude na história da civilização do Espírito Santo.



Muitas alegorias da época mostram a República triunfante. Nesta da Revista Ilustrada o Ministro Ouro Preto, ajoelhado sobre sua pasta, entrega-lhe a coroa imperial, símbolo do poder.

ENSAIOS SOBRE A REPÚBLICA

J.P. AMORIM*

1) O PRIMEIRO CONGRESSO REPUBLICANO DO ESPÍRITO SANTO

Temos escrito de maneira breve sobre a propaganda republicana no Espírito Santo.

Fundado a 23 de maio de 1887, por dezessete cidadãos, o Clube de Cachoeiro no ano seguinte, já contava com trinta e sete sócios.

A 10 de junho de 1888 tiveram início as conferências republicanas, tendo o Dr. Antônio Gomes Aguirre falado sobre "A Sucessão Monárquica".

Seguiram-se o farmacêutico Bernardo Horta de Araujo a 29 de junho sobre "Os Partidos Políticos do Brasil, Eugênio Brandão do Vale a 22 de julho sobre "sistemas de Governos", Diogo Pires de Amorim a 26 de agosto sobre "O Interesse da Lavoura", João Loiola e Silva a 15 de setembro sobre "Oportunidade da Republica" o Dr. Antônio Aguirre a 21 de outubro, encerrando o temário, falou "Como Devemos Proceder".

Ainda em 1888, o Clube mandou imprimir e distribuir gratuitamente com os seus associados o livro "A República Federal", da autoria do Assis Brasil considerado um tremendo libelo contra as instituições do Império.

Com referência ao primeiro Congresso Republicano Provincial (de que demos ligeira notícia através de CORREIO DO SUL, de 12/9/53), recentemente consultamos a coleção do "Cachoeirano" dos anos de 1887 a 1890 e verificamos que o mesmo realizou-se em Cachoeiro a 16 de setembro de 1888, com a presença dos cidadãos:

* Joaquim Pires de Amorim, fiscal fazendário aposentado, Administrador e Jornalista, membro da antiga Associação Espírito-Santense de Imprensa.

Dr. Afonso Cláudio e João Loiola (representando o Clube de Vitória), Eugenio Brandão e Diogo Amorim (rep. o Clube de S.P. Itabapoana), Dr. Aguirre e B. Horta (rep. o Clube de Cachoeiro), Antônio Batista Sobrinho e Henrique Vanderlei (rep. o Clube de Conceição de Muqui), Dr. James Olivier e Joaquim V. Mota (rep. o Clube de Alegre, Tristão Ramos do Prado e Jenuino Ramos (Rep. o Clube Rio Pardo), Aureliano Procópio Medina e Pedro Antônio Charpinel (rep. o Clube de São José de Calçado), Pedro Vieira da Cunha e Pedro Augusto Charpinel (rep. o Clube de Castelo).

Também estiveram presentes: Mateus Vieira Machado, Joaquim Aires, Antônio Toscano, Long Batista Pereira, Dr. Joaquim Pires de Amorim, Rafael di Martino, Febrônio Teixeira Brabo, Bós Andréa, Afonso de Carvalho, Manoel Francisco Moreira e Fernando Moraes.

Para presidir os trabalhos foram eleitos: Dr. Afonso Cláudio (presidente), Bernardo Horta (1º secretário) e Pedro Antônio Charpinel (2º secretário). Pelo presidente da mesa foi lido o manifesto do Congresso, sendo unanimemente aprovado.

Franqueada a palavra aos presentes, falou o Sr. Pedro Vieira da Cunha propondo a criação da Comissão Permanente de Partido, sendo essa proposição aceita com uma emenda de Dr. James Olivier.

A Comissão, tendo como base o regime federativo, se entenderá com todas as organizações republicanas em convenção política.

Logo a seguir procedeu-se a eleição para membros da aludida Comissão, sendo eleitos: Dr. Afonso Cláudio, Dr. Antônio Aguirre, Bernardo Horta, Diogo Amorim e Pedro Vieira da Cunha. Para representar o Espírito Santo no Congresso Republicano Federal marcado para 9 de outubro de 1888, no Rio de Janeiro foram escolhidos: Dr. Afonso Cláudio, Eugênio Brandão, João Loiola, Bernardo Horta e Pedro Fernandes Medina.

Para suplentes recaiu a escolha em: Dr. Eduardo Carvalho, Dr. Raimundo Sá, Henrique Deslandes, Aleixo Americano e Aristides Passos Costa.

Como Candidato oficial do Partido, pelo 2º Distrito para deputado geral, nas eleições de 31/08/1889, foi indicado Bernardo Horta.

Por fim usou da palavra o Dr. Afonso Cláudio, encerrando os trabalhos e agradecendo a todos pela presença e ordem observada durante o conclave.

À noite na residência do Sr. Henrique Vanderley, o Clube ofereceu um banquete aos delegados do Congresso. No verso do convite lia-se: "Banquete político oferecido pelo Clube de Cachoeiro aos delegados do Congresso Provincial - 16 de setembro de 1888". (Noticiário completo no CACHOEIRANO de 23/9/88.

Durante o ágape, que terminou às 23 horas e trinta minutos houve vários discursos.

2) DEPUTADOS FEDERAIS PELO ESPÍRITO SANTO DURANTE A REPÚBLICA VELHA

No regime monárquico o Espírito Santo contava com dois representantes na Câmara dos Deputados e um no Senado.

Instituído por força da revolução de 15 de novembro de 1889 o atual sistema político reuniu-se a 15 de setembro de 1890 no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Constituinte da República, sendo eleitos senadores pelo nosso Estado os cidadãos: Major Domingos Vicente, Dr. José Cesário e Dr. Gil Goulart. Para deputados foram eleitos: Capitão Antônio Borges de Ataíde Junior e Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire.

Promulgada a 24 de fevereiro de 1891, a Constituição Federal foi fixada em três senadores para cada Estado e também três para o Distrito Federal, ficando o número de representantes à Câmara dos Deputados, proporcionais ao número de habitantes de cada Estado. Nas 13 legislaturas da primeira República o Espírito Santo, cuja bancada era de 4 deputados, teve como seus legisladores:

De 1891 a 1893

Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, capitão Antônio Borges de Ataíde Junior, Dr. José Horácio Costa e Dr. Manoel Leite de Novaes Melo

De 1894 a 1896

Capitão Ataíde Júnior, Dr. Horácio Costa, Dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto e Cleto Nunes Pereira.

De 1897 a 1899

Dr. Galdino Loreto, Dr. José Gomes Pinheiro Júnior, Dr. Torquato da Rosa Moreira e Dr. Jerônimo de Souza Monteiro.

De 1900 a 1902

Dr. Torquato Moreira, Dr. Pinheiro Júnior, Dr. José Marcelino Pessoa de Vasconcelos e Dr. José Francisco Monjardim.

De 1903 a 1905

Dr. Torquato Moreira, Dr. José Monjardim, Bernardo Horta de Araujo e Dr. José Moreira Gomes.

De 1906 a 1908

Dr. Torquato Moreira, Dr. José Monjardim, Bernardo Horta e Dr. Graciano dos Santos Neves.

De 1909 a 1911

Dr. Torquato Moreira, Bernardo Horta, Barão de Monjardim e Dr. Paulo Júlio de Melo.

De 1912 a 1914

Dr. Torquato Moreira, Dr. Paulo Melo, Dr. Júlio Pereira Leite e coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique.

De 1915 a 1917

Dr. Torquato Moreira, Dr. Paulo Melo, Dr. Jerônimo Monteiro e Dr. Dioclécio Barbosa Pereira Borges.

De 1918 a 1920

Dr. Manoel Silvino Monjardim, Dr. Ubaldino Ramalheira Maia, Dr. Heitor de Souza e Dr. Antônio Gomes Aguirre.

De 1921 a 1923

Dr. Manoel Monjardim, Dr. Heitor de Souza, Dr. Pinheiro Júnior e Dr. Geraldo Viana.

De 1924 a 1926

Dr. Heitor de Souza, Dr. Pinheiro Júnior, Dr. Geraldo Viana e Dr. Abner Mourão.

De 1927 a 1929

Dr. Pinheiro Júnior, Dr. Geraldo Viana, Dr. Abner Mourão e Dr. José Joaquim Bernardes Sobrinho

Nas eleições realizadas em todo o Brasil a 1º de março de 1930, conhecidas como eleições gerais, a chapa governista saiu como sempre, vitoriosa, nascendo daí o tradicional descontentamento, culminando com a revolução de 03 de outubro do mesmo ano, que triunfou 21 dias depois.

Foram extintas todas as Casas legislativas, deposto o Presidente da República e os presidentes de Estado (hoje governadores).

O deputado Torquato Moreira, médico natural do Estado da Bahia, foi nosso representante 21 anos consecutivos e dos 7 pleitos a que concorreu, com exceção dos de 1906 e de 1909, em que figurou na chapa oficial, os demais conquistou pelo partido oposicionista.

Em princípios de 1926, ocorrendo a renúncia do deputado Heitor de Souza, nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi eleito para sua vaga o Dr. Henrique Augusto Vanderley.

O Dr. Pinheiro Júnior, político impoluto e árdego democrata, nosso brilhante representante em cinco legislaturas, achava-se em situação invejável em 1929, líder da bancada capixaba e o parlamentar de maior confiança do Governo Federal. Vitória a revolução, não conseguiu o seu grande sonho, talvez o mais importante de sua longa vida pública, ser presidente do Estado. Teve porém uma compensação, os antigos companheiros de peijas partidárias nunca o abandonaram.

3) A TRAJETÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS CAPIXABAS ATÉ 1930

Devido à independência do Brasil, em 1822, e uma vez instituído o regime monárquico em nosso País, as capitanias receberam a denominação de províncias, sendo, então, criados, na capital do Império, os partidos políticos: Liberal e Conservador.

No Espírito Santo, pouco antes de 1830, o Padre Inácio Bermudes, orador de grandes recursos, parlamentar e profundo advogado, organizou a seção do Partido Liberal, foi nosso representante na Câmara dos Deputados e chefiou os liberais até 1847, quando passou a direção ao coronel José Francisco de Andrade Monjardim que, em 1866, fez a reestruturação geral da referida agremiação. Na década de 1880, o Partido Liberal teve como seu terceiro dirigente o capitão Alfeu Adolfo Monjardim (mais tarde barão), que permaneceu no posto de comando até 15 de novembro de 1889.

O Partido Conservador surgiu em 1830, por iniciativa do coronel Dionísio Alvaro Resende, que o chefiou até 1868 quando, em consequência de uma cisão, foi sua chefatura confiada ao coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, falecido em 1889, ano em que foram dissolvidos todos os partidos, devido à revolução de 15 de novembro.

A 23 de maio de 1887, Bernardo Horta de Araújo, o coronel Eugênio Aurélio Brandão do Valle, Antônio Aguirre, Joaquim Pires de Amorim e outros, fundaram o Clube republicano de Cachoeiro, o primeiro do Espírito Santo. Surgiram outros núcleos nos anos seguintes: o de Vitória, por inspiração de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Wlademiro da Silveira João José Domingos Ramos, Henrique da Silva Coutinho, Antônio Francisco de Ataíde, Alvaro Coutinho e José Cândido de Vasconcelos; o Clube de Anchieta, por Antero Pinto de Almeida, José Horácio Costa, Antônio Rodrigues de Miranda e Horácio Gomes; o Clube de Alegre, por Manoel Joaquim Fernandes de Azevedo, Francisco de Sales Amorim e Hermogêneo Toledo; o Clube de Guarapari, por Sezenando Matos Bourguignon e coronel Alexandrino Santos Pereira; o Clube de São José do Calçado, por Germano Chaves Tiradentes e Aureliano Procópio Medina; e o Clube de Santa Isabel, por Guilherme Schwartz.

As conferências públicas foram iniciadas em Cachoeiro, a 10 de junho de 1888, por Antônio Aguirre e, em Anchieta, a 15 de agosto do mesmo ano, por Antero de Almeida. O primeiro Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo realizou, em Cachoeiro, a 16 de setembro de 1888, presidido por Afonso Cláudio. Foram, nessa data, eleitos membros da Comissão permanente: Bernardo Horta, Diogo Pires do Amorim, Afonso Cláudio, Antônio Aguirre e Pedro Vieira da Cunha. Enquanto no norte da Província a campanha era feita por Constante Gomes Sodré e Ramiro de Barros, no sul, era conduzida por João Coelho Lisboa, tenente Antônio Borges, João Emílio Baiense, Henrique Deslandes, João Loiola, Henrique Wanderley, Pedro Fernandes Medina, Joaquim Pinheiro da Silva, Rafael di Martinho, José Moreira Gomes, Leopoldo Rocha e João Chaves Ribeiro.

Nas eleições ocorridas a 31 de agosto de 1889, para a Câmara dos Deputados, Bernardo Horta, candidato pelo segundo Distrito, obteve enorme votação, o que levou o candidato do Partido Conservador a segundo escrutínio, não logrando Horta, o diploma, devido à pressão exercida pelos liberais, então no poder. A 15 de novembro de 1889 era proclamada, no Rio de Janeiro, a República Brasileira, e extinta a única monarquia americana. Presidia o Espírito Santo, José Caetano Rodrigues Horta; o conselheiro Cristiano Otoni era o senador, o engenheiro Leopoldo Melo da Cunha e o Bacharel Muniz Freire eram deputados gerais.

Por decreto de 16 de novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, expediu a nomeação de Afonso Cláudio para governador do Espírito Santo (as províncias receberam o nome de estado), sendo empossado, a 20 do mesmo mês, perante a Câmara Municipal de Vitória, recebendo adesões de todos os municípios do Estado.

O novo administrador capixaba, com apenas 29 anos de idade, escolheu para seus auxiliares antigos companheiros de campanha Bernardo Horta e Antônio Aguirre (vice governadores), José Cândido (secretário de Governo), Antero de Almeida (secretário de Instrução), José Horácio (chefe de Polícia), Joaquim Amorim (retornou à magistratura sendo o inaugurador da seção da Justiça Federal neste Estado), João José Domingos Ramos e Wlademiro da Silveira (independentes da capital do Estado). A 23 de maio de 1890, realizou-se, em Vitória um congresso, presidido por Toquarto da Rosa Moreira, estando presentes antigos propagandistas e muitos representantes municipalistas. Imperava a harmonia em todo o Espírito Santo, sendo aprovados os atos do Governador. E, em seguida, foi eleita a comissão para dirigir o Partido Republicano, recaindo a escolha nos cidadãos: Domingos Vicente, Augusto Calmon, Constante Sodré, Henrique Coutinho e Joaquim Pinheiro. Partiu dessa escolha a dissidência retirando-se da antiga Comissão Permanente (criada a 16/09/1888), os republicanos Bernardo Horta, Antônio Aguirre, Diogo Amorim e Pedro Vieira que, alegando traição aos antigos propagandistas, fundaram dias depois, aliados ao Barão de Monjardim, Aristides Freire, Moreira Gomes, coronel Joaquim Correia Lirio, Joaquim de Andrade e Silva, José Camilo Rebelo, Florêncio Gonçalves e Raulino de Oliveira, o Partido União Republicana Espírito Santense. Estava, assim, selada a aliança de republicanos com velhos monarquistas.

Para dar apoio ao governo do Estado foi fundado por Joaquim Pinheiro, Constante Sodré, Torquato Moreira, Henrique Coutinho, Augusto Calmon, Muniz Freire, José Horácio, Manoel Leite de Novaes Melo, Henrique Cerqueira Lima, Domingos Vicente, Eugênio Pires de Amorim, Cleto Nunes, Ramiro de Barros, Wlademiro Silveira, Germano Tiradentes e José Gonçalves Ferreira, o Partido Republicano Construtor, em setembro de 1890, Afonso Cláudio, acometido de séria moléstia, agravada por desgostos políticos, renunciou ao cargo, passando o governo a Constante Sodré.

Em consequência da agitação política, surgiram novos partidos. Deposto da presidência do estado em 1891, o Barão de Monjardim, aliado aos coroneis, Antônio Borges e Joaquim Lirio, fundaram o Partido Autonomista. Esse partido fez, no ano seguinte, fusão com o Construtor. Dissolvida a "União Republicana", em 1895, muitos de seus integrantes aderiram ao Partido Republicano Federal, fundado em 1896, por Torquato Moreira, Domingos Vicente, Horácio Costa, coroneis Joaquim Novaes Campos e Henrique Laranja.

Candidatando-se ao governo do Estado em 1900, o coronel Ramiro de Barros Conceição fundou, com Jerônimo Monteiro, o Partido da Lavoura. Em janeiro de 1905, ocorrendo sérias divergências entre o presidente Coutinho e o senador Muniz Freire, abandonaram

as fileiras do Partido Construtor os prestigiosos chefes: Cleto Nunes, Bernardo Horta, Graciano Neves, Siqueira Lima, Barão de Monjardim, Domingos Vicente, José Horácio Costa, José e Argeu Monjardim, Henrique Cerqueira Lima, Constante Sodré, alguns presidentes de Câmara e doze deputados estaduais.

O presidente Coutinho, foi prestigiado pela maioria do Congresso Estadual, das Câmaras Municipais e de apenas um representante federal, o deputado Torquato Moreira. Estreiam, nessa época, no Legislativo do Estado, quatro jovens e talentosos advogados: Luiz Adolfo Thiers Veloso, Narciso, Araujo, José Belo de Amorim e Joaquim Guimarães, sustentáculos da administração Coutinho, assim julgados pela imprensa situacionista.

A 16 de outubro de 1907, o Partido Construtor, em convenção, indicou Jerônimo de Souza Monteiro como candidato único ao governo do Estado, para o quadriênio de 1908 a 1912. Divergiram dessa indicação os deputados monsenhor Eurípedes Pedrinha, José Gomes Pinheiro Júnior e José Belo de Amorim. O monsenhor Pedrinha alegou discordar por ser Jerônimo Monteiro inelegível, em face da Constituição, por estar ausente do Estado há mais de 5 anos. Ponderou o coronel Coutinho, justificando a legalidade da candidatura dizendo que Jerônimo Monteiro, embora residindo fora do Espírito Santo, havia desempenhado importantes missões a favor de nosso Estado. Os deputados monsenhor Pedrinha e Pinheiro Júnior mantiveram suas opiniões e desligaram-se do Partido.

O deputado Belo de Amorim resolveu dar seu apoio ao candidato. Na representação federal, Jerônimo Monteiro recebeu a adesão de Torquato Moreira e repulsa de Graciano Neves. Os outros congressistas permaneceram neutros. Assumindo o governo a 23 de maio de 1908, Jerônimo começou a pacificar a política capixaba. reunidas a 4 de abril de 1908, todas as facções oposicionistas e governistas, sob a presidência do deputado Paulo Júnior de Melo, chefe do Legislativo Estadual, foi fundado o Partido Republicano Espírito-santense, havendo a fusão geral das agremiações. A paz chegava à terra capixaba, a imprensa aplaudia essa segunda vitória do presidente Jerônimo Monteiro, a quem coube a direção do novo e único partido do Espírito Santo.

Infelizmente durou pouco tempo a harmonia, no seio da política espírito-santense. Por ocasião da sucessão presidencial, em fins de 1911, devido à escolha do coronel Marcondes Alves de Souza, para o período de 1912 a 1916, houve grande cisão. Aliaram-se à oposição os deputados Torquato Moreira, Barão de Monjardim e Thiers Veloso, apresentaram Getúlio Santos como candidato ao governo do Estado. O coronel Marcondes foi eleito e assumiu o posto

a 23 de maio de 1912, fundando, no ano seguinte, com Júlio Leite, Domingos Vicente, Nestor Gomes, Francisco Etienne Dessaune e Manoel Silvino Monjardim, o Partido Republicano Conservador Espírito-santense, chefiado pelo general José Gomes Pinheiro Machado, então vice-presidente do Senado.

Esse partido defendia os atos praticado pela administração Marcondes para a recuperação financeira do Espírito Santo e dava apoio à candidatura Wenceslau Braz. Em janeiro de 1914, o presidente Marcondes seguiu para Campos/RJ, a fim de visitar Pinheiro Machado, que repousava em sua fazenda, denominada Boa Vista. Ocorrendo, no ano seguinte, o lamentável assassinato do referido senador Pinheiro, os integrantes do Partido Conservador ingressaram no Partido Republicano Espírito-Santense, que sobreviveu até a revolução de 3 de outubro de 1930.

Devido à paixão política sempre reinante em nosso Estado foi fundado, em outubro de 1913, o Partido Republicano Liberal, de feição oposicionista, sendo comissionados, para a elaboração dos seus estatutos, João Aprígio Aguirre, José Horácio Costa, Eugênio Pinto Neto e Antônio Aleixo. Em 1916, o Partido Republicano Espírito-Santense apresentou o senador Bernardino de Souza Monteiro para a presidência do Estado. As oposições indicaram o médico José Gomes Pinheiro Júnior, ex-deputado federal. Houve dualidade nascendo daí uma revolução. Bernardino Monteiro, instalou o seu governo em Vitória e Pinheiro Júnior em Colatina. Meses depois o Congresso Nacional reconheceu Bernardino, concedendo, contudo, anistia aos revoltosos (Veja-se o ensaio seguinte)

Para o quadriênio de 1920 a 1924, foi eleito o coronel Nestor Gomes. A sua posse foi embaraçada por motivos de divergência no Legislativo Estadual, agravada pela revolta da Força Policial, provocando a intervenção federal, para só, então Nestor Gomes ser reconhecido pelo Congresso Nacional. Dos entendimentos havido entre o presidente Nestor Gomes, o senador Bernardino Monteiro e o deputado Pinheiro Júnior, para a pacificação da política espirito-santense, observamos que o quadriênio de 1920 a 1924, iniciado com armas, terminou em flores.

Consolidada a paz política em nosso Estado, Aristeu Borges de Aguiar elegeu-se pacificamente presidente. Seu governo, iniciado em junho de 1928, sofreu as consequências da agitada política federal, culminando com sua deposição, devido à revolução de 3 de outubro de 1930. Nos 67 anos do regime monárquico, tivemos apenas três agremiações partidárias, contra nove da República Velha, somando 12 partidos, nesses 108 anos, aqui enfocados. A história deduz que, no período da primeira república, bem mais curto do que o do Império, as lutas políticas foram maiores.

Vencidos que fomos, mantivemos nosso ideal, que mais tarde foi esposado por outros brasileiros, portadores de mais brasilidade”.

Houve ainda escaramuças na capital do Estado e nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Afonso Cláudio, nascendo daí uma revolução chefiada pelo senador João Luiz Alves, conhecida como “Revolta de Xandoca”, por ter tomado parte nela o Cel. Alexandre Calmon, candidato a vice-presidência na chapa do Dr. Pinheiro Júnior.

Surgiu a dualidade de governo com a posse a 23 de maio de Bernardino Monteiro em Vitória e a de Pinheiro Júnior em Colatina.

Embora Wenceslau Braz impoluto e probo estadista, declarasse ao senador mineiro Francisco Sales, repudiar a candidatura Monteiro, tão defendida por Sales, acatou as decisões do Congresso Nacional, não fazendo a intervenção no Espírito Santo e como verdadeiro democrata concedeu anistia aos que combateram uma oligarquia usurpadora da autonomia do nosso Estado.

Somente dezesseis anos depois, o Espírito Santo, como todo o Brasil em 1933, pôde ver em prática o ideal do senador José de Melo Carvalho Muniz Freire - O VOTO SECRETO, terminando ou diminuindo as lutas violentas e o domínio de pequenos grupos.



Deodoro da Fonseca foi escolhido chefe do Governo Provisório e, depois, eleito presidente da República. "Deodoro". Decio Vilares — Museu da República, GB.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM E A REPÚBLICA

J. Xavier do Valle

O povo cachoeirense sempre se orgulha com o seu Município, seu passado e seu progresso. Reais motivos existem para esse entusiasmo, para esse orgulho cívico nobilíssimo e louvável, apanágio de todo bom cachoeirense, motivos justos e dignos de aplausos, que se conhece e admira, quando se ouvem as interessantes narrativas da gente antiga deste rincão, ou quando se lê aquilo que os pesquisadores e amigos da História como Antônio Marins, Levy Rocha, Newton Braga e Joaquim Amorim e outros têm publicado em livros ou pelas colunas dos jornais.

O amor à terra, como o indestrutível apego a suas tradições, é característico do cachoeirense. Não se trata do barrismo estreito e fôfo, apenas egoísmo, despresível emulação oriunda de mesquinhos imediatismos. O cachoeirense ama e serve realmente sua terra, tanto pelas riquezas e belezas naturais que ela ostenta, quando por seus antepassados ilustres, cujas virtudes exemplares e cujas preclaras realizações constituem monumental padrão de benemerência a ser venerado e seguido pelas novas gerações, tesouro de glória que é, para um povo de coração aberto e consciência ativa como o nosso.

O que o cachoeirense tem e ostenta é fruto de sua iniciativa, de seu labor perseverante, de seu espírito empreendedor, de sua feição independente, de sua coragem para agir e progredir!

A golpes de tenacidade e em surtos de trabalho inteligente e esforçado, o cachoeirense, em pouco mais de um século, construiu um município rico e uma cidade florescente, onde a ação decidida, o elevado civismo, a hospitalidade generosa e, também, o saber sentir e querer conquistaram-lhe o título de princesa, o qual, de muito deveria ter sido substituído pelo maior e mais justo, de rainha: Rainha do sul, ativa e esplendorosa!

O sentimento de patriotismo e a consequente dedicação aos problemas locais e de âmbito nacional, sempre trouxeram os cachoeirenses alertados para as grandes conquistas da Pátria Brasileira. Assim é que, no século passado, as idéias republicanas inspira-

ram e inflamaram a pequena Vila de Cachoeiro de Itapemirim, fazendo-a virar ao influxo de cidadãos esclarecidos e intrépidos, cuja vanguarda era integrada pelo doutor Joaquim Pires de Amorim e os jornalistas João Loiola, Bernardo Horta e Dr. Antônio Aguirre, de "O Cachoeirano". O esforço daqueles pioneiros das idéias republicanas foi destemido e sem limites; e de tal modo operoso que, em 23 de maio de 1887 era formado o primeiro Clube Republicano, na então Província do Espírito Santo.

Segundo o cachoeirense primocentão, nosso inteligente amigo Joaquim Amorim, o auspicioso acontecimento verificou-se na residência do Dr. Joaquim Pires de Amorim, no local em que, presentemente, se ergue o majestoso prédio de nossa Faculdade de Filosofia.

"O Cachoeirano", em sua edição de 29 de maio de 1887, ao noticiar o acontecimento relacionou os fundadores do Clube, que foram: Farmaceutico Bernardo Horta de Araujo, Dr. Antônio Gomes Aguirre, Leopoldo Rocha, João Loiola, Joaquim Alves, Henrique Wanderley, Joaquim Matos, Eugênio Brandão do Vale, Diogo Amorim, Longo Batista Pereira, Julião de Oliveira, Rafael di Martino, Francisco Henrique dos Santos, João Bicalho, José Manoel Rodrigues, Antônio Ursino Toscano e Joaquim Pires de Amorim cuja atuação na campanha republicano atesta o valor da gente daquela época.

Aquela primeira vitória do ideal republicano teve grande repercussão pela Província. A propaganda republicana tomou forte incremento, encorajando os tibios e exaltando os paladinos. A primeira diretoria do prestimoso Clube, cuja importância histórica é indiscutível reuniu os nomes do Dr. Joaquim Pires de Amorim (presidente), Dr. Antônio Aguirre (secretário), João Loiola(sub-secretário) e Henrique Wanderley (tesoureiro).

A propaganda republicana tornou-se mais forte e desassombrada em toda a Província, graças ao estimulante exemplo de Cachoeiro de Itapemirim. Outros Clubes republicanos foram instalados, aderindo o espírito popular ao grande movimento pró-república.

No ano seguinte (1888), no dia 16 de setembro, realizou-se em Cachoeiro, e com justiça, o primeiro Congresso Republicano Provincial, presidido pelo Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, a que compareceram os representantes dos clubes republicanos de outros municípios. aquele conclave foi a afirmação positiva de que estava plenamente vitoriosa a luta pela República. Quando de sua realização, foram eleitos membros da Comissão Permanente do Partido, os cidadãos:

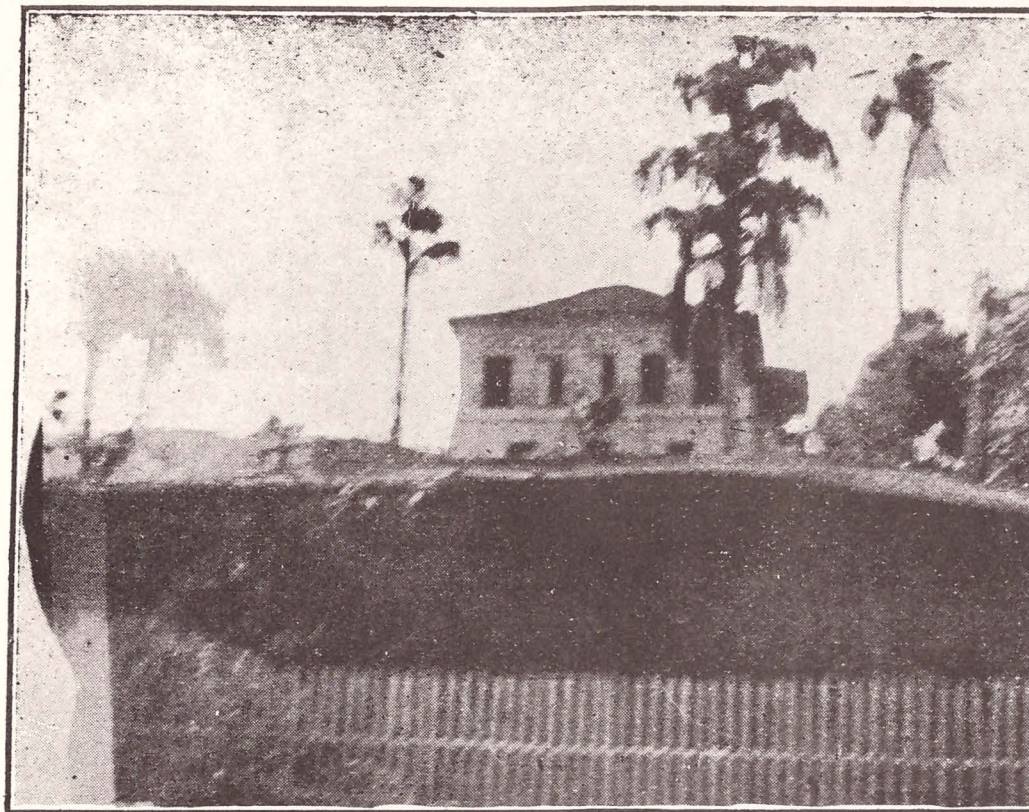
Dr. Afonso Cláudio, Bernardo Horta, Pedro Vieira da Cunha, Dr. Antônio Aguirre e Diogo Amorim, este último, Diogo Amorim com

o Barão de Monjardim, Antônio Aguirre e Aristides Freire, viriam a fundar o Partido União Republicana, em 1890.

Observa-se, compulsando o cuidadoso trabalho dos estudiosos da história republicana em nosso Estado, o papel relevante que os cachoeirenses desempenharam no movimento republicano, exercendo evidente liderança. E não seria exagerado dizer-se, sem receio de erro ou injustiça, haver sido Cachoeiro de Itapemirim a capital republicana da então Província, foco irradiador das idéias novas que prepararam o povo Espiritosantense para o glorioso evento de 15 de novembro de 1889.

O povo cachoeirense jamais se afastou dos verdadeiros princípios republicanos, que abraçara por vocação, na época da luta mais acesa em prol do novo regime.

Uma e sempre a mesma tem sido sua marcha pela senda luminosa da Democracia jornada ascencional, em que se tem continuamente engrandecido e glorificado.



*SOLAR "GIL GOULART", de propriedade do Dr. Gil Diniz Goulart. Em 1887, nele residia o a
que presidiu nesse local a reunião dos republicanos cachoeirenses, culminando com a fundação do nosso
Santo. Demolido o solar, surgiu o Edifício da Faculdade de Filosofia.*

O semanário "O CACHOEIRANO", fundado a 7/1/1877 pelos irmãos Luiz e João Loiola e dirigido durante a propaganda republicana por Dr. Antônio Aguirre e farmaceutico Bernardo Horta, publicou nos dias 15, 22 e 29/5/1887, as seguintes notas:

"Escrevem-nos: Está definitivamente marcado o dia 23 do corrente para a reunião de todos os cidadãos de crenças republicanas, afim de fundarem o Club Republicano desta villa.

No próximo número será indicado o local da reunião.

Sendo do programma do partido, a grande naturalização e o suffragio universal, podem ser socios de clubs nacionaes e estrangeiros, eleitores ou não, desde que tenham atingido a idade de 21 annos.

Os correligionarios do interior, que não puderem comparecer, poderão enviar ao presidente da reunião as suas adhesões ao partido republicano, em carta fechada".

Na edição do dito periodico, de 22 do mesmo mês, vê-se est'outro: "Escrevem-nos: A reunião de todos, que tiveram idéas republicanas, realizar-se-á amanhã, ás 6 horas da tarde, em casa do prestimoso cidadão sr. dr. Joaquim Pires de Amorim; e, na de 29, vem descripto o resultado seguinte:

Realizou-se a reunião dos republicanos no dia 23 do corrente, conforme noticiaramos.

Presentes os srs. Dr. Joaquim Amorim, Leopoldo Rocha, dr. Antônio Aguirre, João Loyola, Joaquim Ayres, Raphael di Martino, Henrique Wanderley, Julião de Oliveira, Francisco H. dos Santos, Diogo Amorim, Antônio M. Ursino Toscano, José Manoel Rodrigues, João Izidoro Bicalho, Joaquim V. de Mattos, Eugenio Amelio Brandão do Valle, Longo Baptista Pereira e Bernardo Horta, expôz o Dr. Joaquim Amorim o fim da reunião, declarando estar prompto a dar a palavra a qualquer cidadão, que sobre o assumpto da mesma quizesse falar.

Pediou então a palavra o cidadão Bernardo Horta e, obtendo-a, propôz que se aclamasse a mesa provisoria para regularidade dos trabalhos, o que cendo aceito, foram aclamados: Presidente,

O ESPIRITO SANTO e a República



BERNARDO HORTA
(1862-1913)



JOAQUIM P. AMORIM
(1838-1920)



ANTÔNIO AGUIRRE
(1859-1929)

S A L V E
23
MAIO
1 8 8 7



AFONSO CLÁUDIO
(1859-1934)

S A L V E
15
NOVEMBRO
1 8 8 9

Os propagandistas de 89

A primeira manifestação coletiva do republicanismo no Espírito Santo, teve lugar a 23/5/1887, em Cachoeiro de Itapemirim, sob o patrocínio dos Drs. Antônio Aguirre, Joaquim Amorim, farmacêutico Bernardo Horta e outros.

Adesão pessoal aos ideais republicanos, deu o Des. Afonso Cláudio, ainda quando estudante, publicando em 1883 a sua profissão de fé, a primeira que de pena Espírito-Santense, conheceu a nossa imprensa.

Esses cidadãos são "os gigantes do pensamento republicano no Espírito Santo", Assim julgados por Arquimino Matos. (História do Estado do Espírito Santo - 1951 - José Teixeira de Oliveira).

ESTUDOS E ENSAIOS

A CONSPIRAÇÃO DOS ALFAIATES

José Higino de Oliveira

**Por que o silêncio em torno desse episódio histórico?
As idéias revolucionárias na Bahia, no século XVIII
A primeira Revolução Social no Brasil e a primeira
Igreja Brasileira - Como se descobriu a Conspiração
e o seu triste fim.**

Nas histórias do Brasil que ocorrem impressas por aí afora, não se encontram referências à conspiração dos alfaiates, descoberta e esmagada na Bahia em 1798. Esse movimento, abortado no nascedouro, decerto importantíssimo para os estudiosos de nossos fenômenos sociológicos pelos quais revela quanto ao estado sentimental e emocional de nossas populações nas suas camadas tanto superiores como inferiores, bem assim a respeito do desenvolvimento das idéias políticas e sociais entre elas, não tem merecido de nossos historiadores em geral a atenção que devia merecer-lhes. O melhor estudo até hoje dessa revolução em projeto deve-se ao ilustre baiano Afonso Rui, com sua obra bem documentada "A primeira revolução social brasileira". Ele próprio assinala o silêncio a que nos referimos em torno desse curioso acontecimento e alinha aqueles poucos cultores da história nacional que dele trataram: Santos Vilhena, cuja obra só um século depois nos foi revelada, viveu na Bahia e descreveu a vida da Capitania até o ano de 1799. Foram os historiadores baianos que examinaram o movimento de 1798 social no panorama da colônia. Assim, Hadelman classifica de conspiração dos escravos rapidamente extinta, quando entre 49 presos havia apenas 9 escravos! J. Armitage registrara que a gente de cor da Bahia tramou uma revolta, mas foi descoberta, antes que se tivesse efetuado tentativa alguma, porque a recíproca comunicação das províncias não prestava à facilidade necessária para que se generalizasse e teria sido fatal à população livre. Sente-se a dúvida do valor do movimento baiano. Assim, Pedro Calmon assevera que nunca soube ao certo, na Bahia, se estivera ali ameaçada a integridade da colônia em 1798, ou se os alfaiates - herdeiros do povo inquieto de 1711 - não pretendiam simplesmente insurgir-se contra as desigualdades sociais, Gustavo Barroso reconheceu que na Revolução dos Alfaiates se revelam bem as tendências socialistas, não só pelos atos como palavras e nunca absorvidas pelos convencionais baianos, incapazes de compreender a palavra liberdade que, deslumbrando-lhes as mentes primárias, os pendurou

da força, triste juízo felizmente contraditado por Austrícliano de Carvalho, que contesta a boçalidade com que se procurou rebaixar os artífices baianos, traduzindo uma linguagem inculta as idéias que lhes peçaram a alma, inspirando pela nata da Capitania, que soube ocultar-se ou defender-se. A tese de Afonso Rui é a de que, na conspiração dos alfaiates, estamos em presença dum movimento nativista e libertário, nascido das desigualdades econômicas e sociais, visando, através da massa doutrinação, um socialismo esquerdista avançado, como abolição de castas e privilégios, restrições à propriedade, liberdade comercial, governo próprio e ao alcance de todos. Finalmente a criação duma Igreja Brasileira, intitulada Igreja Americana, desligada da Santa Fé, como Henriques Joaquim José de Santana, pelo granadeiro da 1ª Linha Joaquim José de Siqueira e pelo pardo, oficial de ferrador, Joaquim José da Veiga. É notável a coincidência dessa repartição dos nomes de Joaquim e José. Abriu-se o processo e realizaram-se as prisões em agosto de 1798 por ordem do governador D. Fernando José de Portugal, Marques de Aguiar. Segundo os denunciadores ouvidos, pretendiam os conspiradores, que se reuniam à noite em lugares ermos ou na casa dos principais, deflagrar um movimento armado, matando as autoridades e pessoas notáveis, soltando os presos, saqueando os conventos, libertando os escravos, a fim de terem todos abundância.

A essa conspiração desde logo se deu o nome de Inconfidência ou Conspiração dos Alfaiates, porque dos numerosos acusados colhidos nas malhas processuais 2 exerciam a profissão de alfaiate: João de Deus do Nascimento, pardo, fôrrô e cabo de milícia; Manuel Faustino dos Santos Lira, pardo e livre; Inácio da Silva Pimentel, pardo, livre e granadeiro de linha; Romão Pinheiro, também pardo e granadeiro; Luiz de França Pires, pardo e escravo; José do Sacramento Gonçalves de Oliveira, pardo e livre; João de Vasconcellos, branco e livre; Cosme Damião, pardo e escravo; Vicente Mina, preto e escravo. Além desses alfaiates havia diversos, sargentos, soldados, artesãos e escravos, quase todos homens de côr. Por trás deles, como insufladores que tudo negaram a pés juntos, o tenente da 1ª Linha Hermôgenes de Aguiar, o tenente da Artilharia José Gomes de Oliveira Borges, o professor Francisco Muniz Barreto de Aragão, o Bacharel cirurgião Cipriano e seu irmão José Raimundo Barata de Almeida. Além desses o mistério. . .

Eram, na maioria ou na quase totalidade, os conspiradores da Bahia, duma pobreza franciscana. Só tinham o dia e a noite. Sonhavam naturalmente com um Brasil melhor para eles e seus filhos. Do seu sonho de melhoria, dos seus anelos de patriotas ingênuos se aproveitava o revolucionarismo internacional da época para tirar as castanhas do fogo, sem queimar as próprias mãos. A atenção das autoridades fora despertada pelos panfletos de propaganda revo-

lucionária que apareceram pregados nas paredes da cidade cuja linguagem inédita assanhou os comentários da população. Foram atribuídos ao soldado Luis Gonzaga da Virgem, logo preso. Seu companheiro de trama, João de Deus do Nascimento, apavorado com essa prisão tentou precipitar o movimento projetando, a fim de libertá-lo e foi pior a emenda do que o soneto. Apesar de contemporizador e brando de natureza, o governador D. Fernando José de Portugal, que se não movera ao receber as primeiras denúncias, decidiu-se a atuar quando da Capital do Reino lhe vieram avisos do que se tratava. A 12 de agosto de 1798, os boletins e proclamações subversivos surgiram nos muros e esquinas. Preso seu autor, Luiz Gonzaga das Virgens, o alfaiate João de Deus do Nascimento começou a aliciar pessoas para o pronunciamento que o poria em liberdade. Os três Joaquim José a quem falou sobre isso o delataram, espionaram e entregaram à justiça. Então as prisões se seguiram até os primeiros dias de setembro, fazendo-se perseguições e buscas nas localidades próximas ou distantes, onde os indiciados tinham ligações ou para alguns haviam fugido. Madre de Deus, Cachoeira, Comissão, Rio das Contas.

As raízes eram mais vigorosas e profundas do que se pôde verificar nas dobras do processo. Parece que dela fazia parte gente de alta projeção: Silva Lisboa e padre Agostinho Gomes, Felisberto Caldeira, Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, Figueiredo e Melo, Siqueira Bulcão e Sargento - Moraes. Capitães e tenentes do Exército real. A propósito escreve o Sr. Afonso Rui: "Elementos prestigiosos na Capitania emprenhados na conjuntura, para a qual só um gastou 200 contos de réis. . . Tudo estava assentado para a vitória da revolução: a forma de governo, a organização social e a independência religiosa. Mas o homem põe e Deus dispõe. A precipitação de João de Deus do Nascimento forçou o governo a uma atitude energética. E em outubro de 1798 encerrava-se a devassa, arrolando 34 réus passíveis de punição, mas deixando inexplicavelmente em liberdade pessoas contra quem na mesma se tinham colhido provas cabais.

A 22 de dezembro, a coroa enviava ao governador da Bahia uma carta Régia determinando o julgamento sumário e o rigoroso castigo dos réus, que tiveram como advogado o bacharel José Barbosa de Oliveira, tio-avô de Rui Barbosa. Os presos se encontravam nas enxovias da casa da Câmara e foram julgados pelo Tribunal da Relação. Os processos se arrastaram durante o ano de 1799, terminando em novembro. Desprezados os encargos da defesa, vieram as sentenças: Luiz Gonzaga das Virgens, condenado à forca e, depois de morto, ter as mãos e a cabeça decepadas e expostas até serem consumidas pelo tempo; Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira deviam ser enforcados num patíbu-

lo mais alto do que o comum, sendo degolados e esquartejados com exposição, em postes, dessas partes de seu corpo, em diversos lugares; contra o réu Luiz Pires, que fugira, condenado à morte, se apelidavam às justiças para o prenderem e se declarava que qualquer um podia matar, onde o encontrasse; Romão Pinheiro seria enforcado e os filhos e netos notados de infâmia, se tal pena não fosse comutada em degredo. Inácio Pimentel, José do Sacramento, Luiz França Pires, José Felix da Costa, Manuel de Santana e José Sacoto eram banidos para lugares da África não sujeitos a Portugal e, se voltassem a esses, deveriam ser enforcados; Pedro Leão de Aguiar Pantoja, ausente, degredado em Benguela por dez anos; Cosme e Damião, também degredados em Angola por 5 anos, depois de passar pelas ruas braço e pregão; José Raimundo Barata, três anos de degredo em Fernando de Noronha; Inácio Pires e Manuel Vera Cruz, açoitados com 500 golpes no Pelourinho, sendo o primeiro perdoado; os tenentes Oliveira Borges e Aguilar Pantoja, e o soldado Caetano Velozo Barreto, um ano de prisão comutado em 6 meses; Antônio Simões, Cipriano Barata, Joaquim Antônio de Vasconcellos, Domingos Pedro Ribeiro, Gonçalo Gonçalves de Oliveira, Fortunato da Veiga São Paulo, Luis Leal, Filipe Neri, José Tobias, João Pires e Vicente Minas consideravam-se quites com a justiça pelo que já purgado no cárcere; Muniz Barreto teve um ano de prisão e privação da cadeia de professor; Domingos da Silva Lisboa pagaria somente as custas do processo; e o escravo Antônio José, que se matara na prisão com veneno, era declarado inocente.

Os condenados à morte foram transferidos das enxovias do Senado da Câmara para o aljuba que se tornara prisão civil depois da exclusão dos jesuitas. Luis Gonzaga das Virgens e João de Deus do Nascimento confessaram e comungaram, aceitando os consolos da religião. Lucas Dantas e Manuel Faustino recusaram-se. O mais velho tinha 36 anos, o mais moço 22, os outros dois 23 e 24, todos mestiços, pardos, como então se dizia. Tais idéias choveram de cima, foram inspiradas, segundo confessa o citado aos Austrícliano de Carvalho, pela nata da Capitania. A Inconfidência dos Alfaiates na Bahia, conforme atestam os documentos que sobre ela se conhecem nos arquivos da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro, foi precedida da fundação de sociedades secretas de caráter maçônico e dos passos de agentes internacionais das mesmas. Em 1759, sob o patrocínio do governo local que desempenhava o papel de inocente útil, como hoje se diz, fundava-se na então capital da colônia a Academia dos Renascidos, a qual, assegura textualmente o Sr. Afonso Rui, "podemos tomar como ponto de partida da arregimentação maçônica do Brasil". O mesmo autor admite o funcionamento ali de cédulas secretas visando à forma social. E acrescenta: "Felício dos Santos, com outros historiadores, afirma que Tiradentes iniciou o seu aposto-

lado após a viagem que fizera à Bahia, onde ficara senhor dos segredos desse trabalho". Sob pretexto de procurar o famoso explorador "La Pérouse", que se dirigia à Oceania, em 1792, surgia no porto de S. Salvador o navio francês "Le Diligent", armado à custa do "Cercle Social" de Paris, cujos fins secretos eram a dissiminação da propaganda maçônica e a introdução de agentes revolucionários nas possessões ultramarinas de Espanha e Portugal. Em 1797, outro navio francês, a fragata "La Preneuse", do comando de Larcher, estivera retida na Bahia, tendo seus oficiais a cidade por menagem. Nessa ocasião, teve o comandante da fragata grande convivência com alguns intelectuais da terra e com os militares que participaram da conspiração de Figueiredo e Melo, a sociedade secreta cavaleiros da luz, da qual participaram até frades e carmelitas, a qual propagava as obras de Voltaire, Rousseau, Volney e Boissy d'Anglars, preparando infiltrações na tropa e na gente de cor. Finalmente estivera em confabulações na Bahia. Hospedado em casa do sargento Joaquim Antônio da Silva, um oficial inglês, coxo, vindo do Rio de Janeiro, a respeito do qual, embora citado em depoimento do processo dos alfaiares, nada procurou averiguar, nem o nome sequer. Sobre o assunto pos-se uma pedra em cima, assim chegaram à Bahia, inúmeros papéis libertinos, que foram mal traduzidos, copiados e distribuídos, como os denominam os documentos jurídicos da época, de literatura rousseauiana, voltaireana e revolucionária, dizendo uns que todos, como os franceses, deviam viver em igualdade e abundância, que deviam ser iguais sem distinção de qualidade e que devia estabelecer um governo democrático; revelando outros as doutrinas socialistas do convencional Caio Graco Baboeuf. Em quase todos os papéis apreendidos, se repetia a divisa célebre da revolução francesa: Liberdade, igualdade e fraternidade. Referiam-se ainda a um próximo socorro estrangeiro. Não é possível atribuir esse fraseado, esse "slogan" vindo da França e essas idéias a simples artesãos, soldados, milicianos, escravos, gente humilde e ignorante. Tais libelos pressupunham, sem dúvida, mãos ocultas que se retiraram cautelosamente a preparar outros golpes, logo que a rede policial pescou os infelizes conjurados de baixa categoria. Como sempre, foram estes os que pagaram o pato.

Por isso, tiveram a honra de cabeça do movimento dos pobres soldados Luis Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, e o alfaiate e Cabo de Milícias João de Deus do Nascimento, espionados e denunciados pelo capitão do regimento de Henrique onde se erguia a força, para ali foram conduzidos de manhã com braço ao pescoço e pregão público, em lúgubre e terrível aparato. O povo comprimia-se pelas ruas, nas escadas, cheias de gente de prol, ostentavam-se colchas e tapizes, quando parava o ruído dos tambores, se ouvia o latim dos confessores da agonia, dois frades franciscanos, ou brado

do meirinho, montado em seu cavalo enxaiarelado de luto: - Justiça que a Rainha Nossa Senhora, manda fazer aos execráveis réus...

Os condenados subiram a escada da alta força com passo firme e morreram sem sinal de fraqueza. Depois, os corpos ainda quentes foram espotejados e pendurados onde mandava a cruel sentença. . . A 12, os degredados seguiram seu destino, sendo largados em terras holandesas, inglesas e dinamarquesas da África.

Assim, pagaram, com a vida o seu ideal esses brasileiros esquecidos de sua própria história, que, no entanto, não se cansa de glorificar os que em Minas dez anos antes, sonharam o mesmo sonho e sofreram as mesmas dores. Já é tempo de se fazer justiça aos alfaiates da Bahia.

Na falta da homenagem maior,

vai aqui a homenagem do

TANECO - O ALFAIATE QUE NÃO É BOM, MAS SERVE.

Hoje aposentado ainda faz seus alinhavos. . .

E nos diz:

Depois de vencer essas distâncias,
Não sinto minhas mãos calejadas:
Os pés, estes, sim, andaram tanto,
E, sangrando, pontilharam as estradas.

O tempo, este ferino e traiçoeiro,
Me alcançou no início da jornada.
Os dias passaram sorrateiramente,
E hoje, cansado quero andar: consigo
nada. . .

mas ainda: Pretende morrer com a agulha
na mão.

José Hygino de Oliveira
20/04/89

O CENTENÁRIO DE VICENTE CAETANO

Waldemar M. Andrade

Alguém teria que lembrar o 31 de março deste ano de 1989 porque há 100 anos, no município de S. José do Calçado, nascia VICENTE CAETANO, o mais velho dos sete filhos de Maria Antônia Amado Caetano e José Caetano, um jovem casal de imigrantes italianos da região de Nápolis, atraído como tantos outros quando o Império do Brasil previa a libertação dos escravos.

Limeira, Bom Jesus do Itabapoana e Muqui foram os lugares em que passou sua infância. E em Limeira teve Vicente como colega do curso primário Cristiano Fraga cujo pai fora extraordinário professor a quem sempre o aluno se referia com carinho.

Além de Campos onde completou os estudos do 1º grau, o jovem Vicente estudou no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, no Pedro II, do Rio, e no Instituto Maurell, permanecendo no Rio onde se bacharelou em Direito na Faculdade Livre do Rio de Janeiro, numa turma em que brilharam também Francisco Gonçalves, Godofredo Schneider, Virgílio de Mello Franco e Ribeiro da Costa.

Informes resumidos esses, colhidos nos registros oficiais do Tribunal de Justiça, bastam para mostrar não apenas os estudos bem feitos pelo jovem de humilde origem, mas formam o embasamento da extraordinária cultura humanística que foi uma das características do homem maduro.

De fato é preciso que se não esqueça a vida desse capixaba quase toda passada nos bastidores, porque tendo uma alma de poeta, sendo alegre sem estardalhaço, sabia omitir-se assessorando, redigindo ante-projetos de leis, ajudando governantes de vários estágios da vida política do Espírito Santo, por vezes projetando-se ele próprio na ribalta política e jurídica sem desprezar o jornalismo em que tanto se distinguiu.

E antes que, pela cirurgia a que se submeteu no laringe e que, embora não lhe roubando a verve e simpatia, lhe compelia ao uso do lapis e do caderninho para melhor se fazer entender, tive o privilégio de privar da intimidade dos seus bate-papos sempre

alegres e instrutivos. Até que a morte o levou, pôde Vicente Caetano ser e produzir muito.

Antes de 1930 já fôra duas vezes Prefeito do Alegre, e a Revolução de outubro encontrou-o em final do mandato eletivo estadual, Deputado que era à nossa Assembléia Legislativa.

Rumos variados mas sempre consistentes e reveladores da sua cultura geral e jurídica mostram o Vicente Caetano jornalista, Consultor Geral do Estado.

Revoltoso incontestado e chefe todo poderoso de Cachoeiro de Itapemirim, descobridor de valores novos em que não distinguia o companheiro de lutas e o adversário da véspera, Fernando de Abreu foi descobrir Vicente Caetano no Alegre, trazendo-o para Cachoeiro onde, além de professor do recém criado Liceu "Muniz Freire", lecionando francês, nomeou-o Procurador da Fazenda Municipal. Vicente ainda achou tempo para ensinar psicologia e sociologia educacional na Escola Normal Oficial, enquanto sua esposa, Mme. Marguerite Caetano, ocupar-se-ia do francês, sua língua natal.

Uma ligação meio tumultuosa marcou o casamento de Vicente e D^o Margarida, pois o grande amor que esta lhe dedicava não permitia que o marido, um jurista, poeta e humanista ao mesmo tempo, tivesse tempo disponível para uma conversa sempre suave e alegre com os novos amigos que fizera, intelectuais de província como ele, mas sem a profundidade de sua cultura.

Do consórcio houve o casal dois filhos: Sylvio e Sergio. O último faleceu ainda jovem, e Sylvio dera aos pais um neto a quem pôs o nome do irmão. Vicente e Marguerite acabaram por se desquitar.

A atividade de Vicente Caetano à frente da Procuradoria da Fazenda Municipal dera oportunidade a que o legislador que nele apontava produzisse o Código de Posturas de Cachoeiro de Itapemirim. Era uma obra notável para a época, e o Prefeito Fernando de Abreu a exibia com orgulho, pois condensava toda a legislação federal e estadual pertinente ao assunto, o que dava ao contribuinte saber o que devia, por que devia e como se defender se fôsse o caso. Mas o então Conselho Consultivo do Estado, (não havia, à época, o Poder legislativo) repeliu o trabalho justamente por conter matéria estranha à competência municipal, embora a idéia de Vicente Caetano se estribasse no princípio da facilidade ao contribuinte que, embora leigo, poderia se defender caso se julgasse lesado. Só muito mais tarde fui encontrar no Município de Guarapari trabalho semelhante, trazendo embutida, com as posturas municipais, a legislação

federal e estadual, o que permitia a qualquer interessado se inteirar de seus direitos e deveres, e pessoalmente produzir seu recurso administrativo.

Ligo aquele fato ao noso trabalho feito a quatro mãos: o ante-projeto da Constituição Estadual de 1947, lá na sua biblioteca e dormitório no último andar do Magestic, às vezes tendo nós a visita breve de Fernando de Abreu, municipalista impenitente, sempre preocupado em carrear recursos para as unidades menores da federação, esquecido da mentalidade unitária do sistema de administração do Brasil desde a colônia. O certo é que fizemos um projeto enxuto - apenas 79 artigos - que eu dividi em emendas e distribui pelos deputados meus colegas para as subscreverem.

Só ao final dos trabalhos, quando pude ditar meu parecer em 24 horas a D. Amália Cabral e D. Jurema Barroso, os oposicionistas (éramos 14 em 32 deputados) se deram conta, inclusive os jornais, de que as emendas vitoriosas formavam uma Constituição. João Mangabeira, o respeitado constitucionalista de então, mandou pelo Deputado Eurico Salles um recado confortante: "era a única Constituição constitucional que o País elabora". E foi.

Indago se os moços de hoje (dos 25 aos 50 anos) fazem uma idéia do que Vicente Caetano deu ao seu Estado.

Mais que de qualquer outro, no que tange à ordenação legislativa e jurídica, o Espírito Santo deve a Vicente Caetano: a Criação do Serviço Jurídico, quando Consultor Geral em 1943, atraindo os jovens Eugênio Sette, Erildo Martins e Délio Magalhães, já advogados de renome e professores de direito, para integrarem o novo órgão, transformando mais tarde em Procuradoria Geral.

Afora breve intervalo como Diretor da Caixa Econômica Federal do estado, a Procuradoria esteve sob sua chefia de 1944 a 1952.

Sentimos que o coroamento da bela carreira do menino simples de S. José do Calçado se deu a 3 de novembro de 1952 quando, representando o 5º da classe do Ministério Público integrou o Tribunal de Justiça do Estado de onde só se afastou a 5 de maio de 1959 por haver atingido a idade limite.

Anteriormente já Vicente Caetano fôra Procurador Regional da Justiça Eleitoral, quando da instalação daquele Tribunal Regional, em 1945, e de 1948 a 51, sendo, depois, na qualidade de Desembargador, nomeado Juiz do mesmo Tribunal Eleitoral. No Egrégio Tribunal de Justiça foi Vice-Presidente e Corregedor.

No dia 23 de maio de 1974 foi honrado pelo Governador Arthur Carlos Gerhard Santos com a Comenda JERÔNIMO MONTEIRO pelos relevantes serviços prestados ao Estado. E o Egrégio Tribunal de Justiça ao qual o Des. Vicente Caetano dedicou todo seu amor e inteligência, na presidência do eminente Des. Geraldo Correia Lima, em 18 de novembro de 1983, apôz seu nome no forum de Bom Jesus do Norte, antigo distrito de S. José do Calçado.

Trabalhando a vida inteira, desde diretor de A SEMANA e O ALEGRENSE, produzindo conferências e discursos ainda inéditos, afôra seus incontáveis trabalhos jurídicos. Vicente sempre foi credor de seus co-estaduanos.

Os tempos em que juntos convivemos, tenho-os como os melhores da minha vida.

Sempre tive a oportunidade feliz de me relacionar com pessoas mais idosas, cultas e experientes do que eu. E foi com Vicente Caetano e Octavio Lemgruber que passei momentos inesquecíveis, quando residi em Vitória de 1947 a 50, e, principalmente quando, na qualidade de Presidente da Assembléia, tive a honra de exercer a governadoria do Estado. À tarde, levando eu do bar do Sagres um vidro de whisky Old Parr ou Presidente, baratíssimo na época, chamava Vicente, Lemgruber e, às vezes, Olympio Abreu, então Secretário da Fazenda. E, com umas azeitonas ou queijo cortado, lá na varanda dos fundos do Palácio Anchieta, ficávamos batendo um papo descontraído até tarde. Saíam histórias as mais variadas, mas sem dúvida, as de que mais me recordo são do sizudo Lemgruber a relatar sua vida de Promotor, Prefeito de Santa Leopoldina, Juiz de Alfredo Chaves, e outros casos alegres, quase impossíveis de terem acontecido com aquele homem tão compenetrado e respeitado. Ríamos muito e muito aprendíamos. E mestre Vicente Caetano recordava seus tempos de assessor em São Mateus, Alegre e Cachoeiro, o período fecundo de advocacia na antiga Comarca de São Pedro de Itabapoana, ao lado de Danton Bastos, Kosciusko Barbosa Leão e Rosendo Serapião Filho, todos também meus amigos mais velhos e mestres incoparáveis. (Peço licença para parêntesis: Aqui se impõe, com 41 anos de retardo, uma retificação: um jornalista mal informado afirmou haver eu, na substituição do Governador Carlos Lindemberg, gasto 50 contos de reis em um mês. Embora posto à minha disposição pelo ilustre titular, não me hospedei no apartamento do Palácio Anchieta. Continuei morando no Hotel Sagres, dividindo um quarto simples com o Deputado Lima Freitas, e fazendo refeições na modesta pensão do amigo Betite, à Rua do Vintém, juntamente com o Deputado Octaviano Santos. Assim, no período em questão, apenas ficaram em Palácio os zeladores e empregados permanentes, e os gastos foram de apenas dois contos e quatrocentos mil reis).

Já estou velho, esvaziando-se cada dia mais a área à minha volta, os amigos ficando para trás, inclusive o suave, culto e alegre Vicente Caetano, falecido a 24 de agosto de 1977. Mas vejo-o ainda com sua cabeça um pouco para a frente, os ombros meio levantados, a alegria estampada num sorriso largo, os braços abertos e, depois, aquele "sim! . ." que caracterizava a satisfação do encontro e marcava sua presença. Que bom que se pudesse revê-lo aos 100 anos, a 31 de março próximo, pronunciando o "ão" das palavras de nossa língua como a desafiar a sonoridade quase fanhosa do francês que tão bem sabia.

Oracy Nogueira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**O “ESTATUTO DE PURITATE SANGUINIS”
E O RACISMO BRASILEIRO**

Í N D I C E

1 - Introdução.	pág. 81
2 - A situação racial brasileira.	pág. 81
3 - O racismo brasileiro.	pág. 89
4 - O Estatuto da Pureza (Limpeza) de sangue.	pág. 92
5 - Considerações finais.	pág. 102
6 - Bibliografia.	pág. 109

O "ESTATUTO DE PURIDADE SANGUINIS" E O RACISMO BRASILEIRO

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo da presente exposição é refletir sobre a influência do "Estatuto da Pureza de Sangue", desenvolvido e adotado em Portugal, de princípios do século XVI a fins do século XVIII, sobre certas peculiaridades do racismo brasileiro.

2 - A SITUAÇÃO RACIAL BRASILEIRA

Deixando de lado os amarelos (orientais) que, no conjunto do País, constituíam menos de 1%, a população brasileira, por ocasião do censo de 1980, compreendia 55% de brancos, 39% de pardos e 6% de pretos.

Do censo de 1940 ao de 1980, os brancos caíram de 64 a 55%, os pardos cresceram de 21 a 39% e os pretos desceram de 15 a 6%.

Somando-se pardos e pretos, constata-se que os declaradamente não brancos subiram, nos quarenta anos que separam os dois censos mencionados, de 36 a 45%.

Como o Brasil não tem recebido correntes imigratórias que justifiquem a alteração na proporção de brancos e não brancos, é de se supor que a mesma se deva em parte a um aumento efetivo na proporção de mestiços e em parte ao de indivíduos que se vão identificando como não brancos, o que, se pudesse confirmar, seria politicamente significativo, uma vez que, dada a ambiguidade da identificação dos indivíduos segundo a cor, no Brasil, para muitos, a auto-identificação se vai tornando uma questão de opção política (Valente, 1987).

Sendo notório que, entre os brancos brasileiros, há uma proporção de indivíduos com ascendência africana suficientemente diluída para permitir sua incorporação à categoria racial hegemônica,

cujo montante é impossível estimar-se com qualquer pretensão de precisão, porém que, impressionisticamente, não será inferior a 1/3 dos declaradamente brancos, não será exagerado supor que esses indivíduos fossem somados aos declaradamente não brancos, o resultado seria superior à metade da atual população do País (Ramos, 1957).

Elza Berquó compra a mortalidade infantil das três categorias raciais, em 1960 e 1980, constatando que em ambos os anos censitários a taxa para os brancos é inferior à do conjunto do País, sendo superior para os pretos e pardos, com grande desvantagem para os últimos, em 1960, e pequena diferença para mais, em relação aos pretos, em 1980. Somando-se pretos e pardos, verifica-se que enquanto a taxa por 1.000 crianças nascidas vivas caiu de 122 para 89, entre os dois anos censitários, para o conjunto do País, e de 105 para 77, entre os brancos, para o conjunto dos negros, ela desceu de 148 para 105. Assim, tanto para a soma de pretos e pardos como para os pardos, separadamente, a taxa de 1980 equivale à dos brancos de 1960. Em outras palavras, a melhoria que ocorreu, no País, no intervalo de 20 anos, beneficiou privilegiadamente o contingente branco e subsidiariamente o não branco, como é notório que sói acontecer, em nossa sociedade (Berquó, 1988).

Um quadro elaborado pela mesma demógrafa sobre idades médias por ocasião da primeira união e taxas de celibato definitivo, para mulheres e homens brancos, pardos e pretos, mostra que a idade média, por ocasião da primeira união, em 1980, era a mesma para as mulheres brancas e pardas e ligeiramente mais elevada para as pretas (respectivamente, 22,7, 22,5 e 23,5) o mesmo ocorrendo para os homens (respectivamente, 25,7, 25,4 e 26,3), sendo estes, em média, três anos mais velhos que as mulheres. Quanto às taxas de celibato definitivo, as das brancas e pardas praticamente equivalem enquanto que as das pretas fica pouco abaixo do dobro das outras duas categorias; e, o que é mais grave, a das mulheres pretas fica pouco abaixo do dobro das dos homens da mesma categoria. Assim, para as mulheres, as taxas são: brancas - 7,7; pardas - 8,0 e pretas - 13,4; e para os homens: brancos - 5,5; pardos - 5,2 e pretos - 7,8. portanto, a proporção de indivíduos que chegam celibatários aos cinquenta anos é maior tanto para as mulheres como para os homens pretos, em relação às outras duas categorias; porém a diferença que mais impressiona é a que se apresenta entre homens e mulheres pretos, para indicar a preterição que sofrem as mulheres mais escuras, mesmo pelos companheiros de categoria racial.

Em outro quadro, Elza Berquó mostra que a proporção de mulheres casadas, tanto em 1960 como em 1980, é maior entre as brancas, intermediária entre as pardas e menor entre as pretas,

confirmando a referida tendência à preterição. Eis as taxas para 1960: brancas - 59,9; pardas - 54,2 e pretas - 47,2; e para 1980: brancas - 57,4; pardas - 54,1 e pretas - 47,1. Complementarmente, a proporção de solteiras, tanto em 1960 como em 1980, é menor entre as brancas, intermediária entre as pardas, e maior entre as pretas.

Outro quadro revela que das mulheres brancas casadas, 84,7% o são com maridos de sua própria cor, 14,0% com homens pardos e 1,3% com homens pretos; das pardas, 77,1% com homens de sua própria cor, 18,0% com brancos e 4,9% com pretos, e das pretas, 67,0% com homens de sua própria cor, 22,1% com pardos e 10,9% com brancos.

Um quadro complementar apresenta a distribuição dos homens casados segundo a cor das mulheres, em 1980. Assim, dos homens brancos, 88,1% são casados com mulheres de sua própria cor, 10,9% com pardas e 1,0% com pretas; dos pardos, 73,8% com mulheres de sua própria cor, 23,0% com brancas e 3,2% com pretas; e dos pretos, 58,6% com mulheres de sua própria cor, 28,4% com pardas e 13,0% com brancas.

Os dois quadros mostram que a maioria dos indivíduos se casa dentro de sua própria categoria racial; porém, a proporção de mulheres pretas casadas com homens pretos (67,0%) é maior que a de homens pretos com mulheres da mesma cor (58,6%); a de homens pretos com mulheres brancas (13,0%) pouco maior que a de mulheres pretas com homens brancos (10,9%); e a de homens pardos com mulheres brancas (23,0%), maior que a de mulheres pardas com homens brancos (18,0%). Nas palavras da demógrafa: "Esses achados estão a indicar que o processo de miscigenação pelo qual vem passando a população brasileira está apoiado numa certa assimetria por sexo, onde a tendência ao clareamento se dá mais por força dos homens buscarem mulheres mais claras".

Após apresentar outros dados demográficos como as taxas de fecundidade total por cor, 1940 - 1980; a proporção de mulheres de 15 a 49 anos que não tiveram filhos vivos, 1940 - 1980; e a proliferação das mulheres de 15 anos e mais, 1940 - 1980, segundo as categorias de cor, a demógrafa observa que brancos, pardos e pretos revelam três distintos perfis demográficos e que certos características ficariam encobertos se os pretos e pardos fossem agregados, uma vez que a análise "mostrou que eles estão sujeitos a processos de mudança, quanto à mortalidade, ao casamento e à fecundidade, defasados no tempo - os pardos se aproximando cada vez mais dos brancos, - certamente como decorrência de ritmos diversos nas modificações sociais, econômicas e culturais" e sugere hipótese para

explicar a tendência ao declínio do peso dos contingentes branco e preto e correlato aumento do pardo, no conjunto da população do País

Dados do censo de 1950 e de uma amostra do de 1980 revelam que a expectativa de vida, entre os dois anos censitários evoluiu de 47,5 anos para 66,1, entre os brancos, e de 40,0 para 59,4, entre os não brancos. Assim, enquanto os brancos ganharam 18,6 anos, no intervalo, os não brancos tiveram um acréscimo de 19,4, passando a ter, em 1980, 11,9 anos a mais do que os brancos em 1950, porém, sem eliminar a defasagem entre as duas categorias (Fry, 1988).

Dividindo a população em brancos e não brancos e o País em duas partes - Sudeste e as demais regiões - e tomando dados dos censos de 1872, 1890, 1940 e 1950, Carlos Hasenbalg mostra a assimetria da distribuição demográfica segundo as categorias de cor, com a maior parte dos brancos concentrada na parte mais rica e dos não brancos, na mais pobre do território, em 1950, numa inversão do que ocorria em 1872, o que provavelmente é um efeito, antes de mais nada, do fato de se ter dirigido para o Sudeste a maior parte da imigração européia vinda a partir de fins do século XIX. Assim, em 1872, 35% dos brancos estavam no Sudeste e 65% no restante do País e, em 1950, respectivamente, 56 e 44%; dos não brancos, respectivamente 21 e 79%, em 1872 e 82%, em 1950 (Hasenbalg, 1988).

O mesmo sociólogo apresenta taxas de analfabetismo, em 1950 e 1980, para homens e mulheres, brancos, pardos e pretos. Entre os homens brancos, a taxa caiu de 43,8 em 1950, para 24,3 em 1980; entre os pardos, de 70,3 para 48,2; e entre os pretos, de 73,5 para 46,7; e entre as mulheres, de 50,8 para 25,6, entre as brancas; de 76,1 para 47,8, entre as pardas, e de 79,4 para 48,6, entre as pretas.

Observa o sociólogo: "Com a única exceção dos homens brancos, todos os grupos de sexo e cor obtêm uma diminuição nas taxas de analfabetismo superior a 20%. São as mulheres das três categorias de cor que conseguem diminuir mais rapidamente as taxas de analfabetismo, sendo que em 1980 praticamente já tinham eliminado as diferenças no analfabetismo em relação aos homens da mesma cor, existentes em 1950. Note-se porém que ainda em 1980 as taxas de analfabetismo de homens e mulheres de cor são quase duas vezes maiores que as do grupo branco".

Tomando dados sobre cursos completados por pessoas de 10 anos e mais, brancas, pardas e pretas, em 1950 e 1980, comenta Hasenbalg: "Refletindo a capacidade diferencial de demanda educa-

cional de diferentes grupos sócio-econômicos, estes dados indicam, ainda que indiretamente, o caráter perverso da expansão educacional no Brasil: os componentes do sistema educacional crescem a um ritmo inversamente proporcional aos níveis educacionais considerados, resultando em progressos muito lentos nos níveis elementares de ensino. Quanto aos diferenciais inter-raciais na esfera educacional, nota-se que em 1950 as possibilidades de completar o ensino médio (ginásio ou colegial) e superior estavam virtualmente monopolizadas pelo grupo branco. A partir de uma situação inicial de escolaridade muito baixa, pardos e pretos têm se beneficiado em alguma medida da expansão educacional brasileira. Entretanto, as desigualdades inter-raciais de oportunidades educacionais continuam sendo muito acentuadas e aumentam à medida que se considera o acesso aos níveis mais elevados de ensino. Assim, em 1980, os brancos tinham 1,6 vezes mais chances que os pretos e pardos de completarem entre 5 e 8 anos de estudo; 2,5 vezes mais oportunidades de completarem entre 9 e 11 anos de estudo e 6 vezes mais chances de completarem 12 anos ou mais de estudo. As análises comparativas de mobilidade social de brancos e não-brancos sugerem que estas desigualdades de oportunidades educacionais não irão desaparecer no futuro imediato, na medida em que, controlando por origem social, pretos e pardos obtêm sistematicamente menos anos de instrução que os brancos”.

Não dispondo de dados sobre cor e renda para mais de um corte temporal, o sociólogo apresenta um quadro com o rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos e mais, por grupos de sexo e cor, para 1980, e observa: “. . . a proporção de pessoas com rendimentos de até 3 salários mínimos era de 65,9% para os homens brancos, 81,9 para as mulheres brancas, 86,8% para os homens negros e 95,2% para as mulheres negras. No extremo oposto da distribuição ocorre o fenômeno inverso, de forma a dar lugar a uma clara ordenação dos quatro grupos, que vai desde o perfil de distribuição mais privilegiado até o mais desfavorecido: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras... Para dar uma idéia final da concentração da renda apoiada em critérios adscritos de hierarquização social, basta assinalar que os homens brancos, que representam 39% das pessoas com rendimentos, constituem 79% daqueles que auferem rendimentos superiores a 10 salários mínimos.”

Assinala o sociólogo que “as últimas duas décadas marcam a consolidação da sociedade capitalista no Brasil”, com altas taxas de crescimento da economia, acelerada urbanização associada à expansão do produto industrial, absorção de força de trabalho pelo setor secundário, declínio do setor primário, fortalecimento das empresas privadas e estatais, um crescimento muito rápido do grupo de administradores não-proprietários, cuja participação proporcional no período quase triplica, expansão dos contingentes de ocupações burocráticas de rotina, técnicas e científicas.

O indicador mais eloquente das profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, nas duas décadas compreendidas entre 1960 e 1980, sob o modelo de modernização conservadora, está na distribuição da força de trabalho pelos setores primário, secundário e terciário, com a inversão da posição do primário e do terciário, expansão do secundário e retração do primário. Assim, o contingente do primário caiu de 54,0% para 29,9%; o do secundário subiu de 12,9 para 24,4; e o do terciário, de 33,1 para 45,7.

No entanto, o sociólogo contrasta o avanço na participação feminina na força de trabalho, entre 1960 e 1980, de 17,9% para 27,5%, com a persistência de profunda diferença na situação socio-econômica de brancos e não-brancos, como consequências discrepantes do modelo de modernização conservadora adotado.

Em suma, sempre que há indicadores disponíveis, especificados para brancos e não brancos e, no caso destes, para pardos e pretos, do movimento de população, das condições sanitárias, de níveis de instrução, de inserção no mercado de trabalho, de rendimentos, obtém-se uma confirmação quantificada da notória desigualdade entre as categorias raciais vigente na sociedade brasileira, cem anos após a "Lei Áurea", com a situação privilegiada do contingente branco, a de preterição e extrema carência do preto e intermediária, porém, mais próxima deste que daquele, do pardo (Oliveira e outros, 1985).

A posição do negro no catolicismo reflete sua situação na sociedade brasileira como um todo. De outro lado, a Igreja Católica, que não fez frente ao escravismo negro, vai se mostrando sensível à contestação da situação racial brasileira pelo movimento negro, ao ponto de nela estar crescendo a tendência de autocrítica no que toca às relações raciais no passado e no presente.

A **FOLHA DE SÃO PAULO** de 23 de abril de 1989 publicou uma reportagem assinada por Dermi Azevedo sob o título "Bispos negros querem criar rito católico afro-brasileiro", em que, além de noticiar o movimento em prol de melhor relacionamento entre a Igreja Católica e as instituições religiosas afrobrasileiras, traz dados estatísticos de origem eclesiástica sobre a participação do negro na estrutura e atividades da religião majoritária: "Dos aproximadamente 70 milhões de negros brasileiros, cerca de 40 milhões são católicos e os demais pertencem a outras religiões, de acordo com as estatísticas eclesiásticas. Paralelamente, dos 13.220 padres, apenas 200 são negros e, entre os 376 bispos, há apenas sete de etnia negra. O número de freiras negras não passa de cerca de 800, em um conjunto de 38.789. Não há estatísticas sobre os seminaristas negros" (Azevedo, 1989).

Informa a mesma fonte serem negros, entre outros, o cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves, o bispo de Bonfim, na Bahia, d. Jairo Matos e o arcebispo de João Pessoa, d. José Maria Pires.

Não deixa de ser altamente significativo o fato de haver, atualmente, altas autoridades eclesiásticas católicas que se assumem como negros.

Mesmo em relação a Bahia, tão marcada pela presença física e cultural do negro e geralmente tida como mais fiel ao mito da democracia racial que outros Estados ou regiões brasileiros, uma pesquisa recente sobre "o negro na força de trabalho" produziu resultados bastante congruentes com o que se conhece sobre o País como um todo (Barros, 1988).

Enquanto no conjunto do País o negro constitui minoria, somando 44% da população, segundo o censo de 1980, na Bahia, seu contingente atinge 80% do total.

Com a instalação da Petrobrás, na Bahia, na década de 1950 e de outros empreendimentos industriais, no período que se seguiu, o Estado sofreu transformações econômicas análogas às do conjunto do País, nas três últimas décadas. A porcentagem de indivíduos engajados na agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas, por exemplo, caiu de 73,0 para 50,1, de 1950 a 1980; e a dos empenhados em atividades industriais, dobrou, indo de 8,3 para 16,3, quase dobrando, igualmente, a dos dedicados ao comércio de mercadorias, de 4,5 para 7,9.

Acompanhando tais mudanças, houve uma diminuição na participação relativa dos brancos e aumento na dos negros e amarelos, nas atividades econômicas. Assim, os brancos caíram de 28,1 a 21,4, entre 1950 a 1980, os negros cresceram de 71,7 a 77,9 e os amarelos, de 0,2 a 0,7. No entanto, observa a autora do estudo em apreço: "A diminuição relativa de trabalhadores brancos nos ramos em que eram maioria em 1950 foi insuficiente para fazer com que, após três décadas, o trabalhador negro pudesse experimentar mudanças mais significativas. Ou seja, em 1980 os negros comparecem num percentual superior ao de sua participação na força de trabalho, basicamente nos mesmos ramos em que se encontravam trinta anos antes: agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas; atividades industriais e prestação de serviços. Por outro lado, os brancos conservam percentuais mais altos na composição dos ramos cujas ocupações são socialmente valorizadas: comércio de mercadorias; atividades sociais; administração pública; comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização".

Sobre a repercussão da expansão das atividades do setor secundário entre brancos e negros, observa a autora: "A diversificação e modernização do parque industrial baiano contribuíram para fazer do setor secundário o maior empregador de trabalhadores, com sensível repercussão entre os negros. Verificamos, porém, que, em 1980, cada ramo industrial em particular tem peso diferenciado entre negros e brancos. Enquanto a indústria de Transformação é mais importante na incorporação de trabalhadores brancos (50,4%) entre os negros predomina a Construção Civil (47%), que se caracteriza pelas ocupações de mais baixo nível de remuneração e a instabilidade no emprego".

Comenta a autora o menor rendimento auferido pelos negros em relação aos brancos das mesmas categorias socio-ocupacionais: "As faixas da estrutura ocupacional onde o rendimento médio é mais alto absorvem pequena proporção da força de trabalho, especialmente no seu segmento negro. E o rendimento médio que estes auferem é, em todos os casos, inferior ao dos brancos. Esta desigualdade atinge o seu máximo na categoria dos autônomos em ocupações não-manuais (inclui profissionais liberais), na qual o rendimento médio dos negros representa 48,5% do dos brancos. No outro extremo aparece o emprego doméstico, que incorpora, relativamente, mais negros (8,2% dos empregados) do que brancos (4,4% dos empregados). Nesta categoria revela-se um dado surpreendente no comportamento das desigualdades raciais: no emprego doméstico os negros têm rendimento médio cerca de 19,5% superior ao dos brancos. Apenas numa ocupação tão marcada pela inferioridade é possível ao trabalhador negro, particularmente a mulher negra, manter-se em "melhor" posição".

Sobre os diferenciais de rendimentos entre brancos e negros em ocupações não-manuais e manuais, observa a investigadora: "No que se refere aos diferenciais de rendimento médio mensal, observamos que a distância que separa negros e brancos baianos em ocupações não-manuais é maior que a verificada para o Brasil. Por outro lado, nas ocupações manuais urbanas os negros da Bahia acham-se mais próximos dos brancos. Essa situação permite inferir que, na Bahia, a discriminação exercida sobre os negros que ocupam melhores lugares na estrutura ocupacional tende a ser mais acentuada. Além disso, é possível que aqui as expectativas de ascensão do negro via educação encontrem menos respostas do que no resto do país. Ou seja, o chamado retorno da escolaridade é relativamente ainda mais defasado. Os menores níveis de desigualdade verificados nas ocupações manuais urbanas podem decorrer da presença historicamente majoritária do negro na força de trabalho na Bahia. Aí, ao contrário de outras regiões do Brasil, onde pelo menos oficialmente o negro é minoria, nem sempre é possível privilegiar trabalhadores de outras etnias".

Sobre os valores intermediários entre os dos brancos e os dos pretos, revelados pelos pardos, comenta a autora: "Cabe ainda ressaltar que os mestiços, classificados como "pardos" nos censos, constituem o segmento da população negra onde as desigualdades, relativamente aos brancos, são menos acentuados, ainda que não a ponto de os distinguirem completamente dos padrões verificados para os chamados "pretos". Isto sugere que o processo de branqueamento via mestiçagem proporciona vantagens mais simbólicas que materiais, para um amplo contingente da população negra. Sem dúvida, a ambiguidade que se abriga sob as designações baseadas na cor da pele contribui ainda mais para fragmentar a identidade do negro, para "esvazia-lo" enquanto categoria étnico-racial distinta. Uma categoria definidora de um grupo social, cuja trajetória na sociedade brasileira, em todas as épocas, está marcada por experiências singulares dentro do processo de exploração mais amplo".

Acrescenta a autora que, mesmo na Bahia, há uma constante atualização do estereótipo do negro como "malandro, preguiçoso, feio, traíçoeiro, inculto, pouco inteligente" como parte do arsenal ideológico com que o branco defende seus privilégios.

3 - O RACISMO BRASILEIRO

Pode-se definir como racismo o conjunto de modos de pensar, sentir e agir com que uma categoria racial sustenta sua suposta superioridade e os privilégios de que usufrui. No caso das sociedades multi-raciais surgidas na América a partir do colonialismo europeu, comenta Jeffrey Prager que "através de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos, os brancos puderam progredir, historicamente, a expensas de e por causa da presença do negro" (apud Hasenbalg, 1988).

Há três décadas e meia o autor da presente exposição procurou caracterizar o racismo brasileiro, empregando como recurso heurístico a comparação com o norteamericano (Nogueira, 1954-5).

Da comparação, surgiu a concepção de dois tipos de preconceito racial que teriam emergido nas respectivas situações, em relação aos negros (pretos e mulatos) - o de marca e o de origem.

No preconceito de marca, a ênfase está na aparência ou fenotipo dos indivíduos, os mestiços mais claros, em decorrência de sucessivas uniões com parceiros brancos ou com traços mais próximos aos destes, sendo incorporados à categoria racial dominante, de tal modo a se produzir uma imbricação entre a mesma e as

demais categorias, em contraste com o que ocorre onde o preconceito é de origem, em que brancos e não brancos constituem categorias mutuamente exclusivas como se fossem castas ou formações castoïdes.

Foram adotados doze critérios para contrastar os dois tipos de preconceito, com o objetivo de salientar a diferença na dinâmica das situações raciais caracterizadas por um e outro.

Mais de três décadas após a primeira publicação da referida taxonomia, as duas situações raciais que a inspiraram - a norte-americana e a brasileira - estão, sem dúvida, notoriamente alteradas, porém, sem que nenhuma delas tenha perdido seu estilo ou padrão.

Sem que se pretenda rever, aqui, o velho trabalho, nem discutir os critérios de comparação adotados - o que caberia mais aos críticos que ao autor - saliente-se que jamais foi intenção deste defender ou escusar qualquer das formas de racismo, que sempre considerou abomináveis e, conseqüentemente, como devendo ser combatidas e extirpadas, sem contemplação.

Na "Introdução" ao livro **TANTO PRETO QUANTO BRANCO**, o autor procurou trazer à tona novas reflexões sobre a questão. No presente tópico, para não alongá-lo indevidamente, quer concentrar-se no caráter peculiarmente insidioso do racismo brasileiro, cujo fio condutor é a ideologia do branqueamento que tende a se insinuar no espírito de quantos participam da sociedade e da cultura nacionais, indo das pessoas por ela privilegiadas, num extremo, às que sofrem seus efeitos perversos, no outro.

A **FOLHA DE SÃO PAULO** de 6 de novembro de 1983 publicou uma reportagem assinada por Neusa Barbosa a resistência que ativistas do movimento negro encontravam, na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, quando procuravam fazer proselitismo entre os colegas, os quais tomavam a alusão a seus traços de ascendência africana como uma indiscrição e uma deslealdade tanto acoimavam os aliciadores de "dedos-duros" como se estivessem chamando a atenção para estigmas que gostariam de deixar despercebidos (Barbosa, 1983)

A ética de relações raciais que se desenvolveu no Brasil e que se expressa no provérbio "em casa de enforcado não se fala em corda", impondo discrição com referência aos traços de ascendência africana, justamente nas situações de relacionamento amigável, é a consubstanciação da forma mais sutil de preservação do "status quo" racial. A discriminação acentua o pudor, o envergonhamento, e, conseqüentemente, a inferiorização associada aos refe-

ridos traços, promovendo, assim, a cumplicidade das próprias vítimas do preconceito e da discriminação, por persuasão subliminar.

Como precipitado ideológico da estruturação hierárquica das categorias raciais, o racismo atua, na feliz expressão de Gramsci, como cimento da estrutura que o engendrou. Tal como se apresenta no Brasil, ele se desenvolveu **pari passu** com a diversificação dos não brancos em escravos pretos africanos, escravos pretos crioulos, escravos mulatos (geralmente crioulos), pretos africanos livres, pretos crioulos livres, mulatos livres, inclusive os suficientemente claros para conseguirem incorporar-se à categoria racial hegemônica, transformando-se no tipo que viajantes estrangeiros notaram como “o branco da terra”. Para esse desenvolvimento contribuiu a preferência dos senhores brancos pelos escravos crioulos em contraste com os africanos e pelos crioulos mestiços em contraste com os pretos, os mestiços, não raro, sendo seus parentes “naturais”.

Tal como se apresenta hoje, o racismo brasileiro, longe de ser mera projeção ou entulho ideológico do passado, constitui um complexo cultural que contribui para a constante reatualização, sem descaracterização, no entrejogo da mortalidade e da natalidade e dos movimentos migratórios, da tradicional estruturação das relações entre as categorias raciais.

No Brasil, dentre os cientistas sociais que têm defendido tal perspectiva ou perspectivas semelhante, merecem destaque Carlos A. Hasenbalg e Nelson do Valle Silva.

Comenta Hasenbalg, referindo-se às sociedades multiraciais formadas a partir do colonialismo do homem branco: “Em definitivo, a formação histórica de estruturas de dominação racial emerge de mais de quatro séculos de práticas coloniais. O colonialismo - tal como se exprime na conquista, subordinação e eventual extermínio de uma população - é um fenômeno político originariamente determinado por motivos econômicos. Sem dúvida, o racismo contemporâneo tem seus correlatos em forma de exploração econômica compatíveis com os padrões prevaletentes de desenvolvimento capitalista. Porém, uma vez que as estruturas de subordinação racial estão estabelecidas, o racismo e a dominação racial adquirem uma autonomia própria ao nível da cultura e da política. Esta mediação cultural e política, que se cristaliza em formas institucionalizadas de desigualdade racial, está expressada principalmente na exclusão total ou parcial das minorias raciais do universalismo burguês. Esta exclusão baseia-se na humanidade supostamente incompleta e na idéia de um ‘lugar apropriado’ para as pessoas de cor”. (Hasenbalg, 1988, 120-1).

Num estudo sobre “cor e processo de realização sócio-econômica”, em que faz um sofisticado tratamento estatístico de dados

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em que divide os indivíduos da amostra em brancos, negros (pretos) e mulatos, Nelson do Valle Silva conclui que, “contrariamente à visão predominante na literatura sobre relações raciais no Brasil, não se pode atribuir toda a responsabilidade pelas atuais diferenças de nível sócio-econômico entre brancos de um lado e negros e mulatos por outro à desigualdade sofrida durante um remoto passado escravista” e completa: “mostrou-se que ao longo de todo o ciclo de vida sócio-econômico negros e mulatos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias, desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos. Negros e mulatos estão sujeitos à discriminação no processo escolar, à discriminação no emprego, bem como a discriminação salarial. Essas desvantagens competitivas agem cumulativamente, explicando a maior parte das diferenças monetárias entre brancos e não-brancos e chegando a atingir mais de 50% dos rendimentos percebidos por negros e mulatos” (Valle Silva, 1988, 162-3).

4 - O ESTATUTO DA PUREZA (LIMPEZA) DE SANGUE

Tudo indica que o desenvolvimento das atividades marítimas e mercantis tenha levado ao recrudescimento da competição entre as etnias, na Península Ibérica, e que o dinamismo dos hebreus tenha feito com que as demais categorias se voltassem contra eles. Nobres e burgueses que não eram tidos como de sua estirpe sentiam-se enciumados e procuravam conter seus avanços; e a plebe menos aquinhada nelas encontrava facilmente o bode expiatório para suas frustrações inclusive para as decorrentes das epidemias e das crises de fome que a afetassem.

Violentas agressões coletivas aos hebreus - coletivas tanto pelo lado dos autores como das vítimas - ocorreram nos séculos XIV e XV, em diferentes pontos da Península, inclusive em Portugal.

Já em 613, o rei visigodo, Sisebuto, impôs aos hebreus da Península ibérica o dilema de se converterem à religião católica ou serem expulsos, surgindo, então, “provavelmente, os mais remotos **cristãos-novos** na história hispânica”. Entretanto, somente em fins do século XV, quando d. Manuel impôs o batismo obrigatório como condição para a permanência dos hebreus em Portugal, a expressão surgiu para distinguir os recém-conversos ou recém-incorporados à jurisdição da Igreja de seus adeptos tradicionais (Salvador, 1969, XIX).

D. Manuel sempre apreciou a colaboração dos hebreus tanto que do círculo mais próximo de seus auxiliares faziam parte o médico

e astrólogo, Abraão Zacuto, os Lucena, os irmãos Noronha, Fernão e Francisco, o primeiro dos quais estaria à frente do consórcio de cristãos novos que arremataria o primeiro contrato de exploração do Território de Santa Cruz; o dr. Pedro Nunes, cosmógrafo-mor e mestre dos infantes D. Luiz e D. Henrique, o tesoureiro da princesa. Antônio Fernandes d'Elvas, o mordomo Francisco de Gusmão e tantos outros (Salvador, 1981, 3 nota 7).

Quando pretendeu esposar a filha do rei espanhol, d. Manuel recebeu como imposição que perseguisse os hebreus de Portugal, o que o levou, em 1497, a obrigá-los a se batizarem, ao mesmo tempo em que procurou dificultar sua saída do reino e a transferência de seus bens para fora deste: "A intenção de d. Manuel esboroou desde o começo, exatamente por causa das medidas que pôs em prática. O batismo forçado com que pretendeu eliminar as distinções, foi a que melhor se prestou a incrementar estas últimas, porquanto logo se passou a denominar os conversos judeus pelo apelido de **CRISTÃO-NOVOS** e aos filhos, bem como aos demais descendentes. Assim se procedeu para distingui-los dos que estavam vinculados tradicionalmente à Igreja e pertenciam à antiga etnia, não israelita, nem moura, negra ou de outra infecta sangüinidade. Foi, igualmente, por este modo, que se originou o designativo **CRISTÃO-VELHO**, com significado todo especial, caracterizando um grupo étnico social privilegiado. A sociedade, então, em vista disso, manteve-se dividida e perturbada até fins do século XVIII" (Salvador, 1969, XX).

Da Idade Média ao Século XV, a aversão entre os grupos étnicos era explicada, enfaticamente, em termos de divergência religiosa e de costumes entre cristãos e infiéis. A partir daí, passou-se a enfatizar a diferença de sangue, estirpe ou ascendência, dividindo-se os indivíduos em de sangue "limpo" ou "puro" e de sangue "infecto" ou "impuro", os primeiros por não terem ascendência hebraica ou moura, os últimos por contarem com a mesma em sua genealogia.

Tornando-se os mouros ou mais precisamente os muçulmanos cada vez mais raros na Península, os hebreus vieram a constituir o alvo por excelência do preconceito e das hostilidades. Maniqueisticamente, passaram a ser vistos como portadores de qualidades negativas intrínsecas que seriam decorrentes do sangue, da estirpe, da ascendência.

Consequentemente, surgiram, primeiramente, na Espanha, no século XV e, no seguinte, em Portugal, os estatutos da pureza de sangue, sucessão de normas jurídicas, reais e eclesiásticas, que exigiam a comprovação de isenção de "sangue infecto", através dos atestados de "genere", para acesso à nobreza, aos cargos públicos e outros privilégios: "Para ser nobre precisava-se antes de mais

dezoito anos, estava antes com o protestantismo, em franca expansão na Europa, que com o judaísmo: "O concílio durou dezoito anos, em três fases distintas. A primeira, no pontificado de Paulo III que, não obstante autorizar a Inquisição em Portugal, deu provas de simpatias para com os hebreus. As duas últimas, quando eram papas Julio III (1551-1552) e Pio IV (1562-1563), apresentando-se ainda mais grave a situação religiosa na Europa devido aos efeitos do protestantismo. Por influência de Carlos V, interessado em pacificar a Alemanha e em congregar os católicos a fim de enfrentar o perigo turco, abrandou-se uma vez ou outra o espírito de intolerância voltado contra os reformadores. O que prevaleceu, no entanto, desde o começo, e mais acentuadamente nas últimas etapas, foi o intuito de definir as doutrinas da Igreja então em foco, para, deste modo, caracterizar a heresia. As reformas, insistentemente pedidas, e que deveriam ser ventiladas em alternância com as questões doutrinárias, ficaram para as sessões finais. Torna-se evidente, por conseguinte, que o alvo dos conciliares não foi o judaísmo, mas o protestantismo. É sintomático, além disto, notar a atuação de alguns dos mais influentes membros da Companhia de Jesus, no decorrer dos trabalhos, que, não só eram simpáticos para com os hebreus, como também, eles próprios descendiam dessa etnia, a exemplo de Dainez de Saimeron e de Polanco" (Salvador, 1969, 2-3).

Insiste esse autor em mostrar como o poder do rei e do papa de admitirem exceções dava margem a um entrejogo entre o arbítrio das autoridades e as normas reais e eclesiásticas, fazendo com que uma coisa fosse a legislação e outra, sua aplicação, numa contestação aos historiadores que insistem em tomar as leis pela realidade.

A aplicação das leis antiemigratórias e de toda a demais legislação restritiva às etnias estigmatizadas sofreu oscilações quanto ao rigor, ao longo de toda sua vigência, ao sabor das tendências e conveniências das sucessivas administrações, aqui incluindo reis, papas e outras autoridades civis e eclesiásticas; porém, o mínimo que se pode dizer é que toda essa legislação fomentou e consolidou a política de criar dificuldades para vender facilidades, em proveito de autoridades de todos os escalões, além dos tesouros real e eclesiástico.

As leis discriminatórias estimulavam intrigas e denúncias por parte de inimigos, competidores, invejosos e oportunistas e levavam as vítimas potenciais ou efetivas a adotarem todos os recursos imagináveis para se defenderem, estando em primeiro lugar a discrição e o sigilo.

Os reis e papas tanto podiam aumentar o rigor da repressão como acolher pedidos de exceções ou favores.

nada comprovar a limpeza de sangue. Dessa forma, alguns valores culturais se interligam, interferindo diretamente no comportamento social dos grupos que se dizem limpos de sangue: pureza, honra, honestidade, fidelidade e dignidade. Não comprovar sua ascendência cristã significa estar impedido de ocupar cargos públicos, de frequentar universidades, de ingressar nas ordens sacras e de receber títulos de honra" (Carneiro, 1988, 52).

A discriminação assim formalizada, legalizada ou oficializada, pelo Estado e pela Igreja, atende, antes de mais nada, ao interesse da aristocracia de manter seus privilégios tradicionais; porém, envolve, também, os de outros segmentos sociais como a burguesia cristã-velha que, assim, vê manietados seus principais concorrentes, o clero, que se sente mais poderoso, e a própria plebe menos favorecida que, no mínimo, passa a ter um definido bode expiatório para suas frustrações.

Segundo Nelson Omegna, Portugal, com sua fama de tolerância, "diabolizou não um homem mas um povo inteiro, não um dia do ano, mas por duzentos e cinquenta anos seguidos; não com apodos, vaías, escarros e bofetões, mas com ergástulos, com fogueiras, com torturas. . ." (apud Carneiro, 1988, 26).

Registra Maria Luiza Tucci Carneiro as interdições sucessivas que vieram a atingir os cristãos-novos portugueses, através da legislação geral, de fins do século XV a fins do XVII, quanto à liberdade de migração, ao direito de exercício de cargos, públicos, ao ingresso em ordens militares e religiosas, ao matrimônio com cristãos-velhos, à participação em instituições de caridade, ao ingresso na universidade e aos privilégios do morgadio (Carneiro, 1988, 68):

1499 - Leis antiemigratórias

1514 - Cargos Públicos

1529 - Ordens Militares

1550 - Ordens Religiosas

1581 - Matrimônio

1600 - Misericórdias

1604 - Universidade de Coimbra

1671 - Morgados

A mesma historiadora organizou um quadro mostrando as categorias étnicas estigmatizadas, na legislação portuguesa, de meados do século XV a fins do XVIII, ou seja, das Ordenações Afonsinas, passando pelas Manuelinas e pelo Código Sabastiânico e chegando às Ordenações Filipinas e leis Extravagantes e, finalmente, à Coleção da legislação Portuguesa, do último quartel do século XVIII (Carneiro, 1988, 57).

De duas categorias étnicas estigmatizadas, segundo as Ordenações Afonsinas, em meados do século XV - judeus e mouros - chega-se a cinco, nas Ordenações Manuelinas e Código Sabastiânico, de 1514 a 1529 - judeus, mouros, ciganos, cristãos-novos e indígenas (americanos) - e a sete, nas Ordenações Filipinas e Leis Extravagantes, 1603-1774 - judeus, mouros, ciganos, cristãos-novos, indígenas, negros e mulatos. Finalmente, na Coleção da Legislação Portuguesa, do último quartel do século XVIII, somente duas categorias aparecem estigmatizadas - os negros e os mulatos.

Comenta a historiadora: "É interessante notar que, com o tempo, aumentam os grupos estigmatizados da sociedade portuguesa, tornando-se nítidas as medidas de exclusão. É a partir de 1514/21 que surgem nas Ordenações Manuelinas três novas caracterizações: **cristão-novo, cigano, e indígena**. Essa situação se mantém até 1603, quando serão acrescentados o **negro** e o **mulato**. As razões alegadas são as mais variadas: algumas com caráter essencialmente racial e outras apoiando-se na religião, em comportamentos, atitudes, idéias e crenças" (Carneiro, 1988, 55).

Acrescenta Maria Luiza Tucci Carneiro: "A partir de 1774, a discriminação contra o **judeu**, o **mouro** e o **cristão-novo** desaparecerá da legislação portuguesa, mas o preconceito contra essas minorias étnicas continuará vivo no âmbito da sociedade global. Com Pombal, o sistema mantido durante séculos se modifica. Após 1774, não mais encontramos qualquer lei discriminatória referente aos grupos acima citados. Contudo, as medidas legais contra o herege e o apóstata continuam. Tudo leva a crer que eram de origem cristã-nova numerosos portugueses que caíram, já as margens do século XIX, na alçada do Tribunal da Inquisição" (Carneiro, 1988, 55).

O malfadado Tribunal somente seria extinto, em Portugal, em 1821, tendo sido instalado no decênio de 1530, o primeiro auto de fé tendo ocorrido em 1540.

Outro historiador, José Gonçalves Salvador, além de salientar o processo gradual de desenvolvimento da legislação discriminatória em Portugal, mostra o papel do Concílio de Trento (1545-1563) nesse processo e chama a atenção para o fato de que a preocupação dos participantes desse prolongado certamen eclesiástico, que durou

Sob tal legislação, o clima era favorável a confiscos, extorções e intimidações que afligiam permanentemente as etnias estigmatizadas.

Garantir a segurança pessoal e coletiva tornava-se a principal obsessão dos membros de tais minorias.

No que toca aos títulos honoríficos, comenta o historiador que, apesar dos crescentes empecilhos, ninguém mais os cobiçava que os cristãos-novos, não por simples vaidade, mas por questões práticas: "Apesar de todos os obstáculos, aos cristãos-novos mais que a ninguém interessava a obtenção de um título honorífico, por mais modesto que fosse. Almejavam-no e o buscavam avidamente, em especial o hábito de uma das três ordens religiosas militares pelas vantagens e privilégios que proporcionavam, tais como a elevação social do agraciado, aproximando-o da nobreza de sangue, a isenção do foro civil, de impostos e de contribuições forçadas, a libertação de trabalhos julgados indignos, pois para tanto, receberia pensão ou tença da Coroa. Mas, para o judeu, acrescia ainda outro proveito, talvez mais lucrativo, porque, acobertando-o contra perseguições, conferia-lhe relativa tranquilidade e desembaraço de movimentos. A Ordem de Cristo, a mais dignificante entre todas, andava de contínuo a alimentar-lhes o espírito, embora sabedores de que a mesma, e bem assim as restantes, se destinavam exclusivamente a indivíduos da etnia cristã-velha, conforme prescreviam os Estatutos, e o tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, criado em 1532, fazia questão absoluta de cumprir, bem como os breves pontifícios e as determinações expedidas pelos monarcas" (Salvador, 1976, 24).

Informa o mesmo historiador que, pelos Estatutos, estavam impedidos de receber a comenda os indivíduos de sangue "infecto", os bastardos, os de ofício mecânico, os menores de 18 anos e os acima de 50: "Assim, pelo que se vê, eles mantêm o espírito racista, o orgulho de classe e o menosprezo ao trabalho manual, inexistentes entre os portugueses dos séculos anteriores" (Salvador, 1976, 25).

Sobre o inquérito a que ficavam sujeitos os habilitandos, informa: "Nas inquirições tratava-se de averiguar com exatidão as qualidades do pretendente ou do agraciado com a mercê mediante testemunhas de confiança, as quais não podiam ter parentesco algum com o indivíduo em apreço. A regra consistia em efetuar os interrogatórios por elemento pertencente à própria Ordem e nos locais onde residiram os pais e os avós do habilitando. O processo levava meses, e, às vezes, até anos, mas, para tanto, a Mesa da Consciência exigia antecipadamente um depósito em dinheiro, o que marginava, assim, aos mal aquinhoados. As conclusões, afinal, eram fiéis, embora se conheçam numerosos casos de embuste a exemplo de um Domingos

Sales de Cá, cristão-novo, que mediante provas falsas, se habilitou à Ordem de Cristo. Descoberto, foi obrigado a ir ao Reino e responder a processo, enquanto muitos outros escaparam ilesos" (Salvador, 1976, 25).

Como em geral, os hebreus ou cristãos-novos não se distinguiram fisicamente do restante da população, a discrição, o sigilo e o disfarce eram seus recursos mais generalizados de autoproteção, o que criava um círculo vicioso, uma vez que, estando proibido o culto hebraico, a acusação mais genérica que pesava sobre eles e que alcançava mesmo os mais convicta e ostensivamente convertidos ao cristianismo, era a do criptojudaísmo, com o cortejo da infidelidade e da hipocrisia.

A autoproteção pela discrição, sigilo e disfarce tinha probabilidade de lograr bom êxito à medida em que o indivíduo fosse desconhecido ou pouco conhecido no meio em que se encontrava, o que ocorria com maior frequência quando migrava como no caso de grande parte dos que vieram para o Brasil nos primeiros séculos da colonização.

Os judeus e cristãos-novos eram favorecidos nesse intento pela sua não conspicuidade ou visibilidade somática, no meio da população portuguesa, por si mesma produto de intenso e variado caldeamento, após tantos séculos de convivência a miscigenação entre múltiplas etnias.

Daí a intitucionalização do preconceito de origem, uma vez que somente pela pesquisa se poderia obter relativa certeza de se tratar de indivíduo de sangue puro ou impuro, limpo ou infecto.

Daí, também, a ética de relações raciais que se desenvolveu no Brasil, cuja tônica está na discrição e no sigilo, conforme já foi caracterizado há anos (Nogueira, 1954-5).

No contexto que se estabeleceu, desvendar ou mesmo simplesmente mencionar a ascendência racialmente estigmatizada de alguém só se esperaria de adversário, inimigo, pessoa intrigante, desleal ou incubida de missão policial ou semelhante. De amigos ou de pessoas polidas, era de se esperar que se conduzissem segundo o provérbio: em casa de enforcado não se fala em corda.

Tal ética ficou tão enraizada na cultura brasileira e tende a penetrar tão profundamente no espírito das pessoas que, ainda há pouco (1983), em São Paulo, como já foi mencionado, militantes do movimento negro universitário lamentavam a resistência que encontravam por parte de estudantes da Universidade de São Paulo

e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que, não somente eram refratários ao seu esforço de proselitismo como ainda os acusavam de "dedos-duros", tomando sua atitude como delação. Este é, sem dúvida, um dos problemas mais delicados com que se defronta o movimento negro, no Brasil.

Se após séculos de permanência e miscigenação os hebreus portugueses e cristãos-novos, do ponto de vista somático, podiam passar despercebidos, tanto na Metrópole como em sua colônia americana, o oposto ocorria com o preto africano ou seu descendente, a quem a visibilidade ou conspicuidade tirava qualquer possibilidade de disfarce, a não ser no plano cultural, como ocorreu com o acobertamento de cultos africanos por elementos homólogos do catolicismo.

Se ao preto ficava, assim, vedada a possibilidade de confusão física com a camada dominante, essa possibilidade se abria para o mestiço e se tornava tão mais efetiva quanto mais este se clareava pelos sucessivos cruzamentos com membros dessa camada. Daí a permanência, até hoje, entre as camadas escuras da população brasileira, do ideal do branqueamento, significativamente associado a expressões como "limpar a raça" ou "limpar o sangue", resquícios inofensíveis dos "Estatutos" que vigiram em Portugal, por séculos, e que neste texto estão sendo resumidos.

Tudo isso parece deixar claro que o racismo brasileiro que, há algumas décadas, foi caracterizado como "de marca" em contraste com o vigente nos Estados Unidos, que seria "de origem", constitui uma derivação a adaptação deste último, através das condições históricas peculiares sob as quais se formou a sociedade brasileira, entre as quais é de se destacar a íntima proporção dos brancos de exclusiva ascendência européia, o desequilíbrio na proporção dos sexos tanto entre os colonizadores como entre os africanos, e a conveniência que os primeiros tiveram de incorporar os mestiços mais claros, facilitando-lhes a mobilidade vertical, para terem na colônia, uma réplica tão próxima quanto possível da sociedade metropolitana.

Um contraste entre o judeu propriamente dito e o negro africano (ou melhor, seu descendente), na diáspora suscitada pela escravização, está no fato de que o primeiro, autodefinindo-se pela filiação a um sistema de crenças que lhe é peculiar e que lhe sustenta o etnocentrismo, tem conseguido sobreviver por milênios como minoria e em condições adversas, em diferentes contextos socioculturais, sem se dissolver como grupo e sem perder a própria identidade e, assim, mantendo-se relativamente incólume aos efeitos deletérios e desmoralizantes (derivado de o moral, não de a moral) da estigmatização. Quanto ao negro - pensando especialmente em sua situação no Brasil - pela agregação de indivíduos de diferente procedência étnica, pela imposição da cultura do grupo racial dominante, pela

opressão e pela submissão prolongada a que esteve sujeito, viu-se destituído do próprio etnocentrismo, o que lhe resultou na máxima vulnerabilidade aos efeitos da estigmatização. Obviamente, há variações regionais, a este respeito, sendo diferente, por exemplo, a situação do negro na Bahia e em São Paulo; porém, de qualquer modo, este problema não tem recebido a merecida atenção e tende a ser um dos mais perturbadores desafios para o movimento negro nacional.

Outra questão levantada em trabalhos anteriores e que é oportuno retomar, aqui, com os novos subsídios de que se dispõe, é o da contribuição eurística para uma melhor compreensão da situação racial brasileira da comparação da sociedade nacional como um todo com a minoria negra norteamericana (Nogueira, 1985). Um dos resultados que ressaltam de tal comparação, é a confirmação do caráter cultural da identificação racial, com o reconhecimento da heterogeneidade fenotípica de ambos os contingentes demográficos e do fato de que, enquanto na sociedade brasileira há uma proporção indefinida e ominipresente de brancos sociais ou seja de indivíduos socialmente brancos ainda que com reconhecida ascendência africana e, não raro, com marcas de tal ascendência, visíveis, porém, culturalmente negligenciáveis; na minoria negra dos Estados Unidos, encontram-se indivíduos fenotipicamente brancos, porém, que são socialmente negros e que a si mesmos foram levados, pela socialização, a assim se conceberem.

Outro resultado de tal comparação está em tornar mais compreensível o caráter subreptício do racismo brasileiro que subsiste, em grande parte, graças à cumplicidade inconsciente, inadvertida e indefesa das próprias vítimas, como um racismo subjetivo e passivo como o constatado pelo sociólogo negro E. Franklin Frazier entre seus companheiros de categoria racial, nos Estados Unidos, racismo que consiste em ver o mundo e a si mesmo com os olhos do branco, a começar por sua visão estética, e que o grupo discriminado reluta em admitir (Frazier, 1949, 1957a e 1957b).

Há anos, o autor das presentes reflexões comentou que o racismo brasileiro tendia a cair abaixo do limiar de percepção de quem foi socializado sob a influência do racismo norteamericano. Reconhecendo-se que o racismo brasileiro é uma derivação e, sob certos aspectos, um abrandamento do racismo do tipo norteamericano - o "de origem" - torna-se mais compreensível que seja sincera, na maior parte dos casos, a negação de racismo por parte dos brasileiros: o racismo "de marca" tende a ficar ofuscado, menos visível, quando comparado com o outro, embora esteja longe de ser inócuo.

Finalmente, para encerrar o presente tópico, arrisque-se dizer que, provavelmente, nenhum segmento da sociedade brasileira

será mais preconceituoso em relação aos negros que seus descendentes suficientemente clareados, por sucessivos casamentos dos ancestrais com parceiros mais claros, para se verem incorporados ao contingente dos brancos. O autor da presente exposição comentou, em trabalho anterior, que, sempre que tem conhecido descendentes de negros de projeção do passado - políticos, profissionais liberais, intelectuais - tem constatado que, na terceira ou quarta geração, todos são brancos.

Num caso específico, foi feito um levantamento sistemático da descendência de um médico negro, baiano, que veio para a Província de São Paulo no decênio de 1870 e aqui exerceu a profissão e atividades políticas por meio século - de sua chegada até o falecimento, em 1933. Antes da abolição da escravidão e da proclamação da República, foi vereador e presidente da Câmara, num município da região do Paraíba; e, no regime republicano, foi deputado estadual e federal e o golpe de 1930 o encontrou no Senado Estadual. Da primeira mulher, branca, deixou uma filha; e da segunda, também branca dois filhos. A descendência mais jovem está, atualmente, na coorte dos netos e bisnetos. Depois dele, nenhum outro cônjuge de cor ingressou na família, nela já tendo ingressado um italiano, um filho de italianos, um filho de libaneses e um descendente de judeus europeus. Os descendentes mais jovens são todos brancos.

Brancos assim, que têm consciência de sua ascendência afro relativamente próxima e que até se orgulham do ancestral que se mobilizou ou projetou, apesar de tal condição, parecem temerosos de um retrocesso e não admitem nem por hipótese a idéia de novo casamento, na família, com pessoa com marcas equiparáveis.

Há cerca de cinco anos, o autor foi convidado para o casamento de um jovem de família amiga, pai branco de família tradicional e mãe descendente de italianos; a noiva, morena, filha de pai mulato e mãe branca. O casamento se realizou em três semanas sucessivas: primeiro, o civil; em seguida, o da umbanda, num terreiro onde uma tia da noiva era mãe de santo; e, finalmente, na Igreja católica, o noivo comparecendo de branco, com o mesmo traje que adquirira como apropriado para a cerimônia da umbanda. O autor ficou tão encantado com o caráter ecumênico desse casamento quanto ficaria pasmo, mais tarde, ao saber, por membros da família do noivo, que o sogro, com toda a sua aparência de mulato escuro, vinha manifestando, sistematicamente, aversão pelos negros!

Outro exemplo é o de uma senhora, com leves traços de origem africana que, na juventude foi, excepcionalmente bonita e que, na velhice, se conserva charmosa, além de ter instrução acima da média e um raro conhecimento de literatura. Casada com um

bem sucedido advogado, branco, de família tradicional, morando em luxuosa mansão, numa das áreas residenciais “nobres” da cidade de São Paulo, concentrando num cão de estimação o carinho que destinaria aos filhos que não teve, ela lembra com orgulho sua descendência de Domingos Jorge Velho, o exterminador de Palmares, e revela pavor de homens pretos, aos quais sempre se refere como “negrões”. Há uns cinco anos, surpreendendo o jardineiro da casa a dar de beber, com o esguicho de regar as plantas, a um preto que passava, disse que olhou para aquele “negrão” tendo entre os dedos o pequeno revolver que sempre leva num bolso ou na carteira e que tinha certeza de que “ele entendeu a dureza de seu olhar...”

O autor destas linhas tem empregado a expressão “novos ricos da cor” para se referir a estes recém-chegados à categoria dos brancos. A cor foi de tal modo reificada, na cultura brasileira, que a branquitude foi elevada à categoria de bem supremo e a cor preta, rebaixada à condição de defeito físico, quase de aleijão. Não foi à toa que europeus que estiveram no Brasil, no século XIX, como Couty, Gobineau e outros, distinguiram os “brancos da terra” dos demais. . .

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da presente exposição é levar o leitor a refletir sobre o liame entre as normas discriminatórias, reais e eclesiásticas, baseadas na suposta distinção de sangue entre os cristãos tradicionais, os hebreus, mouros e outras etnias (o Estatuto ou Estatutos da Pureza ou Limpeza de Sangue), vigentes em Portugal do século XVI ao XVIII e certas peculiaridades do racismo brasileiro, especialmente sua condição de cripto-racismo, com a ética da discrição que o encobre e o torne eminentemente sub-retício.

A exposição procurou evidenciar a congruência entre a necessidade de discrição suscitada pelas referidas normas a quantos eram passíveis de sofrer as respectivas sanções, durante sua vigência, e a ética de relações raciais ainda hoje em vigor, no Brasil, centrada na mesma imposição de discrição que, sob a aparência de respeito ou proteção à sensibilidade dos discriminados, contribui de um modo sutil para a preservação do “status quo” racial pela persuasão subliminar das próprias vítimas do preconceito e da discriminação.

Durante a vigência do Estatuto da Pureza de Sangue, a discrição (o sigilo, o disfarce) terá sido um recurso eficaz de autoproteção para os cristãos-novos e para os mestiços de brancos e negros africanos e indígenas suficientemente claros para se incorporarem à categoria racial dominante.

Os cristãos-novos estiveram presentes, no Brasil, nos primeiros séculos da colonização, como exploradores das drogas do sertão, donos de engenho, plantadores de cana (partidistas), mestres de açúcar, trabalhadores qualificados de diferentes ramos, comerciantes, médicos, advogados, sertanistas e até mesmo como membros do clero.

Embora o Tribunal do Santo Ofício nunca se tenha estabelecido no Brasil, aqui fez sentir sua atuação através dos bispos, dos superiores das ordens religiosas, dos visitadores, comissários e familiares (informantes), os suspeitos de judaísmo e outras irregularidades podendo ser presos, processados e enviados para a Metrópole para serem julgados.

Como a Coroa portuguesa não podia dispensar a colaboração dos hebreus na conquista do território, na articulação econômica da colônia americana com a África e a Europa e na competição com as potências rivais, houve certa tolerância para com os mesmos, o que, conjugado com as peculiaridades geográficas - a extensão, a diversificação regional e facilidade de locomoção pelo litoral e pela rede fluvial - resultou numa liberdade de fato mais ampla que a concedida na Metrópole e alhures. Entretanto, a possibilidade da suspeita, intriga, acusação e perseguição, pairava sempre sobre os cristãos-novos, mesmo quando membros do clero.

Os fiéis podiam não aceitar ou não reconhecer validade do batismo feito por um sacerdote, desde que se levantasse a suspeita de se tratar de um cristão-novo judaizante, o que, em certos casos, levava ao rebatismo por um sacerdote limpo de suspeita. . . Uma mulher podia ser acusada de esconder a hóstia, na hora da comunhão e, assim, tornar-se suspeita de judaizante (Salvador, 1969, 33, 42 e 49). Em fins do século XVII (1694), um rico comerciante do Rio de Janeiro foi acusado por uma mulher de sómente haver convidado cristãos-novos para a festa nupcial da filha, o que levou à prisão e à abertura de processo contra os membros da família e os convidados (Salvador, 1976,11).

Por ocasião da guerra entre os Pires e os Camargo, na Capitania Vicentina, os Taques, da facção dos primeiros, foram acusados de crstãos-novos, suspeita que, segundo o historiador José Gonçalves Salvador, perdurou por mais de cem anos. Tal suspeita há de ter contribuído para que um membro do grupo de parentesco tenha escrito, no século XVIII, uma genealogia em que ressalta a pureza ou nobreza de sua ascendência européia, a que associa uma remota e diluída contribuição indígena, através de Bartira, esposa de João Ramalho, a simbolizar seu enraizamento na Colônia.

Sobre os problemas que a suspeita de sangue "infecto" causou aos Taques, diz o historiador: "Chamaremos a atenção por um momento para o ocorrido no seio da progênie de Pedro Taques. Nela infiltrou-se o sangue hebreu por mais de uma vez, o que levaria o genealogista da **Nobliarquia Paulistana** (Leme, 1954) a ocultar este fato, sobretudo em face do século em que escreveu a obra. O veículo da infiltração achava-se pelo menos em descendentes do cap. Pedro Vaz de Barros. Destacamos, assim, os nomes de Lourenço Castanho de Almeida Taques, que se habilitou de gênero, mas faleceu antes de ordenar-se, e o do dr. Pedro Taques de Almeida, filho do casal Francisco Mateus Rondon e d. Maria Araújo, que obteve diversos cursos na Universidade de Coimbra. Pretendia ir mais alto, mas, conforme diz o genealogista P. Taques, 'foi entretanto injustamente preterido'".

Prossegue o historiador: "E por que preterido"? É o que ele se escusa a declarar. A explicação encontramos-la, todavia, no processo de leitura de Bacharel, arquivado na Torrê do Tombo, e concernente ao referido licenciado. Abrange 73 folhas escritas. Nele foram ouvidas nada menos do que nove testemunhas de São Paulo, e cujos depoimentos parecem orientados de antemão, porque todas declararam que o avô do habilitando padeceu fama ou rumor de judeu, mas sem fundamento, e que ela lhe fôra atribuída porque a irmã da mulher, ou seja, a cunhada, se casara com o hebreu Francisco Vaz Coelho. Acrescentaram, mais, que a infâmia já se tinha desvanecido por virtude dos muitos sacerdotes e religiosos existentes na família. Ora, tudo isso é verdade, mas não a verdade completa, porquanto as inquirições desprezaram totalmente o lado onde se encontrava o ponto vulnerável, ou seja, o que se ligava aos Vaz de Barros, que era a causa do impedimento. Uma das testemunhas foi o Pe. Estanislau de Campos, antigo noivo de uma neta de cap. Pedro Vaz de Barros, com a qual não chegou a se consorciar porque ela faleceu, mas um irmão, Manuel de Campos, casou-se com outra. O Pe. Estanislau de Campos só declarou a meia-verdade. O processo contém informações preciosas. Uma coisa, todavia, não conseguiu o interessado: evitar a mácula de sangue hebreu. Já avançado em idade, o dr. Taques tornou-se frade beneditino com o nome de fr. Pedro da Conceição. De igual parentela e linhagem fazem parte o rev. Inácio de Almeida Lara e o cônego Antônio de Toledo Lara: aquele, filho de cap. Diogo de Lara e neto de Eufêmia da Costa Mota, e este, terno do antigo capitão-mor Pedro Vaz de Barros" (Salvador, 1969, 46-47).

Em outra obra, o mesmo historiador volta aos problemas de gênero dos Taques: "Poucas famílias no velho São Paulo padece-ram mais insistentemente a pecha depreciativa quanto a dos Taques. Atravessou o século XVII e perdurou no século XVIII. De modo que andaram os descendentes às voltas com a provanças de gênero por mais uma vez...." (Salvador, 1976, 33).

Outro membro do grupo de parentesco dos Taques, primo e contemporâneo de Pedro Taques, frei Gaspar da Madre de Deus, em suas **MEMÓRIAS DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE**, tal como o parente, insiste em afirmar a pureza e nobreza do sangue dos povoadores trazidos pelo primeiro donatário, Martim Afonso de Sousa, aos quais outros se acresceram com o correr do tempo, conservando-se essa nobreza "pura, conhecida e respeitada" (Madre de Deus, 1920).

Um terceiro membro da parentela dedicou-se a levantar-lhe a genealogia (Leme, 1905).

Entre famílias de São Paulo que se viram às voltas com o problema da comprovação de gênero, é de se salientar a dos Gomes da Costa, cuja fama de cristãos-novos perdurou tanto quanto a dos Taques e com semelhantes embaraços: "Perdurou até bem tarde a fama de linhagem cristã-nova dos Gomes da Costa, ou, se quisermos, dos Mota. Permanecia ainda na terceira década do século XVIII, conforme se depreende dos autos de habilitação de gênero do pe. Angelo de Siqueira, efetuados de 1726 a 1731, e no processo do hebreu judaizante Miguel de Mendonça Valadolid, preso pela Inquisição em 1729. Isso vem denotar que os Mota, no decorrer de todo o tempo, conservaram-se mais ou menos invulneráveis à infiltração na família de elementos da seiva cristã-velha. O entrecruzamento seria com os da etnia sefardita, via de regra." (Salvador, 1969, 40).

Após se referir a vários processos de indivíduos que procuravam habilitar-se ao sacerdócio, em princípios do século XVIII, sendo, por isso, obrigados à comprovação de gênero, inclusive ao de Antonio de Godoi Moreira que, em 1707, depois de quatro anos de espera, foi considerado inábil, apesar de ter irmãos ordenados, observa o historiador: "Diante dessas evidências saltam aos olhos, de um lado as transgressões às leis da Igreja, e do outro, o **esforço para enobrir a etnia**" (Salvador, 1969, 43, grifo desta citação)

Enfim exemplos ocorridos do século XVI ao XVIII, poderiam ser facilmente aduzidos para confirmar a necessidade que tinham os hebreus e seus descendentes de se protegerem pela discrição e pelo mimetismo social.

Como os cristãos-novos, em geral, se situavam nas camadas superior e média da população da Colônia e como, segundo Gramsci, a ideologia da camada dominante tende a se difundir por todo o corpo social, de modo a minimizar a necessidade do recurso à coerção física na dominação, torna-se plausível que a experiência dos cristãos-novos tenha marcado a categoria racial hegemônica, no Brasil, contribuindo, assim, para formação do **ethos** nacional.

No referente aos mestiços de brancos com indígenas e africanos, suficientemente claros para serem incorporados à categoria racial dominante, são escassas as informações históricas explícitas, o que constitui um problema de investigação que se espera venha a merecer mais atenção dos historiadores.

Sabe-se da preferência dos senhores pelos escravos crioulos em contraste com os africanos e pelos crioulos mais claros em contraste com os escravos e forros mais escuros. Conhece-se, também, o pasmo que causavam os escravos com a fenotípia da categoria racial dominante.

Já virou lugar comum a observação de Antonil, de princípios do século XVIII, segundo a qual o Brasil era um paraíso para os mulatos, inferno para os pretos e purgatório para os brancos (Antonil, 1982).

Nos primeiros séculos da colonização, segundo José Gonçalves Salvador, mestiços de cristãos-novos com mulheres indígenas e negras foram incorporados aos grupos de parentesco paternos e encaminhados para profissões respeitáveis - membros do clero, advogados, comerciantes.

Em relação ao século XIX, Manuela Carneiro da Cunha lembra que os viajantes e cônsules ingleses, no Brasil, "Faziam separações e assimilações extravagantes para os brasileiros", quando estimavam a população do país segundo as categorias de cor, provavelmente considerando pardos a maioria dos brancos da terra, distinguindo brancos nativos de brancos estrangeiros e englobando, numa mesma categoria, pretos e pardos livres, quando, aqui, pretos livres e pardos livres eram sistematicamente diferenciados (Carneiro da Cunha, 1985, 19).

Ainda nas primeiras décadas do século XIX, um aumento inusitado na proporção de brancos, em cerca de três lustros, em Itapetininga, no sul da Província de São Paulo, foi explicado, por Saint-Hilaire, como resultando não tanto da maior afluência de indivíduos dessa categoria quanto da incorporação à mesma de parte dos pardos ou mestiços por "uma geração menos exigente. . ." (Saint-Hilaire, 1940)

Kátia de Queiroz Mattoso cita pelo menos um caso, da Bahia, de indivíduo que teve o acesso a determinada posição negado por "impureza de sangue"; porém, como se tratava de indivíduo abastado, acabou conseguindo contornar a situação. Não havendo indicação da origem do "sangue impuro" do interessado nem qualquer acusação de cunho religioso ao mesmo, a historiadora levanta a hipótese de que se tratasse de ascendência africana (Mattoso, 1988).

Outra historiadora, Maria Luiza Marcilio, encontrou em Ubatuba, em estudo referente às últimas décadas do século XVIII e

primeiras do XIX, casos de indivíduos que, enquanto mais jovens e mais pobres, foram identificados, nos mapas de população, como pardos e mais tarde, mais idosos e prósperos, passaram a ser definidos como brancos (Marcílio, 1980).

Escrevendo à sua irmã Carolina, religiosa beneditina, em 1869, o Conde de Gobineau, embaixador da França no Brasil, que usufruía da amizade do imperador e convivia com as personalidades mais ilustres do Rio de Janeiro, observou que “à exceção da família imperial, todos aqui são mais ou menos mulatos...” (Raeder, 1976, 65).

Por sua vez, tratando da ascensão social dos mestiços, no Brasil, o sociólogo Donald Pierson ressalta a importância da mobilidade espacial e da fronteira econômica móvel por proporcionarem aos claros oportunidade de se livrarem do estigma da ascendência escrava: “Mestiços claros, de origem escrava, conseguiam muitas vezes, em áreas distantes do lugar de seu nascimento, passar por descendentes de pessoas livres. Puderam, assim, livrar-se facilmente do estigma social da origem escrava. Uma das funções das bandeiras e monções foi auxiliar indivíduos ambiciosos, aos quais a migração bem como a liberdade características de uma região apenas em vias de ser povoada, pareciam oferecer meios rápidos e seguros de ascensão social. Muitos mestiços buscaram novas residências, tornando-se criadores, pequenos fazendeiros, etc. Às vezes eram escravo fugidos, nas cidades se tornavam pedreiros, sapateiros, vendedores ambulantes, funileiros, soldados, atores, chegando mesmo, por vezes até à pequena burguesia” (Pierson, 1971, 215-6).

Reitere-se a necessidade de mais informação histórica sobre as experiências dos mestiços mais claros ao tempo do escravismo.

A observação de Gobineau e de outros europeus sobre a generalidade de traços de ascendência africana na população, no século XIX, é confirmada pelos versos de Luiz Gama intitulados “Quem sou eu?” e que se tornaram mais conhecidos como sátira da “Bodarrada”, em que o poeta aponta esses traços no alto clero, na elite política e social e nos profissionais e intelectuais, pelo país afora:

.....

Hão de chamar-me tarelo,
Bode, negro, Mongibelo;
Porém eu, que não me abalo,
Vou tangendo o meu badalo
Com repique impertinente,
Pondo a trote muita gente.
Se negro sou, ou sou bode,

Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muito vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baíos, pampas e malhados,
Bodes negros, **bodes brancos**,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes...
Aqui, nesta boa terra,
Marram todos, tudo berra;
Nobres Condes e Duquesas,
Ricas Damas e Marquesas,
Deputados, senadores,
Gentís-homens, vereadores;
Belas Damas emproadas,
Da nobreza empantufadas;
Repimpados principotes
Orgulhosos fidalgotes,
Frades, Bispos, Cardeais,
Fanfarrões imperiais,
Gentes pobres, nobres gentes

.....

Em todos há **meus parentes**.
Entre a brava **militança**
Fulge e brilha alta **bodança**;
Guardas, Cabos, Furriéis,
Brigadeiros, Coronéis,
Destemidos Marechais,
Rutilantes Generais,
Capitães de mar e guerra,
- Tudo marra, tudo berra -

.....

Nos lundús e nas modinhas
São cantadas as bodinhas:
Pois se todos têm **rabicho**,
Para que tanto capricho?
Haja paz, haja alegria,
Folgue e brinque a bodaria;
Cesse, pois, a matinada,
Porque tudo é **bodarrada!**"

(Grifos na fonte, Gama, 1944)

- HASENBALG, Carlos e VALLE SILVA, Nelson do, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, Rio de Janeiro: co-edição Instituto Universitário de Pesquisas e Vértice, 1988, capítulo 4, de Hasenbalg, "Desigualdades raciais no Brasil", 115-143.
- LEME, Luís Gonzaga da Silva, **Genealogia Paulistana**, São Paulo: Duprat, 1905, 9 vols.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais, **Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica**, São Paulo: Martins, 1954 3 vols.
- Madre de Deus, Frei Gaspar da, **Memórias da Capitania de São Vicente, Hoje Chamada de São Paulo**, São Paulo: Editora Weisz-flog Irmãos, 1920
- MARCÍLIO, Maria Luiza, Caiçara: **Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**, São Paulo: Paulinas e CEDHAL, 1986.
- MATTOSO, Kátia de Queiróz, **Ser Escravo no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1988.
- NOGUEIRA, Oracy, "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem", XXX Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, em 1954, **Anais**, 1955; reproduzido em **Tanto Preto quanto Branco**, São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- OLIVEIRA, Lúcia E. F. e outros, **O Lugar do Negro na Força de Trabalho**, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985.
- OMEGNA, Nelson, **Diabolização dos Judeus: Martírio e Presença dos Sefardins no Brasil Colonial**, Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1969.
- PIERSON, Donald, **Branços e Pretos na Bahia**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1971.
- RAEDERS, Georges, **O Conde de Gobineau no Brasil**, São Paulo Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- RAMOS, Alberto Guerreiro, ver especialmente o capítulo "Patologia social do 'Branco' Brasileiro", **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957, 171-192.

6 - BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João, **Cultura e Opulência do Brasil**, São Paulo: EDUSP e Itatiaia, 1982.

AZEVEDO, Dermi, "Bispos negros querem criar rito católico afro-brasileiro", **Folha de São Paulo**, 23/4/1989.

BARBOSA, Neusa, "Na universidade, negros não assumem a discriminação racial", **Folha de São Paulo**, 6/11/1983.

BARROS, Luiza, "O negro na força de trabalho: Bahia, 1950-1980", **Humanidades**, Universidade de Brasília, ano V, 1988, 14-20.

BERQUÓ, Elza, "Demografia da desigualdade", **Novos Estudos CEBRAP**, 21, julho de 1988, 74-84.

CARNEIRO, M. Luiza Tucci, **Preconceito Racial, Portugal e Brasil-Colônia**, São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da, **Negros, Estrangeiros, Os Escravos Libertos e sua Volta à África**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRAZIER, E. Franklin, **The Negro in United States**, New York: The MacMillan Company, 1949, especialmente o tópico "Family life among the various classes", 328-333.

....., **Blak Bourgeoisie, The Rise of a New Middle-Class in the United States**, Glencoe: The Free Press and the Falcon's Wing Press, 1957, especialmente o capítulo X, "Behind the masks", 213-232.

....., **Race and Culture Contacts in the Modern World**, New York: Alfred A. Knopf, 1957, especialmente o tópico "Culture conflict and the marginal man", 311-315.

FRI, Peter, entrevista, **Ciência-Hoje**, vol. 8, nº 46, setembro de 1988, 68-72.

GAMA, Luiz (Gonzaga Pinto da, pseudônimo **Getulino**), **Trovas Burlescas e Escritos em Prosa**, texto organizado por Fernando Góes, São Paulo: edições Cultura, 1944.

HASENBALG, Carlos A, **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**, São Paulo: Martins, 1940.

SALVADOR, José Gonçalves, **Cristãos-Novos, Jesuitas e Inquisição**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Pioneira, 1969.

....., **Os Cristãos-Novos, Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro (1530-1680)**, São Paulo: EDUSP e Pioneira, 1976.

....., **Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional**, São Paulo: Instituto Nacional do Livro e Pioneira, 1978.

....., **Os Magnatas do Tráfico Negroiro**, São Paulo: EDUSP e Pioneira, 1981.

SILVA, Nelson do Valle e HASENBALG, Carlos, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, Rio de Janeiro: co-edição Instituto Universitário de Pesquisas e Vértice, 1988, capítulo 5, de Valle Silva, "Cor e o processo de realização sócio-econômica", 144-163.

VALENTE, Ana Lúcia E. F., **Ser Negro no Brasil Hoje**, São Paulo: Editora Moderna, 1987.

DISCURSOS DE RECEPÇÃO E POSSE

NOSSA HERANÇA GEOGRÁFICA

Posse no Instituto Histórico e Geográfico do
Espírito Santo, em 10/09/86

Ricardo Brunow Costa

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este dia, certamente, tornar-se-á um marco referencial de grande importância para minha existência. Hoje, venho, com muito prazer e muita honra, à presença de tão ilustres membros da Diretoria e dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, presidido pelo digno e honrado professor Alberto Stange Júnior, para tomar posse como sócio desta notável entidade cultural capixaba, que, aliás, é a mais antiga do nosso Estado, cujo objetivo precípua é estudar a História e a Geografia do nosso país e particularmente da nossa terra espírito-santense.

Minha posse coincide, aliás, com o ano de comemoração do septuagésimo aniversário de fundação desta notável entidade, fundada que foi em 12 de junho de 1916, pelo ilustre Dr. Carlos Xavier Paes Barreto.

Enumerar os sócios que por esta Casa passaram e os que nela dispensaram e ainda hoje prestam a sua colaboração prestimosa, seria, certamente, enfadonho e desnecessário. A lista seria grande. Entretanto, com a devida vênia de todos, sinto-me inclinado em expressar os nomes de alguns sócios que me são particularmente caros e que me propiciam recordações inesquecíveis do meu tempo de estudante do segundo grau, nesta cidade. Entre esses sócios figuram educadores na verdadeira acepção da palavra, como os professores Nelson Abel de Almeida, Guilherme Santos Neves, Renato Costa Pacheco e Mário Bonzano.

Na juventude, fase da vida em que mais do que nunca o ser humano necessita firmar os seus valores como membro integrante da sociedade a que pertence e traçar os seus próprios caminhos para o futuro, cabe ao professor atuar não só como mero transmissor de conhecimentos específicos de sua especialidade, tanto

no campo social ou no cultural, no das ciências biológicas, físicas ou matemáticas, mas, muito mais do que isso deve o professor procurar formar, de acordo com suas possibilidades, as mentes ainda em desenvolvimento dos jovens que deverão, no futuro, guiar os destinos de uma comunidade pequena, de um Estado ou de um país, ou que de alguma forma, terão uma parcela de responsabilidade sobre os ombros na cada vez mais complexa engrenagem social.

É nesse sentido que a Escola, com o professor-educador, tem, junto com a Família e a Igreja, uma importante parcela de contribuição ao oferecer no aprimoramento intelectual, moral e humanístico da juventude do mundo do amanhã, mundo este afinal tão marcado pelo egoísmo e pelo desamor que geram tantos problemas e dificuldades como a fome, a ignorância e a miséria que atingem a maior parte da população dos países subdesenvolvidos. Ao Professor cabe, portanto, não somente transmitir conhecimentos mas, também, e principalmente, ajudar nessa nobre missão transcendental de modelar e formar a massa representada pelos jovens, tarefa assaz difícil e trabalhosa, porém necessária, mormente se levarmos em consideração o caso do Brasil, onde a população jovem ocupa elevada porcentagem na composição da nossa pirâmide de idades.

É tão-somente como educador que o professor atinge a plenitude de seu objetivo maior - a formação intelectual e moral do Homem - com todo o leque de conseqüências salutares e benéficas para o jovem e para a sociedade como um todo.

Pois bem, senhores, esses quatro professores a que me reporteí há pouco, são, no significado mais correto da palavra, educadores. Esses quatro professores encarnam verdadeiramente os aspectos mais positivos e, porque não dizer, sublimes dessa "arte" do educar. Esses professores possuem as qualidades indispensáveis para o bom desempenho da tarefa árdua e difícil do professor-educador que são entre outras: o saber, a responsabilidade, o carinho a competência, a dignidade, a compreensão, a boa conduta.

Tenho certeza de que tantos quantos tiveram a oportunidade de tê-los como professor, seguramente concordarão comigo em que, suas presenças nas salas de aula foram marcantes e inesquecíveis nas nossas vidas pela existência afora e que algo ficou dos seus ensinamentos e sobretudo de seus exemplos nas nossas mentes outrora juvenis.

Um desses professores referidos influenciou-me no gosto pela Geografia desde a época em que eu cursava o ginásio. Trata-se do professor e educador Mário Bonzano, a quem presto a minha sincera homenagem. Assim, se hoje estou aqui neste momento de

contentamento e profunda alegria na companhia dos senhores com a finalidade de tornar-me sócio desta nobre Casa de Cultura, devo, certamente essa alegria em grande parte ao prezado mestre Mário Bonzano, que no meu curso ginásial soube transmitir tão bem os seus ensinamentos de Geografia e História. Com o passar dos anos, cada vez mais fui me identificando com a ciência geográfica e acabei por buscar a Universidade para concretizar o meu sonho de jovem.

Na cidade do Rio de Janeiro tive oportunidade de conhecer luminares da Geografia brasileira da época, geógrafos e professores de nomeada que receberam influência preponderante da geografia francesa, representada por Monbeig, Gourou, Ruellan, Rochefort, Birot, Tricart e tantos outros. A Geografia Brasileira teve, aliás, tanta influência francesa que a própria estruturação e fundação dos cursos universitários de geografia existentes nas antigas Faculdades de Filosofia, tiveram assessoramento de eminentes figuras da geografia daquele país, naquela época.

Hoje, com a formação de um maior contingente de professores universitários, pesquisadores e geógrafos; com a facilidade de comunicação existente; com a aproximação, ou pelo menos, a maior troca de experiências e conhecimentos entre os países, tornou-se possível o contato entre os geógrafos brasileiros com os seus colegas de outras nacionalidades.

Se me permitem os senhores discorrer um pouco mais sobre esse assunto, gostaria de enfatizar que a Geografia é uma ciência "sui generis". Embora para muitas pessoas não afeiçoadas a ela — o que não é o caso, evidentemente desta seleta assistência — a Geografia não lhes pareça mais do que um emaranhado de nomes de cidades e países e números sobre a área, população, produção que devem ser memorizados, na verdade ela é hoje, depois de quase um século e meio de existência com seus princípios estabelecidos, uma ciência complexa, vez que possui métodos e técnicas que lhe são próprios. Assim, ela descreve o fenômeno que estuda; delimita a área de ocorrência do fenômeno estudado; compara o fenômeno observado com outros análogos encontrados em outras áreas; explica o fenômeno, procurando determinar as suas causas. Os fatos observados pela Geografia pertencem tanto às Ciências Físicas como às Biológicas e às Ciências Humanas, todos eles inter-relacionando-se e influenciando-se ao mesmo tempo, dentro do campo de estudo desta, a biosfera.

Para cumprir essa enorme tarefa, a Geografia — como, aliás, ocorre com as ciências modernas, exceto as exatas — precisa da ajuda de um número apreciável das chamadas Disciplinas

Auxiliares, pertencentes que são aos campos de estudo das ciências físicas, biológicas e sociais. Daí, porque, a Geografia para desenvolver-se dependeu e depende do desenvolvimento das suas disciplinas auxiliares.

Deve-se acrescentar a isso que a Geografia, “*lato sensu*”, é uma ciência do Homem, e, portanto, tem nele o centro de suas preocupações. Sua originalidade, se assim podemos dizer reside no fato de que ela é a única entre todas as ciências do Homem cujo escopo é estudar uma gama assaz variada de inter-relações dele (Homem), com o seu meio ambiente e do que decorre desse inter-relacionamento, incluindo aí, a própria ação do Homem sobre o meio. Do entendimento dessa ação e desse inter-relacionamento surgiu, na geografia francesa, há décadas, a noção de paisagem física e paisagem cultural, e, conseqüentemente, veio à luz a noção de como o homem se organiza no espaço físico que cobre a superfície do nosso planeta.

A Geografia assume o seu mais alto grau de síntese na chamada Geografia Regional. Nela tem-se o quadro geral completo da realidade regional em termos geográficos, naturalmente. Entretanto, é evidente que pode-se estudar ou como se costuma dizer, pode-se “fazer Geografia”, considerando-se, apenas, os aspectos físicos ou naturais que pertencem às divisões da chamada Geografia Física; como pode-se estudar as inter-relações dos aspectos biológicos, assunto da Biogeografia; ou dos feitos terrestres resultantes das atividades do Homem, estudados pela Geografia Humana; e assim por diante.

Assim sendo, minhas senhoras e meus senhores, conforme o que dissemos linhas atrás, a Geografia não é e não pode ser entendida como um catálogo contendo um rol de nomes de lugares; ou de uma profusão de nomes de serras e de rios; ou com descrições de viagens ou reportagens jornalísticas sobre aspectos geográficos. Também ela não corresponde, como muitas vezes ouve-se dizer, ao cenário de uma peça teatral, onde o desenrolar dessa peça seria do domínio de estudo da História. Esse conceito errôneo teria algum cabimento se a Geografia abarcasse somente os conhecimentos do meio físico e biológico.

Outra idéia falsa que deve ser combatida é a de que os geógrafos são por natureza deterministas. Desde o início do desabrochar das idéias do Possibilismo Geográfico, devidas a Paul Vidal de La Blache, eminente mestre da Geografia Francesa, o determinismo geográfico foi contido em suas errôneas pretensões. Sabe-se hoje

que os fatores físicos e biológicos pesam muito no que vem a ser a cultura de um povo ou no seu gênero de vida, porém, o Homem, com os seus recursos técnicos e científicos, com a sua inteligência, enfim, tem sempre a possibilidade de enfrentar e contornar esses fatores naturais, para, no final, vencê-los, aproveitá-los ou transformá-los. Tanto isso é verdade que, geograficamente falando, podemos constatar em regiões semelhantes a presença de populações com características gerais bem distintas, inclusive quanto aos aspectos sócio-econômicos e políticos, comprovação de que o meio físico e biológico não determinam de maneira cabal e concreta, mas, apenas, sugerem a tendência do tipo de vida humana que deve existir numa região. Afinal, o homem tem o livre arbítrio. As sociedades evoluem, não ficam estagnadas no tempo, modificam-se graças a vários fatores que não somente os físicos e biológicos, mas estão também, e principalmente, vinculados ao seu regime social, político e econômico.

A Serra do Mar, por exemplo, foi um obstáculo quase intransponível à época do descobrimento do Brasil, com o seu relevo abrupto e imponente, coberta pela exuberante vegetação tropical, hoje praticamente extinta; por seus animais ferozes e pela presença indígena. Nos dias de hoje, porém, apesar de ser uma barreira natural não é mais intransponível. O Homem enfim, dominou-a, embora destruindo impiedosamente a sua vegetação e seu solo agrícola, graças à sua falta de visão, com o emprego da má utilização dos recursos naturais.

E o que dizer da transformação que o Homem faz do meio ambiente natural quando implanta agricultura no deserto, exemplo típico de Israel? Ou quando, infelizmente transforma uma floresta em deserto, como vem fazendo assustadoramente, por todos os quadrantes do globo, inclusive na nossa floresta amazônica?

Portanto, meus senhores, o Homem com a sua inteligência, aplicando a ciência e a técnica e seguindo a trilha das boas normas econômicas, políticas e sociais tem a capacidade de recriar o seu meio, transformar a paisagem natural, humanizando-a, aproveitando-a para o uso e proveito justo das populações, conforme os ditames de uma política sadia a humana. Ou, ao contrário, perseguindo interesses escusos esse mesmo Homem provoca a destruição e o aniquilamento do meio ambiente em que vive, fato que vem ocorrendo em muitas áreas e regiões do Globo, incluindo, principalmente, o Brasil.

Pois bem, minhas senhores e meus senhores, para chegar a esse estágio de conceituação a Geografia de hoje passou por muitas etapas de desenvolvimento e transformações. Assim, os conhecimentos geográficos — e não Geografia, propriamente dita — tiveram seus primeiros registros escritos de forma sistemática na Grécia antiga. Esses conhecimentos geográficos foram objeto de

atenção por parte de navegadores, comerciantes, militares, historiadores e filósofos. Heródoto, pai da História, está entre os grandes nomes conhecidos da antiguidade, como sendo dos primeiros a referir-se sobre aspectos geográficos. Em Eratóstenes, Platão, Aristóteles, Anaximandro, Ptolomeu e tantos outros, encontramos referências a assuntos geográficos.

Os romanos ampliaram a herança geográfica recebida dos gregos com descrições de áreas e regiões que eram submetidas ao seu império avassalador.

Na idade Média os árabes, que herdaram muito da cultura e dos conhecimentos geográficos gregos, ampliaram-nos e dispersaram-nos.

Na fase dos grandes descobrimentos marítimos, com o conhecimento perfeito das viagens pelo alto-mar, as descrições dos povos relativamente aos seus costumes e das novas terras descobertas, houve uma grande expansão dos conhecimentos geográficos, acompanhados de um intenso progresso na área cartográfica. Foi a época áurea dos grandes navegadores como Vasco da Gama, Colombo e tantos outros.

No século XVIII, Immanuel Kant, que ensinou Geografia Física na Universidade de Königsberg, de 1756 a 1796, colocou a Geografia da época dentro do campo das ciências naturais, afirmando que ela era descrição dos fenômenos que se verificam no espaço. Portanto, coube a Kant a colocação da Geografia no rol das ciências de sua época. Hoje, sabe-se, a Geografia ainda não constituía naquela época, na verdade, uma ciência.

Entretanto, as grandes figuras da Geografia Moderna, aqueles que deram os primeiros passos para o estabelecimento da Geografia como ciência, foram, inegavelmente, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter. O primeiro escreveu muitas obras entre as quais destaca-se "COSMOS", publicada em 1845, uma enciclopédia de dados geográficos, além do Atlas Geográfico e Físico do Novo Continente (1814 a 1819). Foi Humboldt quem afinal forneceu o primeiro monumento de autonomia para a Geografia.

Quanto a Karl Ritter sabe-se que foi o primeiro professor de Geografia na Universidade de Berlim, a partir de 1820, e que sua obra inicial intitula-se: "Europa, Quadros Geográficos, Históricos e Estatísticos" publicada em 1804. A formação de Ritter, baseada na História e na Filosofia, forneceu a base sistemática à Geografia da época, enquanto Humboldt, incansável viajante, observador hábil, dotado de profundos conhecimentos das ciências naturais, preocu-

pado com a conexão causal dos fenômenos observados, realizou um trabalho de síntese geográfica.

Mais adiante, em 1882, vem à luz uma obra que foi muito discutida e que trouxe grande influência ao pensamento geográfico até mesmo nas primeiras décadas do atual século. Trata-se de "Antropogeografia", de Friedrich Ratzel. Era a influência que "A Origem das Espécies", de Charles Darwin, exercia nos cientistas sociais da época. Esta obra data de 1859. Ratzel foi importante principalmente por dois motivos, um positivo e outro negativo. Positivamente porque colocou o Homem dentro do campo de estudo da Geografia, além de relacioná-lo com o meio geográfico. Negativamente, porque reduziu o Homem a um produto do meio, propiciando o surgimento do hoje, inaceitável, determinismo geográfico. Aliás, justiça seja feita, deve-se mais aos seguidores de Ratzel, no passado, as idéias radicais do determinismo, pois que ele próprio assumiu posições mais brandas com relação a esse assunto.

Coube ao eminente geógrafo Paul Vidal de La Blache — que viveu de 1845 a 1918 — fornecer a teorização do que viria a ser o contra-ataque às posições deterministas, engendrando idéias e argumentações que impediram, na França, o avanço da maré do determinismo, culminando com o que viria a ser chamado de Possibilismo Geográfico. Os novos caminhos definidos por Vidal foram escritos na sua obra "Princípios de Geografia Humana".

Dentro dessa nova visão a Geografia atingiu o auge entre as duas Grandes Guerras Mundiais e novas interpretações embutidas nessa perspectiva foram formuladas a partir da década de 60, tanto de autores europeus como de norte-americanos.

Mas, com a evolução e as transformações sociais dos dias de hoje são muito dinâmicos e como o mundo moderno, hoje, mais do que nunca, vem sofrendo inúmeras crises em todos os setores, também essas transformações e crises estão afetando o pensamento geográfico mundial. A Geografia chamada tradicional é atacada por críticas severas de alguns autores tanto no Brasil como no exterior; assiste-se, enfim, à sua modernização, acompanhando os progressos sociais.

Nessa onda de mudanças inicia-se a adoção de novos métodos de trabalho, no que se convencionou chamar de Nova Geografia, que, é bom que se frise, ainda não possui um corpo nítido e uniforme de pensamento, como ocorreu com a Geografia Tradicional. Estamos nos dias atuais mergulhados na chamada Revolução Quantitativa, ou seja, começa-se a empregar os métodos estatísticos e matemáticos na análise dos problemas geográficos, fato que ocorreu com as ciên-

cias sociais e que, entretanto, não foi, ainda, plenamente assimilado pela comunidade de expertos da Geografia, uma vez tratar-se de evento recente na história dessa ciência. Alguns geógrafos, dentro desse novo conceito, defendem, inclusive, o novo papel que a Geografia deve ter com o progresso social. O campo está aberto para discussões.

Meus senhores e minhas senhoras, perdoem-me por minha digressão dentro do campo conceitual e histórico da Geografia, porém, acredito que dependendo dos ângulos observados, os assuntos aqui ventilados interessam não só aos geógrafos, mas, também, aos historiadores, aos sociólogos, aos economistas, aos agrônomos, aos políticos e aos planejadores, entre tantos outros. São temas enfim, de interesse geral.

Não desejando mais alongar-me, quero, antes de encerrar minhas palavras, agradecer a presença de todos que tiveram a paciência em ouvir-me, e, também, desejo aproveitar a oportunidade para agradecer, penhoradamente, aos consócios Professor Renato Pacheco e Francisco Schwarz, pela indicação que fizeram do meu nome para figurar como sócio desta prestigiosa entidade cultural de nossa terra, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Aos meus agora caros consócios deste Instituto que tiveram a benevolência em aceitar o meu nome, expresso, nesta oportunidade, os meus sinceros agradecimentos.

A todos os que aqui compareceram, o meu muito obrigado.

SAUDAÇÃO AO NOVO SÓCIO **Des. Hélio Gualberto Vasconcellos**

* Proferida pelo consócio Nilo Martins da Cunha

Por decisão da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, toca-me, neste instante, a incumbência honrosa de saudá-lo, quando se abrem suas portas para recebê-lo.

Ao fazê-lo, e em obediência ao protocolo desta casa, devo inicialmente, publicar o seu “curriculum vitae”, para que se faça constar da ata desta solenidade e para ciência de seus novos pares:

“Hélio Gualberto Vasconcellos nasceu a 19/02/1929, no município de Jerônimo Monteiro, então distrito de Alegre, filho do casal Edson Vasconcellos e Maria da Penha Vasconcellos.

Estudos primários em sua cidade natal. Iniciou o curso secundário no Ginásio Municipal de Alegre, concluindo-o no Liceu Muniz Freire, de Cachoeiro de Itapemirim, após passagem pelos Colégio Americano de Vitória e Colégio de Muqui.

Casou-se com Nilda Moreira Vasconcellos. O casal tem quatro filhos: João Gualberto, Luciano, Rita de Cássia e Maria Tereza.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo, em 1953, tendo advogado na Comarca de Cachoeiro de Itapemirim.

Ingressou, por concurso, na magistratura estadual, em agosto de 1957. Judicou nas comarcas de Mucurici, Iúna, Itapemirim, Guaçuí, Colatina, Vila Velha e Vitória.

Em 1974, passou a exercer as funções de Juiz Substituto de Desembargador, cargo a que foi promovido em 1978. Exerceu no Tribunal de Justiça do Espírito Santo as funções de Corregedor Geral da Justiça (1980-1981) e de Presidente (1985-1988).

Na Justiça Eleitoral, foi Corregedor Geral, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Foi também, Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, reeleito no corrente ano.

Desde 1972, leciona Direito Processual Civil na Universidade Federal do Espírito Santo, tendo sido professor de direito ainda em Colatina e Vila Velha.

Foi agraciado com as medalhas do Mérito Judiciário, pela Associação dos Magistrados Brasileiros; do Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo; Domingos Martins, pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo e Vasco Fernandes Coutinho, pela Polícia Militar deste Estado.

Como Presidente do Tribunal de Justiça, participou do Congresso de Magistrados em Recife (1986) e Encontro de Presidentes em Aracajú (1987), e tem se distinguido pelo esforço de modernizar a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado.

É cidadão vitoriense”.

Meus senhores e minhas senhoras:

Embora já conhecesse de nome o recém-empossado, através de informações e opiniões de amigos comuns e conhecidos, somente pelos idos de 1969, se não me falha a memória, tive o prazer de ser apresentado a ele, nas dependências do Colégio americano de Vitória, onde ali eu lecionava e seus filhos Luciano e Rita de Cássia, alunos desse estabelecimento.

Ainda em 1969, eu, como advogado, pleiteando em favor de um cliente residente em Aribiri, ele como Juiz de Direito da Vara Cível em Vila Velha. Depois, já em 1972, quando Hélio Gualberto Vasconcellos exercia a judicatura na 3ª Vara Cível de Vitória, e eu, ainda no exercício da advocacia, postulava fosse um simples plantador de abacaxi, em Nova Almeida, na Serra, reintegrado em sua gleba da qual fora esbulhado por arrivistas.

Já aí se vinha consolidando uma amizade e uma admiração, amizade e admiração que, nos domínios da Universidade Federal do Espírito Santo, se viam crescer, nos contatos, embora prosaicos e esporádicos, entre nós - ele vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas, e eu, ao Centro de Estudos Gerais, ambos imbuídos do desejo de ser úteis a nossos alunos, transmitindo-lhes o que tínhamos de saber e experiência.

No Campus Universitário, ainda vim a conhecer outro seu filho - João Gualberto - , hoje também professor da UFES, atualmente na França prestes a terminar seu curso de doutoramento.

Entretanto, só a partir de novembro de 1985, quando Hélio Gualberto Vasconcellos distinguiu-me com o convite para integrar a sua Assessoria na Presidência do Tribunal de Justiça, é que melhor pude avaliar a sua personalidade.

Data dessa época, o conhecimento de sua esposa, D. Nilda e de sua filha, Maria Tereza, e de seus netos.

No decurso do biênio dezembro/85 a janeiro/88, juntos convivemos intra-muros daquela Corte.

Se esporádicos foram nossos encontros em outras ocasiões, não nos permitindo, por isso mesmo, um relacionamento mais íntimo, no diuturno do exercício de nossos cargos, no Tribunal de Justiça, colho de Hélio Gualberto Vasconcellos sábias lições de convivência social, de companheirismo, passando a admirá-lo ainda mais, ante a educação, nobreza de caráter, cavalheirismo, que afluíam no trato com seus colegas magistrados, com servidores e funcionários, com advogados e tantas outras pessoas que o procuravam.

Se no exercício da judicatura Hélio Gualberto Vasconcellos salientava-se como exemplar magistrado e emérito jurista, quer pela sua obra ou pela sua postura, e, por isso mesmo, tornando-se admirado e respeitado por quantos advogados se valiam de sua correção funcional na solução dos problemas jurídicos de sua clientela e trazidos ao conhecimento do magistrado, na Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça o nosso novêl consócio revelou-se o administrador ímpar, criterioso, humano, e em constante desenvoltura procurando criar e dar ao Poder Judiciário a sustentação pessoal e material necessária a melhor cumprir as suas finalidades.

Foram atos marcantes de sua administração, entre outros, os seguintes fatos, que cito apenas a título de exemplo: ampliação, reforma e construção dos edifícios do foro das comarcas de São Mateus, Domingos Martins, Muqui, Conceição do Castelo, Guarapari e início das obras do "Forum Muniz Freire", ao lado do Palácio da Justiça, cujo planejamento se deve a outro não menos ilustre magistrado, Des. Sebastião Sobreira, também membro do Instituto Histórico; expansão e enriquecimento do acervo da Biblioteca "Des. Homero Mafra", por ele inaugurada; instalação e funcionamento da Escola da Magistratura, em convênio com a Associação dos Magistrados do Espírito Santo; cursos de reciclagem para Juizes, servidores e funcionários; eventos literários para Juizes e funcionários;

instalação do Centro de Processamento de Dados, implantação do estágio para alunos universitários, concursos para Juiz Substituto.

Uma iniciativa sua, porém, marcou-se pela sua importância à divulgação da memória capixaba, e por esta razão mereceu a atenção de quantos mourejam nesta Casa: a publicação da edição histórica da primeira Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo, - Lei nº 07, de 28/06/1892, e do Decreto nº 15, de 03/08/1892, no Governo do Presidente do Estado (assim se chamavam, então, os atuais Governadores Estaduais) José de Carvalho Moniz Freire, microfilmada no Arquivo Público Estadual, merecendo, essa iniciativa, o nosso aplauso, o nosso reconhecimento, na homenagem que, neste momento se concretiza.

Hélio,

“A verdadeira nobreza consiste na virtude”, já o disse Cervantes”, e “é na moral que se cristaliza o mais alto sentimento do dever”, na definição de Birkete-Smith.

Você, meu caro amigo, tem sido nobre e cumpridor do seu dever, quer como homem, cidadão, magistrado, professor.

Oxalá, outros saibam imitá-lo e imitá-lo bem.

Foi uma honra saudá-lo, gentileza que agradeço à Diretoria desta Casa.

Finalmente,

Meus senhores e Minhas senhoras, este meu depoimento sobre Hélio Gualberto Vasconcellos se completa com outro, delicado, inocente, e íntimo, que retrata a sua figura de chefe-de-família, data vênica de seu autor, aqui presente, e com todo respeito ao nosso homenageado, vou dar ciência ao auditório:

“Ele é calmo, gosta de jogar xadrez, ele é apressado no escritório, gosta de comer mamão, gosta de comer abacaxi, toma banho frio, gosta de música caipira, faz “cooper” todo dia, ele ama todos os netos, meu avô é bom.

Thiago”.

Muito obrigado a todos.

O PROCESSO CIVIL NO ESPÍRITO SANTO

Des. Hélio Gualberto Vasconcellos

Discurso de posse, no Instituto Histórico
e Geográfico do Espírito Santo, em 28/08/1988

Que me permitem todos, os que me recebem nesta hora, nesta veneranda Casa, e os nossos convidados, que seja o exórdio, nesta fala, para homenagear, para louvar e para agradecer.

Digo-lhes do meu orgulho, da minha satisfação pessoal, quando aqui ingresso, vindo juntar-me, portanto, a este elenco de intelectuais que, neste Estado, enaltecem, preservam e transmitem os valores da cultura, consagrando-se aos estudos da história, dedicando-se à pesquisa histórica, certos de que, com isto, prestam serviço de interesse e relevância sociais. A civilização, é óbvio, não sobrevive sem o cultivo das ciências do espírito. Atentos a isto, intelectuais desta terra fizeram o instituto, e os intelectuais de hoje o mantêm.

Homenageio a instituição à qual me incorporo, com honra e emoção. Lembro-lhe os sessenta e dois anos de vida e vitalidade. Com unção, evoco-lhe o patrono, a heróica figura de Domingos José Martins.

Enquanto haja capixabas preocupados com a história e a cultura de sua terra, aqui estará este Instituto, aqui estarão seus membros, convictos da perenidade da clássica conceituação de Cícero, de que a História é a mestra da vida, e da justeza da observação de Cervantes, no "D. Quixote", de que ela é o aviso do presente e a advertência do porvir. Tal unidade da história é tanto mais verdadeira no tocante ao Direito, justificando, de Ortolan, a afirmativa de que todo jurista deveria ser historiador, e vice-versa.

Gratifica-me, pois esse ingresso, pelo que representa de estímulo à atividade intelectual. Gratifica-me, sobretudo, no plano da amizade e do sentimento.

Aqui venho encontrar diletos amigos e queridos mestres, a começar pelo Presidente da Casa, a augusta figura de Alberto Stange, meu ex-Professor no Colégio Americano, na década de quarenta. Meus ex-Professores no Liceu Muniz Freire, em Cachoeiro, Waldemar Mendes e Aylton Bermudes.

Saúdo os meus colegas de Universidade e os meus colegas de magistratura, que aqui me antecederam. Dentre os últimos, mais que colegas, alguns foram e continuam sendo, na judicatura, mestres meus, como é o caso de Crystalino de Abreu Castro, Carlos Campos e José Vieira Coelho, os quais tanto estimo. A outros companheiros de magistratura, já mais moços, aqui também me reúno, como é o caso de Rômulo Salles de Sá e de Waldir Vitral, este, meu companheiro dos bancos primários.

Agradeço-lhes, a todos que me conferiram a honra desse ingresso, mas agradeço, particularmente, a Renato Pacheco, Nilo Martins e Waldir Vitral, autores da proposta de admissão. São, estes, intelectuais sobre cujas virtudes e merecimentos não necessito discorrer. Mas me permito observar, aqui, que estou certo de que prestei, à causa pública neste Estado, serviço do melhor matiz, convidando-os para compor, a meu lado, quando ocupei a Presidência do órgão, a administração superior do Tribunal de Justiça. Prestaram eles, ao Tribunal, e os dois primeiros ainda o fazem, contribuição de maior valia.

Agradeço as palavras generosas de Nilo, aqui me recebendo em nome do Instituto, palavras que se explicam pela nobreza de seu coração e pela amizade que nos une.

Não devo, contudo, nesta oportunidade, limitar-me a louvar e a agradecer. Devo, já nesta sessão de ingresso, oferecer contribuição, versando tema que diga com as atividades do Instituto.

Sugeriu-me Renato Pacheco - obviamente em razão da minha condição de professor nessa área - que lhes falasse sobre história do processo civil neste Estado, ou, mais particularmente, sobre a legislação de processo civil no Espírito Santo.

Deve ser lembrado, em primeiro lugar, que, nos primeiros anos da República Brasileira, a competência para legislar sobre processo foi conferida aos Estados membros, tese essa defendida, na constituinte, sobretudo por Campos Salles. Rui Barbosa advogava, então, a tese oposta, ou seja, a da unificação. Da circunstância, pois (a existência, historicamente, de legislação estadual de processo), resulta o cabimento da sugestão e do tema.

De ressaltar-se, ainda, no ponto, que a competência em questão, a partir da Constituição de 1934, retornou à União, como ocorria no Império.

Não os ameaço, evidentemente, com uma conferência, formal, sobre a matéria. Mas acredito que algumas observações, sobre

o assunto, serão certamente cabíveis, e oportunas. Afinal, falar-se-à aqui, ligeiramente, na ocasião, sobre história e sobre Direito, no Espírito Santo. Afianço-lhes que não passará, a fala, de ligeira dissertação, daquilo que de certa feita ouvi chamado de simples "amusement" - no caso, pouco mais que simples entretenimento, de cunho cultural.

Sobre história, extensa, crítica, dissecada com os olhos de técnico, para ouvidos técnicos, proponho que se reserve a tentativa para outra ocasião. Aqui, dadas as circunstâncias, limito-me a concisos registros.

Sob essa ótica, portanto, lembro que a primeira legislação de processo, a vigorar no Brasil, foi aquela representada pelas Ordenações, legislação portuguesa, obviamente.

Assinalo que as cartas de foro, ou "forais", foram a primeira legislação portuguesa, em todos os ramos. Eram leis avulsas, locais, assistemáticas. Dos forais passaram os portugueses às leis gerais, e tiveram então, o primeiro Código da Europa, ou seja, legislação reunida num corpo só. Tratava-se das Ordenações, mandadas elaborar por João I. Concluídas sob o reinado de Afonso V, receberam, por isto, a denominação de Ordenações Afonsinas, que são de 1446. A estas seguiram-se as Manuelinas, de 1514, e, afinal, as Filipinas, outorgadas em 1603, quando Portugal estava sob o domínio espanhol, sob o reinado de Felipe III, na Espanha, Felipe II em Portugal.

Tinham, as Ordenações, a exemplo das codificações romanas, e das que lhes sobrevieram, cinco livros. O último é o Código Penal, relacionando crimes e penas, e com tal rigor, ou mesmo crueldade, a justificar a qualificação que tem recebido, de "livro terrível", ou famigerado. Soam, hoje, de maneira absolutamente estranha, correspondendo, entretanto, manifestamente, a expressão da mentalidade da época.

Torturas, mutilações, marca a ferro e fogo, eram penas, dentre outras. Adultério e sedução eram punidos com pena de morte, como, igualmente, "dormir com freira", ou com viúva.

Para crime de heresia, as Ordenações Afonsinas prescreviam pena de morte, nestes termos: "Quem descrer de Deus e de sua Mãe, que lhe tirem a língua pelo pescoço, e os queimem". O livro é todo nesse tom, justificando, sem dúvida, a qualificação que a posteridade lhe outorgou.

A legislação de processo civil, contudo, estava no livro 3º. Foi este, portanto, o primeiro Código de Processo Civil português, e, em consequência, o primeiro Código de Processo Civil a ter observância no Brasil.

O processo das Ordenações era predominantemente escrito. Não podia, o Juiz, tomar conhecimento do que não estivesse nos autos. Devia observar, portanto, o adágio em forma latina, do “quod non erat in actis non erat in mundo”.

Alguns atos, como as inquirições de testemunhas, eram secretos, afastadas, portanto, as partes.

Movimento do processo e colheita de prova eram tidos como matéria de interesse apenas das partes, que eram verdadeiros donos da lide. Dispunham desta, portanto, como lhes aprouvesse, daí a submissão do processo das ordenações ao princípio enunciando tecnicamente como “dispositivo”.

O Juiz não tinha iniciativa, daí se haver construído imagem de que o mesmo, naquele sistema, funcionava como um relógio em que a parte, de quando em quando, desse-lhe corda, para algum tempo, ou fases, ou atos.

Como o advento da Independência, ao processo das Ordenações seguiu-se, obviamente, a legislação nacional, em leis avulsas, que, ao final, foram reunidas numa Consolidação, preparadas pelo Conselheiro Antonio Joaquim Ribas (daí conhecida pelo nome de “Consolidação Ribas”), entrando a vigorar com sua aprovação por Resolução Imperial, datada de 28 de dezembro de 1876.

Em 1890, já na República, portanto, mandou-se aplicar às causas cíveis um outro diploma, o Regulamento 737, que desde 1850 se aplicava às causas comerciais.

Feito este retrospecto, já há como falar, a partir de agora, de legislação estadual.

A Constituição de 1891 instituiu a dualidade de Justiças, ou seja, Federal e Estaduais. Cada Estado ficou autorizado a organizar sua justiça e a legislar sobre processo.

O Espírito Santo foi, sem dúvida, prolífico em termos de legislação processual civil. Tivemos nada menos que seis códigos de processo civil, quando alguns Estados, mudado o sistema, não tinham editado nenhum.

Nosso primeiro Código de Processo Civil foi o decreto nº 95, de 11/5/1891. Note-se que a Constituição Federal foi promulgada em fevereiro, e já em maio tínhamos legislação local de processo. O Decreto 95, contudo, compreendia também legislação processual penal e Lei de Organização Judiciária.

O Decreto nº 15, de 3/8/1892, foi nosso segundo Código de Processo Civil, sendo, entretanto, também de processo penal.

O Terceiro foi o Decreto nº 948, de 30/9/1911. Este é que os autores citam como nosso primeiro Código de Processo Civil, porque era isto, exclusivamente, ou seja, não contemplava o processo penal, como os dois decretos anteriores, nem matéria de organização judiciária, como o primeiro deles.

A 17/9/1914 tivemos nosso segundo Código de Processo Civil, exclusivo, através do Decreto nº 1.882, de 17/9/1914, e tem, a história deste Código, uma particularidade. Foi elaborado pelo Poder Executivo, devendo ser confirmado pelo Legislativo Estadual. Este, todavia, ao invés de confirmar o diploma, editou novo Código, através da Lei 1.055, de 23/12/1915, tendo, portanto, o Decreto 1.882, sido revogado, sem ter entrado em vigor.

Nosso último Código de Processo Civil foi representado pela Lei 1.743, de 23/4/1930. A este sobreveio a Constituição Federal de 1934, que mudou o sistema.

A respeito do assunto, pode-se consignar, ainda, que o primeiro Código de Processo Civil, exclusivo, foi o do Pará, que é de 1.905. O último foi o da Paraíba, de 1.930. Não chegaram a editar seus Códigos os Estados do Mato Grosso, Goiás, Amazonas e Alagoas. Os melhores Códigos, segundo os autores, foram os dos Estados de São Paulo, Bahia e Minas.

Foram bons os Códigos do Espírito Santo?

Crystalino de Abreu Castro, em sua obra "História do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo", transcreve Eurico de Aguiar Salles, que manifestou opinião, acerca do decreto nº 95, de que era "um modelo de síntese", e de que obedecia a uma técnica "que causaria admiração aos mais adestrados juristas e legisladores de nossos dias" (pág. 109).

Relativamente, entretanto, a **todos** os Códigos estaduais - e não apenas, portanto, ao do Espírito Santo - aconteceu circunstância curiosa, e negativa.

Para abordar essa circunstância, prefiro, em vez do relato pessoal, transcrever autor do maior renome, qual seja Moacir Lobo da Costa, em sua excelente monografia "Brve Notícia Histórica do Direito Processual Civil Brasileiro e de sua Literatura".

Acentua o mesmo, quanto ao ponto:

"Nos Códigos estaduais foi mantida, em suas linhas mestras, a contextura do velho Regulamento, que lhes serviu não só de modelo, como de fonte de seus dispositivos".

No dizer de um arguto observador, o Regulamento foi "a espinha dorsal de todos os organismos processuais dos Estados, eixo de cristalização para pouca matéria nova que eles trouxeram", sendo, por isso, parecidos uns com os outros "como gotas d'água da mesma fonte".

Na elaboração desses Códigos, os legisladores estaduais acharam mais fácil copiar do que inovar. Predominou, segundo Alcides Mendonça Lima, a lei do menor esforço".

"Em vez de investigar os progressos realizados no campo de direito processual civil, para introduzir, nos Códigos que se organizavam, preceitos atualizados e condizentes com a orientação doutrinária renovadora dos princípios e conceitos dessa disciplina jurídica, os legisladores estaduais, salvo honrosas exceções, mantiveram-se apegados à letra e ao espírito tradicional estatuto" (pág. 63).

E, afinal, conclui, na espécie, Lobo da Costa:

"Se o tão louvado Regulamento, na opinião de José Frederico Marques, "é um diploma legal que bem retrata a incultura processual em que nos mantinha o praxismo então vigente", que se dizer das leis republicanas e dos Códigos estaduais, que se limitaram a copiá-lo, cinquenta e até oitenta anos depois?" (pág. 64).

Os nossos Códigos de processo, portanto, estiveram ao nível dos demais, excluídos os três antes referidos. Se não se sobressaíram, também não disseram mal, nem desrecomendaram seus autores, à vista da ciência da época.

E quanto aos autores capixabas de processo civil, aos doutrinadores, aos filhos do Espírito Santo, estudiosos desse ramo do Direito?

O Mineiro Edson Prata, em sua também valiosa monografia "História do Processo Civil e sua Projeção no direito Moderno" - trabalho cuidadoso, extenso, em mais de trezentas páginas - refere, a só, dois capixabas - e na verdade, conhecidos a nível nacional, como processualistas civis, só existem os dois que menciona.

O primeiro é José Marcelino Pereira de Vasconcellos, do qual Edson Prata diz apenas (pág. 148) que "publicou oito livros

de prática forense”, e dá, como fonte, Lobo da Costa. Acrescento, aqui, que José Marcelino Pereira de Vasconcellos nasceu em Vitória, em 1821, tendo falecido no Rio de Janeiro, em 1874. Advogado, foi Deputado Estadual e depois Deputado Federal, por várias legislaturas.

Eurípedes Queiroz do Valle, ex-Presidente desta Casa, intelectual do melhor nível, que tanto estimei, pessoalmente, em sua obra “O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses”, cita José Marcelino, inscrevendo-o dentre os dez mais destacados cientistas brasileiros, nascidos no Espírito Santo. José Marcelino - patrono da Cadeira 13 da Academia - frequentou, entretanto, áreas diversificadas, no plano da cultura. Foi tribuno e parlamentar.

Foi jornalista. Escreveu poesia. Escreveu sobre Direito, história, geografia, finanças públicas e estatísticas. Não foi, portanto, em razão de sua condição específica de processualista que Queiroz do Valle o incluiu na relação de cientista brasileiro, nascido neste Estado.

Afonso Cláudio, em sua obra “História da Literatura Espírito-Santense”, estuda, com a seriedade intelectual de sempre, a obra de José Marcelino, e o julgamento, definitivamente, não é favorável.

Refere, Afonso Cláudio, a biografia feita, de José Marcelino, por cunhado seu, e depois outras, de Basílio Daemon e Amâncio Pereira, todas laudatórias. Relata ainda, contudo, o mesmo Afonso Cláudio, que o fluminense Gomes Neto insurgiu-se contra essa consagração, tachando de plagiário o nosso José Marcelino.

Relativamente a essa averbação, indaga:

“Procederá a arguição do cronista fluminense?”

E responde:

“Em linhas a seguir direi até que ponto merece censuras o infatigável pesquisador; por enquanto limito-me a dizer que sua obra, conquanto vasta, não oferece originalidade em coisa alguma”.

Sobre a obra literária de José Marcelino, assinala que “é uma das mais volumosas e contudo, percorra-se página por página qualquer das suas produções e não encontrará uma idéia original, um ponto controvertido explanado com seguro critério, uma teoria desenvolvida com larguesa de vista, uma simples opinião sustentada com tal ou qual justeza de conceitos” (pág. 178).

Sobre a produção jurídica, enfatiza que “compôs quatorze obras de jurisprudência e prática processual; esses livros ou são simples coleções de leis, decretos, regulamentos e avisos, aqui e acolá alterados ou confirmados por acórdões, ou compêndios de alheias opiniões sobre diferentes fases do processo, recursos cabíveis e pouco mais” (pág. 179).

Afinal, assim conclui sua apreciação, da qual faço, aqui, apertadíssima síntese:

“Em golpe de vista geral, tomada no conjunto a obra de Pereira de Vasconcellos, que juízo permite à crítica?

Suponho não errar afirmando que bem pouco favorável à fama que a boa vontade de seus biógrafos lhe criou, mais talvez como preito generoso à perseverança do infatigável compilador, do que como um galardão merecido pelo investigador consciencioso e fecundo - que ele nunca pôde ser” (pág. 187).

Impiedoso, verdadeiramente, com José Marcelino, é Moacir Lobo da Costa, no trabalho que antes referi, onde assinala, á pág. 52:

“Autor prolífico foi o Espírito-Santense José Marcelino Pereira de Vasconcellos que, entre 1855 e 1864, publicou oito livros de prática forense...

Seus livros, juntamente com os conhecidos “Consultor Civil”, “Orfanológico”, “Assessor Forense” etc., de Carlos Antonio Cordeiro”...“foram os livros de cabeceira dos rúbulas e prestaram-lhe os mesmos serviços que os de seus seguidores Mário de Assis Moura, De Plácido e Silva, Yara Muller e outros, continuam prestando aos advogados bisonhos e bacharéis ignorantes de hoje”.

Creio, afinal, possa enfechar as presentes considerações, sobre José Marcelino, como uma observação que é aditamento a uma outra, de Afonso Cláudio:

Acentua Afonso Cláudio que José Marcelino, no prólogo de primeiro volume de seu trabalho “Jardim Poético”, escreveu que um serviço importante prestava à sua província, com a publicação, mas que, contudo, só o reconheceriam, “depois que decorressem séculos”.

Observa Afonso Cláudio que a obra de José Marcelino, afinal, não era como rapé ou vinho do Porto, que quanto mais antigo mais agradável se torna”.

Ora adito, de minha parte:

Como os séculos não decorreram, da obra, não se pode ainda, por isto mesmo, reconhecer-lhe os méritos, segundo, textualmente, o autor...

Pois bem.

Assinaiei que, na história do Processo Civil, neste país, dois capixabas apenas se inscreveram, até aqui, embora em contextos e com resultados diversos: José Marcelino e Sérgio Bermudes, Não somos aí, portanto, tão fecundos quanto na legislação.

Edson Prata apenas registra, de ambos, as obras que deram a lume, sem manifestar juízo crítico.

Sérgio, dos nossos dias, tem ligação afetiva com esta instituição, através de seu pai, membro do Instituto, o grande intelectual que é Ayrton Bermudes.

Advogado talentoso, deu, desde os bancos acadêmicos, mostra de inteligência incomum. Líder quando estudante, é hoje líder em sua classe, tendo integrado, já, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Tem uma das maiores bancas deste país, fazendo hoje, também advocacia de empresa nos Estados Unidos e na Europa.

Essa militância, dinâmica, excitante, exitosa, tem-lhe roubado tempo, certamente, para a produção meramente doutrinária, teórica. Ainda, assim, é dos mais autorizados comentadores de nosso Código de Processo Civil, na parte de recursos. Defendendo teses, proferindo palestras e conferências, em pontos diversos, tem-nas publicado. É autor de alentado volume de estudos e pareceres.

Sobre a obra de Sérgio Bermudes, a premência do tempo, neste instante, não me permite considerações mais largas. Registro, entretanto - por amor à verdade - que é jurista que se impôs, definitivamente, na galeria dos grandes processualistas deste país, o que constitui, obviamente, motivo de júbilo para todos nós, capixabas e, particularmente, para aqueles que, pessoalmente, estimam a Sérgio, como é o meu caso.

Com tais considerações - sobre os nossos estudiosos de processo civil - dou por concluída a tarefa a que me propus.

No borborinho das minhas atividades, não tive tempo para ser sintético, por isso alonguei-me, mais do que desejava, e mais do que seria desejável.

Rogo-lhes o perdão, pela falta grave.

Com as minhas escusas, pela delonga, meus agradecimentos, pela atenção de ouvir-me.

muitíssimo obrigado.

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Yvonne Amorim

(Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em 14/06/1989).

A história revela que a mulher, sempre foi discriminada em todas as épocas e o seu papel na sociedade, nem sempre foi considerado preponderante e fundamental. Cantada em prosa e em verso mas, como mãe, de Pitágoras a Santo Agostinho, muito já se propalou sobre o malefício trazido pela criação da mulher. E nas antigas civilizações, o valor dado à mulher, igualava-se ao mesmo valor dado aos escravos, isto é, nenhum.

Essa discriminação, que nada tem a ver com a natureza, está na Bíblia, no Velho Testamento, com o tratamento pejorativo dado a mulheres como Eva, que ao "induzir" Adão à tentação, comprometeu a felicidade humana, responsável pela expulsão do Paraíso e Dalila, quando tirou a força moral de Sansão. Nem mesmo Paulo de Tarso, deixou de discriminar quando disse: "quanto às mulheres, estejam caladas nas Igrejas, pois é coisa indecente para a mulher, o falar em público". O Alcorão, então, menciona restrições deprimentes.

Na sociedade moderna, até relativamente pouco tempo, a mulher tinha o seu casamento negociado pelo pai, não aprendia a ler, nem podia raciocinar, coisas que o homem fazia por ela, como não decidia nada sem a autorização do marido e, muito menos, tinha direito ao voto, conquista somente alcançada em 1893 na Nova Zelândia; em 1903 na Austrália; em 1906 na Finlândia; em 1913 na Noruega. A Inglaterra e os Estados Unidos, países pioneiros do movimento em prol do sufrágio feminino, só o estabeleceram, com restrições, em 1918 e 1920 respectivamente. No Brasil, só a partir de 1934.

A luta contra a discriminação da mulher é muito antiga e, à luz dos fatos, teve seu início em 1793, quando Olimpe de Gougés foi guilhotinada, por ter cometido o crime de redigir uma "DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E CIDADÃ". Entretanto, muitos têm surgido em defesa da mulher e de sua imagem. No Evangelho, a exaltação a Maria de Nazaré e as citações sobre Marta e Magda-

lena. Coube a Jesus Cristo, o pioneirismo do verdadeiro feminismo, ao dar a Maria Magdalena, a missão divina de levar aos apóstolos a Boa Nova da Ressurreição. E, bem mais recente, vale citar Diderot, autor de uma importante obra - "A Religiosa", que valoriza e resgata a mulher. Também as óperas de Verdi e Puccini, sem dúvida, assim como, os balés, ressaltam a figura feminina. Outras mulheres famosas, souberam sobrepujar-se a essas discriminações, como por exemplo, George Sand, Mme. Stael e Simone de Beauvoir, incluídas aqui as ministras de França, que muito fizeram na busca de novos conceitos em prol da mulher. Citemos ainda no mundo, exemplos femininos de coragem, estoicismo, força, luta e sofrimento: Helen Keller, Amelie Boudet e Anne Frank entre muitas outras, inclusive de mulheres nascidas no Brasil.

Em sua luta em busca de um espaço, a mulher brasileira confirma uma tomada de posição dentro da sociedade, no lar, no trabalho profissional, junto à família. A sua presença no Brasil de hoje, está nas universidades, nos centros de cultura, nas Academias de Letras e nos mais variados setores da ciência e da vida político-social brasileiros. Também no Espírito Santo, temos as nossas mulheres pioneiras, que souberam, com inteligência e dignidade, lutar por um posicionamento na política, na administração pública, nas ciências, letras e artes, na aviação e na educação, além de outras atividades importantes ao desenvolvimento do Espírito Santo contemporâneo. Ficaria por demais extenso enumerá-las todas, mas importante se faz, o registro de alguns exemplos que apontam a presença de mulher capixaba, dentro da história do Espírito Santo, marcando a luta bonita e expressiva de suas conquistas:

D. Luiza Grimaldi (ou Grinalda?) - A mulher que até os tempos atuais, governou o Espírito Santo, sucedendo ao seu marido, o Donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho, quando de seu falecimento. A Donatária governou a antiga Capitania do Espírito Santo, de 1589 a 1593. Soube ser generosa ou enérgica quando se fez necessário, ao reprimir a tentativa de invasão pelo corsário ingles Thomas Cavendish em 1692. Coube ainda a D. Luiza Grimaldi, a assinatura de doação da área do morro da Penha, em Vilha Velha, neste Estado, aos Irmãos Franciscanos, onde Pedro Palacios ergueu a primeira capela de São Francisco e depois os alicerces do Convento da Penha - a nossa mais importante relíquia histórica.

D. Maria Ortiz - A nossa heroína contra o invasor estrangeiro.

Dra. Adalgisa Lobo de Azevedo Cruz - A primeira farmacêutica. Diplomou-se pela Faculdade de Farmácia e Odontologia, da Universidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1903.

Dra. Odete Braga Furtado - A primeira advogada. Diplomou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1928. A primeira mulher a ingressar no Banco do Brasil. No período de 1920 a 1924, exerceu as funções de Chefe de Gabinete no governo do Coronel Nestor Gomes.

Dra. Adalgisa Amanda da Fonseca - A primeira mulher médica. Diplomou-se em 30 de dezembro de 1926, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Exerceu, a sua profissão sempre em Vitória, dentro das especialidades de clínica médica, ginecologia e pediatria.

Dra. Euridice O'Reilly de Souza - A mulher dentista pioneira. Formou-se pela Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1922.

Dra. Maria Lúcia de Almeida Viana - A primeira parteira formada. Diplomou-se em 1924, pela Escola Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

Magdalena Piza - Professora e educadora de grandes méritos. Prestou relevantes serviços à causa educacional. A primeira mulher a exercer o cargo de secretário de Estado, ocupando a pasta da Educação e Cultura no Governo Santos Neves.

Geny Grijó - A primeira mulher vereadora, junto à Câmara Municipal de Vitória. Renunciou ao mandato em 1954, para dedicar-se às atividades no campo da assistência social em nosso Estado. Concluiu o curso de Assistente Social, no Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Maria Stela de Novais - Historiadora, professora catedrática de Ciências Naturais e escritora laureada pela Academia Brasileira de Letras, por sua importante obra biográfica "Um Bispo Missionário" (a vida de D. Fernando de Souza Monteiro, o 2º bispo do Espírito Santo). Maria Stela deixou uma bagagem literária valiosa, destacando-se a "História do Espírito Santo", "A Mulher na História do Espírito Santo", "Lendas Capixabas" e outros.

Judith Leão Castello Ribeiro - Professora, educadora emérita e a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembléia no Estado do Espírito Santo, por quatro legislaturas seguidas, de 1947 a 1963. A primeira mulher eleita para a Academia Espiritossantense de Letras, vencendo a resistência à introdução da mulher naquela importante casa de cultura. Antes, em 18 de junho de 1949, fundou a Academia Feminina de Letras do Espírito Santo, sob o patrocínio da Academia Espiritossantense de Letras "como solução do problema das candida-

turas femininas”, sendo eleita a primeira Presidente de uma diretoria integrada por um grupo de intelectuais, Ana de Castro Mattos, Zeny Santos, Arlete Cypreste, Leonor Miguel Feu Rosa, Doralice de Oliveira Neves, Maria José Albuquerque e Virgínia Tamanini.

Emiliana Emery - A mulher pioneira na indústria. Fundou uma fábrica de doces caseiros em Guaçuí no sul do estado, na década de 30. Com o direito do voto feminino alcançado em 1934, foi a primeira mulher eleitora. O seu título de eleitor tinha o nº 1.

Ypoméia Braga de Oliveira - Humanista, educadora, escritora e poetisa de muita sensibilidade. Arlete Cypreste em “Exaltação à Arte e à Personalidade” definiu-a como a “vitória do espírito sobre humano, da imortalidade sobre o fim, do eterno sobre a matéria”. Paulista de nascimento, iniciou sua vida literária em Juiz de Fora (MG), fixando residência no Espírito Santo (Cachoeiro de Itapemirim) em 1927, para onde se transferiu com a família. Ypoméia, acometida em 1953 de uma progressiva perda de visão, escreveu seu mais bonito poema - “Halos de Luz” - que retrata, ao lado de uma profunda melancolia, a grandiosidade de um momento lúcido de reflexão. a poetisa é patrona de uma cadeira na Academia Feminina de Letras do E. Santo.

Rosa Helena Schorling - A primeira aviadora no Espírito Santo e a primeira paraquedista no Brasil. Professora (Colégio do Carmo) formada em 1936 e enfermeira diplomada em 1942, na Escola da Cruz Vermelha no Brasil. Obteve o “brevet” de aviadora pelo Aero-Clube do Brasil, em 1939, e como paraquedista, levantou o primeiro lugar na prova de salto “Cruzeiro do Sul”, realizada no Rio de Janeiro em 1940. Concluiu ainda no Rio de Janeiro, em 1950, o curso de paraquedismo militar.

Maria Antonieta Tatagiba - Como poetisa, foi a primeira mulher a editar um livro de poesias, sob o título “Frauta Agreste” em 1927. O seu livro, com ilustrações de Raul Pederneiras, foi editado pela livraria Leite Ribeiro, no Rio de Janeiro. Maria Antonieta Tatagiba, prestou excelentes serviços ao magistério no Espírito Santo. Patrona da Cadeira nº 32 da Academia Espiritossantense de Letras e a única mulher a receber tal honraria.

Haydée Nicolussi - Professora, museóloga, poetisa e escritora. Participou ativamente de movimento político-social no Brasil, na década de 30. Poetiza consagrada, publicou em 1944, “Festa na Sombra” seguindo-se “A Sabedoria da China e da Índia”, “Goethe e a Revolução Francesa”, em traduções inglesa e francesa respectivamente. Desenvolveu estudos importantes de antropologia e numismática”, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde cursou as especialidades de museologia, heráldica, epigrafia e técnica de museu. Foi a primeira

capixaba a ingressar na Universidade de Sorbonne em Paris, onde diplomou-se com mérito.

Zilma Coelho Pinto - Professora pública e a grande pioneira na luta contra o analfabetismo no Espírito Santo. No Município de Cachoeiro de Itapemirim, desenvolveu uma luta sem tréguas, criando e dirigindo quarenta e um postos da "Campanha de Alfabetização no Espírito Santo", sediada naquele município. A "Louca do Itapemirim", como se tornou conhecida por desenvolver um trabalho difícil e nem sempre compreendido, enfrentou e venceu muitas barreiras de preconceitos. O seu dignificante trabalho, valeu-lhe a honraria de inclusão na relação de "Brasileiros Eméritos", com biografia publicada em 1946 na revista "Honra ao Mérito", da Standard Oil of Brasil.

Arlete Cypreste - Professora, radialista, poetisa e escritora. Tem várias obras publicadas, destacando-se "Jones Santos Neves - Um Grande Administrador", "Contos Para os meus Filhos" e "Exaltação à Arte e à Personalidade", dedicado à poetisa Ypoméia de Oliveira. Arlete Cypreste é membro da Academia Feminina de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do E. Santo. Com trabalhos publicados nos jornais e revistas de Vitória e vários estados da federação, foi incluída em duas coletâneas de Aparício Fernandes - "Escritores do Brasil" e "Poetas do Brasil".

Zeny Santos - A minha saudosa e querida companheira da Academia Feminina de Letras e de jornalismo, desempenhou por muitos anos o cargo de secretária da Associação Espiritossantense de Imprensa (AEI). Além disso, colaborou intensamente em todos os jornais de Vitória. Em São Paulo, onde depois residiu e faleceu, fundou e presidiu a "Sociedade Espiritossantense". Nascida em Vitória, após os seus estudos, dedicou-se à literatura, através da poesia e da crônica. Escreveu o seu mais lindo poema "Cantigas de Minha Terra", dedicada ao IV Centenário de Vitória. Publicou dois livros: "CACOS" e "SAVEIROS DA ILHA DOS CISNES" (crônicas).

Ida Vervloet Finamore - A minha querida conterrânea de Santa Leopoldina (ES), é professora, escritora, poetisa e estudiosa das artes e da música. Popole, como a chamamos na intimidade, mulher de muita fibra e sensibilidade poética, teve as suas crônicas esparsas em jornais e revistas de Vitória e em outras cidades brasileiras. Publicou dois livros, bem recebidos pela crítica literária: "Páginas Soltas" e "O Meu Mundo".

Anna de Castro Mattos - Formada pela Escola Normal Pedro II e bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo, e presidente, há longos anos, da Academia Feminina de Letras. Annete tem uma grande produção literária publicada em diversos jornais:

"A Semana" (São Pedro de Itabapoana); "A Voz do Povo" (Bom Jesus do Norte); "O Lynce" (Juiz de Fora - MG); "O Lume" (Blumenau - SC); "O Timbagi" (Monte Alegre - PR); "O Lume" (rev. da Academia Feminina de Letras, Porto Alegre - RS); "Centro Português" (Santos - SP). Iniciou a vida literária nas folhas do antigo "Diário da Manhã" em Vitória, seguindo-se "A Gazeta", "A Tribuna", "Vida Capixaba" e "O Diário". Publicou "Dedo Minguinho" (Crônicas - 1949, Música, Linguagem Universal, Chôpin - Alma da Polônia" (1953), "Três Temas Capixabas" (1982) e "Relato de Uma Vida" (Obra biográfica em homenagem a seu pai, o geólogo Carlos Justiniano de Mattos), em 1988.

Virgínia Gasparini Tamanini - Professora, educadora, poetisa e escritora. Em 1947 foi escolhida "A Melhor Poetisa do E. Santo". Além de membro da "Academia Feminina de Letras" e da "Arcádia Espiritossantense", ocupa uma cadeira na Academia Espiritossantense de Letras. Publicou "A Voz do Coração", (poesias), em 1942, seguindo-se outros: "O Mesmo Amor Nos Corações" (1949), "Cântico À Minha Terra", em homenagem ao IV Centenário da cidade de Vitória (1951) e "Maria Ortiz", dedicado à heroína espiritossantense (1951). O romance "KARINA" publicado em 1964, retrata a luta do imigrante na região de Santa Tereza. Trata-se de um bonito trabalho biográfico dedicado a seus pais, os imigrantes Epifânio e Catarina Gasparini. O romance "KARINA" vem sendo adotado nas escolas do Espírito Santo, por recomendação oficial dos setores culturais do Estado.

Oportune se faz lembrar, a luta e o sofrimento da mulher negra e a sua importante contribuição para a agricultura capixaba. Com o trabalho escravo participou da formação agrícola do Espírito Santo colonial, trabalhando de sol a sol nos canaviais, nos algodoais, nos roçados de feijão, mandioca e milho, nos arrozais e nos cafezais, até ao século XIX. O registro histórico é do cientista francês, Augusto de Saint-Hilaire, em sua importante obra "Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce" (tradução de Milton Amado) no século XIX. Destacando a presença da negra escrava, Saint-Hilaire ressalta a sua constante atividade nas lavouras capixabas, mais precisamente, nas cercanias de Jucutuquara, onde se faziam viçosas as lavouras das terras do Capitão-Mór Francisco Pinto. Ali, sob a direção do branco, a mulher negra produzia, diáriamente, um alqueire de arroz descascado, no mais fatigante e desgastante trabalho braçal, trabalho de pilão. Ainda no século XIX, com a chegada das mais diversas nacionalidades de imigrantes europeus, registre-se o trabalho estoico da mulher imigrante, enfrentando mosquitos e adversidades em busca de sua aculturação, abrindo picadas nas matas, sucumbindo, muitas delas, ao tifo e à febre amarela. Essas mulheres de tanta coragem, integram o destino histórico que, a partir das grandes colheitas nos cafezais,

permitiu novos caminhos e novos horizontes, em termos de desenvolvimento econômico para o Espírito Santo.

Com humildade e o coração repleto de felicidade, recebo a honraria que hoje me concede o título de membro efetivo desta "Casa do Espírito Santo" e de "Domingos Martins" - O Instituto Histórico e Geográfico.

A essas mulheres, todas elas, pioneiras ou estudiosas da cultura do Espírito Santo, dedico a honraria que hoje recebo. É preciso, sempre, resgatar a memória, refazendo possíveis enganos e injustiças.

Muito Obrigado.

FONTES DE REFERÊNCIAS: "O Estado do Espírito Santo E Os Espírito-santenses" (Eurípedes Queiroz do Valle)

"História do E. Santo" Maria Stela de Novais
Depoimento pessoais.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

TROPAS E TROPEIROS NO ESPÍRITO SANTO

Levy Rocha

O escritor Orlando Morais, não pretendendo se fazer de **compilador erudito**, conforme diria o prof. Roquete Pinto, projeta uma vocação de repórter que o conduz a enfeixar no livro recém-editado, "Por Serras e Vales do Espírito Santo - A Epopéia das Tropas e dos Tropeiros", aspectos pitorescos da evolução dos nossos meios de comunicações e transportes desde tempos recuados.

Tema cativante, poético, mesmo, para estudiosos ou leitores amantes das descrições dos viajantes estrangeiros ou nacionais que percorreram o interior do país em lombo de burro. Tema magistralmente focado por José Alípio Goulart no livro, "Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil", cuja leitura deleitou-me na época de seu lançamento, em 61, graças ao presente de um cunhado, com a seguinte dedicatória: "Ao Levy - para amortecer Brasília - com o abraço natalino do Newton Braga".

Merece aqui recordar Maximiliano, o Príncipe de Wied e Neuwied, em sua famosa excursão científica, com tropa de burros, varando de sul a norte todo o território da província capixaba, documentando a viagem (1815-1817), com estudos da flora, fauna, geográficos, linguísticos, e com desenhos de próprio punho. Viagem registrada nos anais como uma das mais antigas, foi, indiscutivelmente, a mais notável da nossa história.

Outra lembrança merecida, a construção da Estrada S. Pedro do Alcântara, ou Estrada do Rubim, ligando o Espírito Santo a Minas, iniciada em abril de 1814, pelo Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, com expressas recomendações do Governador: "Que concluída essa se estabeleçam quartéis de 3 em 3 léguas em ambas as províncias donde devem estar aquelas praças que forem postas para auxiliar aos tropeiros e viandantes até o seguinte quartel... Que os soldados sejam obrigados a fazer roça, por ser útil, não só por economia, como por acharem os tropeiros e negociantes os precisos mantimentos, pagando estes a despesa ao respectivo comandante".

Cortando região montanhosa de difícil acesso, a estrada, em 1841, já estava no abandono, cerrada de mato, intransitável. As tropas carregadas, transpondo o caminho de bugre, gastavam 15 dias de viagem.

Essa região confrontante das nossas divisas, onde em 1806, segundo observação do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, "medeiam sertões impenetráveis de matas virgens" era tão desconhecida, tão inexplorada, que os historiógrafos, Cândido Mendes em 68, e Cesar Marques em 78, davam o rio Jequitibá que deságua no rio Manhuassu como afluente do rio José Pedro, e se orientavam por mapas que figuravam a serra inexistentes do Espigão conforme fez notar o ex-presidente do Estado, Bernardino Monteiro.

O tenente-coronel Duarte Carneiro informava que no ano de 1820 desceram por essa estrada 100 cabeças de gado vacum "que foram cortadas no açougue público", e em setembro do ano seguinte, desceu pela mesma uma pequena tropa a buscar sal; achavam-se duas boiadas prontas no 1º arraial de Minas para virem à província. Eram, igualmente, tropas carregadas de gêneros de país para permutarem mercadorias na vila da Vitória.

Não obstante as perspectivas do anúncio, em 1828, segundo o presidente da província, Inácio Acioli de Vasconcelos - compulsado pelo cronista - não havia em todo nosso território capixaba mais do que 100 muares sendo sómente a metade empregada nos transportes.

Recordando os muares e as tropas em Cachoeiro de Itapemirim, nas décadas de 20 e 30, Ormando Moraes sublinha que na entrada da cidade, era retirado da mula-guia da tropa o peitoral com cincerros por exigências de alguma postura municipal. Conjecturemos que a proibição teria sido inspirada em idênticas razões da proibição do carro de boi cantante que em São Paulo aconteceu em 1852, por iniciativa do Brigadeiro Machado de Oliveira, ilustre figura que viera presidir nossa província capixaba em 1840.

Reminiscência saudosa, a do poeta cachoeirense, João Mota, o qual em 1910 proclamava que a principal rua de sua terra natal era quase uma estrada de rodagem "por onde passavam as grandes tropas enfeitadas de baeta vermelha aos estridulares dos cincerros por entre a raivosa gíria tropeirada".

A tropa constituída ordinariamente de 10 burros de carga, levava a caixa de cozinha com tripé, coador, bule, pratos, talheres, feijão, toucinho e lombo de porco, arroz, carne-seca, sal, farinha de mandioca, fumo de rôlo, cachaça para uso moderado, alho e pimenta.

O tropeiro de antigamente, segundo notas colhidas no jornal "O Cachoeirano" de 1896, ainda não estava familiarizado com o coador. No pouso, madrugadinha, ao cantar dos galos, "levantava-se do couro que lhe servia de leito e ia com o ancorote tomar água na fonte vizinha. Fazia o café que consistia em ferver o pó em uma chocolateira, lançar dentro da vasilha alguns carvões em brasa e um pouco d'água fria que faz separar o pó da água que o tropeiro bebe em uma cuia de chifre. "... Come seu feijão com torresmo, veste a camisola de algodão, ata à cabeça um lenço de chita. Animais "equipados", solta o 1º burro de guia, depois o imediato, e assim por diante, até o culateiro (último).

Bemposta a missão dos tropeiros os quais além das cargas habituais, serviam de carteiros, levavam pequenas encomendas, remédios, valores, e supriam a falta de bancos.

Num ensaio biográfico editado em 1957, sobre o poeta Casimiro de Abreu, Nilo Bruzzi enfatizou o trabalho de caixeiro-viajante, ou cometa, que saía do Rio em lombo de burro, com canastras de couro recheadas de amostras de tecidos, carregados pela tropa, em regra, magnífica. Burros e bestas lindos, fortes, bem tratados. Sete para as canastras que iam nas cangalhas, duas para cada burro, dois animais para os trens de cozinha, dois ou três para sua montaria, dois para o arrieiro, e dois para o cozinheiro. "Levavam as roupas do caixeiro-viajante, cortes de vestido, vidros de perfume, livros, e outras bugingangas para presentes aos fregueses, suas esposas e filhas, e as namoradas... Eram moços bem escolhidos pelas casas comerciais: sadios, insinuantes, alegres, bem falantes. Promoviam festas e bailes nas cidades e vilas irradiando simpatia. Entrosavam-se muito bem com os caixeiros que ficavam no Rio, e quando lá regressavam, participavam dos grêmios literários e das alegres tertúlias. Muitos escreviam versos, crônicas, contos. No jornalzinho da classe, numerosa, unida e boa. **O Acajá**, cujo 1º número saiu, no Rio, a 15 de novembro de 1890, foi pranteado o passamento de Casimiro de Abreu. "Rendiam um tributo de veneração ao cultor das letras que também pertencera à corporação comercial".

Escreve Nilo Bruzzi que os caixeiros-viajantes lotaram a canastra de presentes com exemplares do **Primaveras** e esgotaram o estoque do livro na livraria de Paula Brito. E, sublinha: "Foi um derrame silencioso e amplo do livro pelo país inteiro".

Sou informado por Ormando Moraes que seu livro está tendo boa saída em Vitória. Recordamos os tempos de mocidade e coleguismo no magistério do Liceu "Muniz Freire de Cachoeiro de Itapemirim". Companheiros de sonhos literários, escrevíamos e colaborávamos nos jornaizinhos e revistas da cidade.

Não foi lembrada ao vitorioso escritor a minha experiência, depois, como caixeiro-viajante, entregador de caixinhas de amostras de remédios, uma experiência que me proporcionou avionar nos "Constellations" pelos quadrantes do Brasil, multiplicando amizades, colhendo vivências, ampliando as fronteiras do meu capixabismo.

Em paráfrase ao nosso mestre comum de jornalismo, Newton Braga: parabéns "ao reporter Ormando", pela matéria **quentinha** do seu livro que se constituiu documentário de história.

IHGES

NOTICIÁRIO (1988 — 2º SEMESTRE)

* A 24 de agosto, foi realizada a sessão científica sobre a Era de Vargas, no E. Santo. Coordenação da Professora Dra. Lea Brígida de Alvarenga Rosa, que através de magnífica introdução delineou os principais assuntos pertinentes ao tema. Depois falaram Renato Pacheco, Nilo Martins da Cunha, Ormando Moraes, Mario Bonzano, José Higino e o trabalhista histórico, Sr. Argilano Dario.

* A 10 de setembro foi inaugurada a CASA ELMO ELTON, instituição que o Instituto, com o apoio do Bandes, mantém no 3º andar do Edifício Domingos Martins. Todos que visitam a novel entidade, foram unânimes em afirmar o excelente trabalho realizado pelo Conselho de Curadores, presidido pelo Consócio Francisco Schwarz. Agora, alunos das escolas de 2º grau estão sendo convidados a visitar a CASA ELMO ELTON.

* A 17 de setembro realizou-se, em Alegre, sob a presidência de Evandro Moreira, reunião conjunta com a CASA DA CULTURA e Academia E. Santense de Letras. O consócio Renato Pacheco discorreu sobre "Adelpho Poli Monjardim e a literatura capixaba".

* A 21 de setembro, realizou-se nova sessão científica. Desta feita, coordenada por Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, que discorreu sobre "O Espírito Santo ao tempo da independência" tema que foi completado por Nelson Abel de Almeida e Renato Pacheco.

* A 28 de setembro, tomou posse como membro efetivo o Desembargador Hélio Gualberto Vasconcellos. O novo sócio foi saudado pelo tesoureiro Nilo Martins da Cunha e após pronunciou bela conferência sobre o "Processo Civil no Estado do Espírito Santo".

* No dia 12 de outubro foi lançado o livro "O Brasil no ano 2100" do grande conselheiro Adelfo Poli Monjardim, cujos 85 anos foram comemorados festivamente. Falou, na ocasião, o consócio Carlos Campos.

* O dia 19 de outubro foi reservado à sessão científica, coordenada pelo consócio Fernando Achiamé, sobre "Arquivos, Museus e

Bibliotecas". Diversas entidades mandaram seus representantes, a saber Departamento Estadual de Cultura, Biblioteca Estadual, Museu Solar Monjardim, Arquivo Público Estadual e Arquivo técnico da Cia. Siderúrgica do Tubarão, ficando acertada a realização de sessões especiais com cada entidade, para o próximo ano.

* No dia 16 de novembro, coordenado pelo consócio Mario Bonzano realizou-se o Seminário sobre a República, dando início às comemorações do ano do Centenário de sua proclamação. Após todos os presentes se pronunciaram.

* No dia 23 de novembro proferiu palestra sobre a Escradão na Zona da Mata Mineira o historiador Wilson Lima Bastos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico e Academia de Letras de Juiz de Fora, M.G., o qual foi apresentado pelo Vice-Presidente do Instituto, Prof. Renato Pacheco.

* No dia 14 de dezembro realizou-se na Casa dos Bragas em Cachoeiro de Itapemirim a última sessão do ano do Instituto, em conjunto com a Academia Espírito Santense de Letras e Academia Cachoeirense de Letras. Falou em nome do Instituto, o Secretário adjunto Miguel Depes Tallon. Na ocasião prestou-se homenagem ao Prefeito Roberto Valladão pelo grande apoio que deu à cultura em sua gestão. A seguir a Prefeitura inaugurou a Praça da Poesia.

1989

MARÇO

— a 1º, foram reabertos os trabalhos, com sessões regulares da diretoria às quartas feiras.

— A 29 realizou-se movimentado seminário sobre Bibliotecas no Espírito Santo, de que resultou um pedido no sentido de que o levantamento feito pelo E. Santo Século XXI, Coplan/Bandes sofra permanente atualização.

ABRIL

— No dia 19, o consócio Miguel Depes Tallon fez aplaudidíssima palestra sobre o Bicentenário da Inconfidência Mineira.

MAIO

— A 3, o consócio Mario Bonzano discorreu, com proficiência, sobre o 2º Centenário da revolução Francesa e da Declaração Univer-

sal dos Direitos do Homem e do Cidadão. O evento está sendo comemorado com a exibição de posters e videos gentilmente cedidos pelo Consulado da França, no Rio de Janeiro.

— No dia 10 foi lançado oficialmente o Concurso estadual, para estudantes, **República - 100 anos**, patrocínio exclusivo do Governo do Estado/SEICT/BANDES e apoio da SEDU.

— Hélio Athayde, nosso sócio correspondente no Rio, nos blin-
dou com excelente conferência sobre "Canudos e a Consolidação
da República".

— A 31 de maio foi eleita a nova Diretoria - 1989/1991 que
fica assim constituída: Grande conselheiro (com status de Presidente
de Honra) -: Dr. Nelson Abel de Almeida; Presidente- : Alberto Stange
Júnior; 1º, 2º e 3º Vices-Presidentes, respectivamente, - Renato José
Costa Pacheco, Ormando Morraes e Sabastião Augusto do Valle
Guimarães; Secretário Geral: Miguel Depes Tallon; Secretário Adjun-
to- : Ivo Amâncio de Oliveira; Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha;
Tesoureiro-Adjunto: José Higinio de Oliveira; Encarregado da Bibliote-
ca- : Léa Brígida de Alvarenga Rosa; Orador: José Garajau da Silva;
Vice-Orador: Francisco Schwarz; Comissão de Revista- : Ormando
Moraes, Levy Rocha, Sebastião Pimentel Franco; Comissão de Histó-
ria- : Carlos Campos, Waldir Vitral e Léa Brígida de Alvarenga Rosa;
Comissão de Geografia- : Ricardo Brunow Costa, Willes Faria e Domín-
gos Azevedo; Comissão de Finanças- : Hermógenes Fonseca, José
Moysés e Sebastião Teixeira Sobreira.

JUNHO

— No dia 14 de junho, a novel diretoria tomou posse, recebeu
oficialmente os novos sócios Higinio Frey, Yvonne Amorim e Alziro
Calmon Tavares. A antiga oradora Sonia Demoner fez o necrológio
dos sócios falecidos Vilma Paraizo Almada e Antonio José Rua. O
novo orador José Garajau da Silva rendeu homenagem a nosso Patro-
no Cívico, DOMINGOS JOSÉ MARTINS.

— No dia 21 de junho em nossa sede, foi lançada a publicação
IHGES/BANDES, **Por serras e vales do Espírito Santo a epopéia
das tropas e dos tropeiros**, pesquisa relevante de nosso consócio
Ormando Moraes.

— No dia 28 foram festivamente comemorados os aniversários
dos sócios nascidos no semestre.



O consócio ALMEIDA COUSIN no momento em que assinava a escritura de doação de um apartamento do Espírito Santo, representado, no ato, pelo consócio ORMANDO MORAES. A cerimônia ocorreu, O Instituto, em troca deverá publicar inéditos do ilustre Professor Almeida Cousin, nosso benemérito.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SAN

Fundado em 12 de junho de 1916

Reconhecido de utilidade pública

Federal - Decreto Legislativo Federal nº 4.205 de 9/12/1920

Estadual - Lei 1.145 de 13/12/1917

Municipal - Decreto Legislativo Municipal nº 288 de 29/09/82

Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural - Ministério da Cultura sob número 32.000 - 550/86 - 81 de 02/07/86 CGC-MF - 30.965.180/0001-07

Endereço: Edifício Domingos Martins
Av. Republica, 374 - Fone: 223-5934
Caixa Postal 1561
Vitória 29.000 - ES - Brasil

Esta publicação se faz sob os auspícios do Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES) com apoio na Lei 7.505 de 02/7/86 (Lei Sarney) e em homenagem ao Centenário de Proclamação da República.

*Composto, Diagramado e Impresso
nas oficinas da*

frangraf

*Fone: 522-5433 — Telex 275735 FIRA
Cachoeiro de Itapemirim, ES*